

Fábio Moreira Alves Esperança

**Dualismo e o pensamento econômico  
latino-americano**

São Paulo

2023



Fábio Moreira Alves Esperança

## **Dualismo e o pensamento econômico latino-americano**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Economia do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Universidade de São Paulo

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

Programa de Pós-Graduação em Economia

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Grandi

São Paulo

2023

---

Fábio Moreira Alves Esperança

Dualismo e o pensamento econômico latino-americano/ Fábio Moreira Alves  
Esperança. – São Paulo, 2023-  
100 p. : il. (algumas color.) ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Grandi

Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária  
Programa de Pós-Graduação em Economia, 2023.

1. Palavra-chave1. 2. Palavra-chave2 I. Orientador. II. Universidade xxx. III.  
Faculdade de xxx. IV. Título

CDU 02:141:005.7

---

Fábio Moreira Alves Esperança

## **Dualismo e o pensamento econômico latino-americano**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Economia do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências.

---

**Prof. Dr. Guilherme Grandi**  
IPE-USP

---

**Prof. Dr. André Roncaglia de Carvalho**  
Unifesp

---

**Prof. Dr. Maurício Chalfin Coutinho**  
Unicamp

---

**Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão**  
IPE-USP

São Paulo  
2023



# Agradecimentos

Agradeço a todo o corpo docente da FEA-USP, que permitiu a minha caminhada nesses últimos dois anos, tão difíceis, mas igualmente proveitosos, particularmente aos Profs. Fernando Rugitsky, Renato Colistete e Alexandre Saes, cujas aulas foram de particular importância na escrita dessa dissertação. Agradeço em especial ao meu orientador, Prof. Guilherme Grandi, pela solicitude e zelo com o que levou a cabo o processo de orientação desse trabalho. Agradeço ainda aos Profs. Ivan Colangelo Salomão e Alexandre Saes, pelos proveitosos comentários às versões preliminares dessa dissertação. Os erros e omissões remanescentes são de responsabilidade exclusiva desse autor.

Agradeço à CAPES, cujo apoio permitiu a conclusão da minha pesquisa: o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço à minha família, por todo apoio dado para que eu pudesse levar a cabo essa pesquisa, apesar da distância.

Agradeço ainda aos grandes amigos que fiz nos últimos dois anos, amizades essas que pretendo levar adiante, onde quer que estejamos, e que tornaram esse processo muito mais divertido, fazendo da sala do cafezinho da pós-graduação um lugar de descontração onde podíamos esquecer por alguns minutos - ou, mais frequentemente, por algumas horas - as dificuldades e pressões inerentes a fazer uma pós-graduação.

Por fim, agradeço - por último e por isso mesmo mais importante - ao Murilo, meu namorado, com quem tenho dividido os últimos meses, os mais felizes da minha vida - e com quem pretendo dividir os próximos, se for de sua vontade.





# Resumo

O conceito de dualismo marcou a compreensão sobre o subdesenvolvimento na segunda metade do século XX, tendo grande repercussão tanto na Economia do Desenvolvimento quanto no debate econômico dentro da América Latina. A presente dissertação busca investigar o debate e as distintas formulações e críticas acerca do conceito - de W. Arthur Lewis à crítica marxista, passando pela CEPAL e pela Escola de Campinas -, bem como a compreensão dos autores sobre as possibilidades de superação do dualismo e, consequentemente, do subdesenvolvimento.

**Palavras-chaves:** Dualismo. Subdesenvolvimento. W. Arthur Lewis. CEPAL. Celso Furtado.



# Abstract

The concept of dualism left its mark on the overall understanding of the phenomenon of underdevelopment in the second half of the twentieth century, both in Development Economics, as well as in the overall latin american economic debate. The present thesis investigates the debates and distinct formulations around this concept - going from W. Arthur Lewis to the marxist critics, passing through the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), and the “Escola de Campinas” -, as well as the formulations around the possibilities of overcoming “dualism”, and consequently underdevelopment.

**Key-words:** Dualism. Underdevelopment. ECLAC. W. Arthur Lewis. Celso Furtado.



# Sumário

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> . . . . .	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>LEWIS E A ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO</b> . . . . .	<b>17</b>
2.1	O Pós-Guerra e a ascensão da economia do desenvolvimento . . . . .	17
2.2	O dualismo lewisiano e os obstáculos à sua superação . . . . .	27
<b>3</b>	<b>A CEPAL E SEUS EPÍGONOS</b> . . . . .	<b>37</b>
3.1	Questão de método . . . . .	39
3.2	Metamorfoses de um conceito . . . . .	42
3.2.1	Economia colonial e o dualismo clássico . . . . .	44
3.2.2	Economia industrial e os obstáculos ao desenvolvimento . . . . .	50
3.2.3	Heterogeneidade, insuficiência dinâmica e estagnação . . . . .	53
3.2.4	Estilos de desenvolvimento e a virada política . . . . .	61
<b>4</b>	<b>A PARTE DOS CRÍTICOS</b> . . . . .	<b>65</b>
4.1	A escola de Campinas . . . . .	65
4.2	A crítica marxista: do “colonialismo interno” à simbiose . . . . .	73
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> . . . . .	<b>83</b>
<b>6</b>	<b>BIBLIOGRAFIA</b> . . . . .	<b>89</b>



# 1 Introdução

O conceito de dualismo - i.e., a noção de que as economias subdesenvolvidas seriam marcadas pela convivência em um mesmo território de setores capitalistas (ou modernos) e não-capitalistas (arcaicos ou “de subsistência”) - nasceu e difundiu-se no segundo pós-Guerra como modo de compreender as especificidades das estruturas subdesenvolvidas, até então insuficientemente teorizadas pela teoria econômica mais convencional e difundida. Tendo ganhado repercussão dentro da Economia do Desenvolvimento e, na América Latina, dentro do estruturalismo, bem como nas correntes críticas a ele, o conceito de dualismo marcou indelevelmente o debate sobre o desenvolvimento na segunda metade do século XX, de maneira que compreendê-lo é compreender uma chave privilegiada de leitura pela qual buscou-se pensar o subdesenvolvimento.

O conceito, embora já tivesse aparecido como noção anteriormente, teve como formulação mais célebre e bem estruturada o artigo de 1954 de W. Arthur Lewis, *Economic development with unlimited supplies of labour*. Nele, Lewis buscou explicar os mecanismos fundamentais pelos quais uma economia passaria em seu caminho para romper com o dualismo - e, *ipso facto*, com o subdesenvolvimento: para Lewis (2010[1954]), a presença de um largo setor de subsistência geraria uma oferta ilimitada de mão de obra, mantendo constantes os salários reais na parcela capitalista. Assim, qualquer ganho advindo de algum investimento seria absorvido totalmente pelos lucros, que seriam todos reinvestidos (uma hipótese comportamental importante), gerando novas rodadas de investimento-aumento dos lucros-poupança-investimento, até que o setor de subsistência fosse todo absorvido.

A automaticidade do desenvolvimento capitalista no modelo de Lewis parece ingênua, se levarmos em conta a ubiquidade do subdesenvolvimento, tanto nos anos 50 quanto ainda hoje em dia. Seria entretanto apenas em seu livro de 1955, *The theory of economic growth*, que Lewis proporia as raízes extraeconômicas - políticas e institucionais - da manutenção do dualismo, ligando o desenvolvimento com a necessidade de mudanças institucionais e políticas não triviais. Conforme argumentaremos, a visão de Lewis - apesar de crédula na capacidade das instituições do capitalismo liberal de portarem o desenvolvimento -, é mais matizada e contém mais aspectos do que rotineiramente lhe é atribuído por críticos (EASTERLY, 1999, 2001; GOLLIN, 2014), que analisam o artigo de 1954 separadamente, como um universo autocontido.

O conceito, no entanto, de modo algum ficou restrito aos circuitos da Economia do Desenvolvimento, ganhando grande relevância no debate econômico latino-americano mais geral, em especial nas formulações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A noção de que a convivência entre setores pré-capitalistas e

capitalistas marcaria a realidade latino-americana encontra-se presente já no *Manifesto Latino-americano* de Prebisch e perpassa as publicações da instituição nos anos seguintes, embora as razões para a sua manutenção tenham sido objeto de diversas transformações ao longo do tempo.

A utilização do dualismo como chave teórica de compreensão do subdesenvolvimento, contudo, teria na CEPAL bases metodológicas bastantes distintas daquelas presentes em Lewis: se esse buscava, baseando-se na experiência britânica, compreender os mecanismos fundamentais (econômicos e político-institucionais) pelos quais dar-se-ia o desenvolvimento, a CEPAL buscava entender o desenvolvimento latino-americano como um processo particular, *sui generis*, advindo do momento distinto da economia mundial em que se daria - quando comparado ao caso britânico clássico -, bem como das características estruturais diversas, advindas do estatuto de ex-colônias, da posição subordinada no mercado internacional.

Dado o caráter histórico da formação das economias duais latino-americanas - advindo em especial da economia colonial e do momento do “crescimento para fora” - buscamos estudar, na obra de Furtado (1950, 1954, 2007[1959]), a gênese do aparecimento do “setor de subsistência” na economia colonial brasileira, bem como sua relevância na determinação salarial, um setor que, ao contrário do modelo lewisiano, não tendia a esgotar-se, devido à característica reflexa da economia colonial, dependente da demanda e dos insumos externos para sua sobrevivência.

Porém, a Crise de 1929 e o esgotamento do “crescimento voltado para fora” teriam, para a CEPAL, marcado um momento de virada para a região: com a intensificação da industrialização e a internalização dos motores do crescimento. Mais do que uma contingência histórica, entretanto, a industrialização é vista pela CEPAL em seus primeiros anos como o modo privilegiado segundo o qual a região deveria expandir-se de maneira a romper o dualismo e absorver produtivamente o largo reservatório de mão de obra existente nessas economias.

Se para os primeiros textos da CEPAL a industrialização parecia inicialmente o modo privilegiado de rompimento com o dualismo, sua consecução não seria sem obstáculos: a presença subordinada da região no capitalismo internacional teria como consequência a drenagem de parte do excedente gerado via deterioração do termo de trocas e a presença de efeitos-demonstração, bem como a importação de tecnologias intensivas em capital, o que dificultaria a geração de excedente e de empregos a um ritmo adequado. Em contraste com a visão predominantemente liberal de Lewis, a superação do dualismo e do subdesenvolvimento mostrar-se-ia mais complexa, passando necessariamente pela presença de um Estado planejador e reformista.

A década de 1970, por fim, marcaria um período de nova revisão na compreensão das possibilidades de rompimento com o dualismo: os fenômenos concomitante de, por um



lado, altíssimas taxas de crescimento industrial e, por outro, aumento das desigualdades e incapacidade de absorver ao ritmo adequado a população se ocupação, levou ao centro do debate a noção de “estilos de desenvolvimento” - i.e., a noção de que o crescimento inclusivo e que absorvesse produtivamente a maior parte da população não seria dado, mas antes uma decisão política - decisão essa que teria sido, pelo menos temporariamente, derrotada.

As visões lewisiana e cepalina acerca do dualismo, por sua importância mesma, foram alvo de uma série de críticas dentro da América Latina que buscavam revisar tanto a relação funcional proposta entre os dois “setores” quanto a própria validade da noção de economia dual como categoria analítica relevante para compreender a realidade.

Uma das importantes correntes críticas - que apesar de crítica tem a CEPAL como importante influência teórica - é a Escola de Campinas que, articulando teoricamente uma série de autores (Marx, Kalecki, Schumpeter, Keynes...), buscou compreender a coexistência de formas distintas de organização da produção - capitalistas e não-capitalistas -, marca mesma do subdesenvolvimento. Para esses autores, entretanto, a relação de causalidade na determinação dos rendimentos entre os setores dar-se-ia de modo oposto ao previsto por Lewis (2010[1954]) e Furtado (1965, 1968[1966], 1972): não haveria qualquer influência do “setor de subsistência” na determinação dos salários no setor capitalista; pelo contrário, seria a parcela capitalista que, destruindo e reconstruindo a não-capitalista, determinaria o tamanho e rendimento dessa. Desse modo, o “dualismo” não poderia ser compreendido como a convivência de modos de produção distintos, mas como a convivência de diferentes formas de organização da produção *determinadas pelo capital*, sendo as estruturas subdesenvolvidas, portanto, capitalistas, mas capitalistas de um certo tipo.

Uma crítica mais propriamente radical - ao menos do ponto de vista de seus corolários políticos - adviria predominantemente de críticos marxistas, que entenderiam que a relação entre os setores capitalista e não-capitalista seria não de oposição, nem de tendência à eliminação de qualquer um dos polos, mas antes de um processo em que a parcela capitalista cresceria reproduzindo o “atraso”, enquanto a permanência do “atraso” seria benéfica para a acumulação de capital. Do conceito de “colonialismo interno” - analogia feita entre a relação interna entre setores e a relação internacional entre metrópoles e colônia -, à análise da “simbiose” de Oliveira (2003[1972]), em que a manutenção do arcaísmo em parcelas da agricultura e do setor de serviços agiria de modo a fortalecer a acumulação de capital: se a análise de Lewis tem como corolário uma visão liberal, e a da CEPAL uma proposta reformista, essa abordagem, em que a manutenção do “atraso” é um instrumento mesmo da acumulação de capital, tem como corolário político uma ação mais radical.

O presente trabalho é composto de três seções, além desta Introdução e da Conclusão: no primeiro, é exposto o contexto do surgimento da Economia do Desenvolvimento e seus

debates iniciais, bem como conteúdo das ideias de W. Arthur Lewis acerca do dualismo e das possibilidades de ruptura com o subdesenvolvimento. Em seguida, investigamos as ideias presentes na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em sua tentativa de construir uma teoria autônoma do desenvolvimento na América Latina, bem como o aparecimento da noção de dualismo na obra cepalina, e as propostas de intervenção - em constante revisão - para a superação do dualismo. Por fim, investigamos as análises críticas na América Latina acerca do conceito de dualismo - em suas versões cepalina e lewisiana -, em especial da Escola de Campinas e dos críticos marxistas da noção.

## 2 Lewis e a economia do desenvolvimento

### 2.1 O Pós-Guerra e a ascensão da economia do desenvolvimento

A partir do último quartel do século XIX, houve um deslocamento no enfoque dos estudos econômicos - ao menos, em sua linha denominada “mainstream” - de uma visão clássica de economias em evolução cumulativa para o estudo de “human behaviour as a relationship between ends and scarce means which have alternative uses” (ROBBINS, 1932, p. 15), na famosa definição de Lionel Robbins; essa mudança teria sido resultado do próprio sucesso do crescimento nos países centrais, que permitira o foco em questões de curto prazo, como alocações eficientes e a formação de preços de mercado. De acordo com Meier (2005, p. 38):

This shift was primarily the result of the successful realization of growth: with real wages considerably above the subsistence level and rising, the rate of profit high, and technological and resource discoveries continuing to outstrip population growth, there was no fear of the advent of a stationary state. Short-run problems came to the fore.

Assim, a problemática do desenvolvimento foi deixada de lado na economia em nome do equilíbrio, em que:

[A]s trocas voluntárias entre indivíduos, que são bem-informados (cada qual é perfeitamente consciente dos termos de sua escolha), autointeressados (cada um pensa apenas em si mesmo) e racionais (cada um trata de maximizar seus objetivos), levam a uma organização sistemática da produção e da distribuição de renda (SCREPANTI; ZAMAGNI, 1995, p. 165, apud MAZZUCHELLI, 2017, p. 44).

Esse deslocamento deu início ao período apelidado por Meier (2005, p. 39) de “static interlude of neoclassical economics”, que teria durado até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando a questão do desenvolvimento (e do subdesenvolvimento) voltou a ganhar espaço - e até mesmo a centralidade - no debate econômico mundial: até mesmo a Revolução Keynesiana dos anos 30 parecia estar mais focada em problemas cíclicos de economias já desenvolvidas do que no desenvolvimento em si, de modo que os modelos de crescimento que apareceram no período tinham “little relevance to societies not primarily concerned with business cycles or steady state properties” (RANIS, 2004, p. 1). Portanto, os remédios keynesianos para o desemprego nos países industrializados seriam também inadequados para os problemas dos países subdesenvolvidos. De acordo com Rao (2010 [1952], p. 239): “A política econômica a ser defendida para que as economias subdesenvolvidas aumentassem as rendas, o produto e o emprego, seria radicalmente diferente daquela que

é universalmente associada a Keynes.” Até mesmo Kalecki, teórico tanto dos ciclos de economias desenvolvidas quanto do desenvolvimento (embora seu reconhecimento advenha especialmente de sua teoria do ciclo), pareceu reconhecer a distinção entre as questões que afligiam as diferentes economias a depender de seu grau de desenvolvimento:

O problema crucial dos países desenvolvidos é o aumento considerável do investimento, não a fim de gerar uma demanda efetiva - como é o caso numa economia desenvolvida mas com sub-emprego -, mas para acelerar a expansão da capacidade produtiva indispensável para o rápido crescimento da renda nacional (KALECKI, 1987[1968], p. 136).

Nesse período, o pouco interesse dado às economias subdesenvolvidas foi relegado àquilo que Myrdal denominou de “colonial theory”, escritos com pouco rigor teórico, e frequentemente “apologetic writing attempting to absolve the colonial regimes from responsibility for the state of underdevelopment” (MEIER, 2005, p. 39).

Após a Segunda Guerra Mundial, no entanto, o interesse pelo desenvolvimento (e, sobretudo, pelo subdesenvolvimento) ganhou a frente do debate econômico mundial. Na arguta expressão de Meier (1984, p. 5):

Areas that had been considered in the eighteenth century as “rude and barbarous”, in the nineteenth century as “backward”, and in the prewar period as “underdeveloped” now become the “less developed countries” or the “poor countries” - and also the “emergent countries” and “developing economies”.

Dada a enorme mudança de visão sobre o desenvolvimento no pós-Guerra, cabe indagar quais as mudanças políticas, geopolíticas e econômicas que chamaram a atenção do mundo para o subdesenvolvimento e suas questões; até mesmo “the very concept of developed-underdeveloped countries came into the world with the Cold War” (BRACARENSE, 2012, p. 5).

Dois fatos marcaram de modo indelével o panorama político mundial pós-Guerra, e condicionaram a evolução institucional e política global nos anos subsequentes (MEDEIROS; SERRANO, 1999): (i) o antagonismo fundamental entre os blocos capitalista e socialista, liderados respectivamente por EUA e URSS; (ii) a emergência incontestável da liderança dos Estados Unidos nos âmbitos militar, financeiro e industrial dentro do bloco capitalista, que emergiu do conflito mais forte economicamente - com sua indústria crescendo em média 15 % ao ano durante a guerra, além de ter logrado uma exitosa transição para os tempos de paz (ALDCROFT, 2001; VAN DER WEE, 1984) -, dono de boa parte das reservas mundiais em ouro e credor de praticamente todos os países aliados (SERRANO, 2004).

A institucionalização da hegemonia dos Estados Unidos no pós-Guerra (também denominada *Pax Americana*) teve seu marco mais relevante na Conferência de Bretton-

Woods, de 1944. Nela, foi estabelecido um sistema monetário internacional com taxas fixas de câmbio - mas ajustáveis, em caso de “desequilíbrios fundamentais” (EICHEN-GREEN, 2019; TEIXEIRA, 1989) - em relação ao ouro e ao dólar. Como emissor da moeda internacional, os Estados Unidos tornaram-se os reguladores do sistema capitalista mundial, funcionando para a economia global como “fonte autônoma de demanda efetiva e prestador de última instância” (BELLUZZO, 2016, p. 14).

A nova potência hegemônica que surgia incontestável tinha uma tarefa política dupla e árdua: impedir tanto a expansão das experiências socialistas quanto a reedição do desastre fascista. Para isso, era necessário “erigir um ambiente econômico internacional destinado a propiciar um amplo raio de manobra para as políticas nacionais de desenvolvimento, industrialização e progresso social” (BELLUZZO, 2016, p. 12). O manejo norte-americano do sistema de Bretton-Woods favoreceu a reconstrução europeia, bem como o desenvolvimento de uma série de nações: por um lado, a manutenção de sucessivos déficits na conta financeira dos EUA supriu a liquidez necessária para os processos de reconstrução dos seus aliados estratégicos, além de tornar desnecessários os ajustes externos recessivos tão comuns no padrão-ouro (BELLUZZO, 2012; MEDEIROS; SERRANO, 1999), permitindo a expansão de políticas fiscais e de desenvolvimento.

Além do novo sistema monetário, a conferência de Bretton-Woods marcou a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), que visava a financiar temporariamente países com déficit no balanço de pagamentos, usando-se de suas reservas em ouros e divisas (TEIXEIRA, 1989), e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que viria a integrar o Banco Mundial, com o papel de financiar a reconstrução europeia o desenvolvimento de países-membro pobres; no entanto, com o Plano Marshall, esse último viu sua utilidade na Europa diminuída e, a partir de 1948, redirecionou seu foco aos países subdesenvolvidos (ALACEVICH, 2009).

Os anos 40 e 50 marcaram também profundas mudanças no panorama do assim chamado Terceiro Mundo. Nos anos imediatamente seguintes ao fim do conflito, impérios coloniais inteiros foram desmontados, e emergiram deles nações independentes que buscavam seu lugar ao Sol; apenas entre 1945 e 1952, ocorreram: as independências de Síria, Líbano, Indonésia, Índia, Filipinas e Paquistão, o desmonte do império colonial japonês, levando à independência e posterior partição da Coreia, a Revolução Chinesa, e o Movimento dos Oficiais Livres no Egito, que iria derrubar a monarquia e catapultar o nasserismo e o pan-arabismo a forças políticas centrais no Oriente Médio.

Dessa onda de revoluções e descolonizações, surgiu uma nova força política, que via a necessidade de desenvolver-se para conquistar a independência econômica que andaria de mãos dadas com a recém-conquistada independência política. Ademais, a experiência com a Grande Depressão e a piora dos termos de troca, assim como as experiências de planejamento que foram observadas nos planos quinquenais soviéticos - bem como na

economia de guerra e no Plano Marshall - levaram à maior descrença no livre comércio como promotor do desenvolvimento e à crença na viabilidade do desenvolvimento via planejamento central (MEIER, 1984). Afirmar Meier (2005, p. 46):

Criticizing reliance on the price system, desiring social reform along with development, and stressing the pervasiveness of the obstacles to development, the governments of poorer countries became more attracted to central planning than had ever been the case in the historical experience of the now advanced Western countries. Governments of emergent nations commonly turned to national planning as if it were itself a precondition for development.

A contenda entre duas forças geopolíticas antagônicas tornou, pois, o apoio ao desenvolvimento e ao planejamento no Terceiro Mundo uma questão central. De acordo com Myrdal (1971, p. 5):

To both sides in the world conflict the political allegiance - or at least the neutrality - of the underdeveloped countries has become a stake in the struggle for security and power. Nor is this concern restricted to the foreign policy of the underdeveloped countries. Their attempts at national consolidation and economic development have also become aspects of the cold war in the sense that the effectiveness, the speed, and, even more, the direction of the reforms have become politically important to the contending power blocs.

A necessidade de promover o desenvolvimento em países subdesenvolvidos tornou-se, então, elemento fundamental para conter o crescimento do bloco socialista nessas regiões. A urgência em conter o avanço soviético foi melhor sintetizada pelo famoso discurso do presidente Harry Truman ao Congresso, em 1947:

The seeds of totalitarian regimes are nurtured by misery and want. They spread and grow in the evil soil of poverty and strife. They reach their full growth when the hope of a people for a better life has died. We must keep that hope alive.

The free peoples of the world look to us for support in maintaining their freedoms.

If we falter in our leadership, we may endanger the peace of the world – and we shall surely endanger the welfare of our own nation.

Great responsibilities have been placed upon us by the swift movement of events.

I am confident that the Congress will face these responsibilities squarely (ESTADOS UNIDOS, 1947).

Nos anos que se seguiram ao conflito, então, uma série de “laboratórios de desenvolvimento”, com missões ao leste da Europa (1944), Colômbia (1949), Itália (1951), Índia (1954), Indonésia (1954) e Japão (1948) (ALACEVICH, 2017; EICHENGREEN, 2011), além da implantação pela ONU de comissões regionais com o intuito de estudar o

desenvolvimento local, entre as quais destaca-se a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) em 1948. Como consequência dessa confluência de fatores, os 30 anos que se seguiram marcaram um processo de convergência, com um significativo aumento na parcela do “Terceiro Mundo” no PIB global (NAYYAR, 2013).

É nesse contexto internacional que nasce a Economia do Desenvolvimento: fortemente ligada à práxis, emergiu da necessidade de organizar teoricamente as experiências de planejamento e desenvolvimento que já pululavam nos Terceiro Mundo, no qual as teorias neoclássica e keynesiana pareciam falhar. Assim, “[d]evelopment economics, in other words, was from the very beginning an applied discipline” (ALACEVICH; BOIANOVSKY, 2018, p. 4).

A resposta institucional das universidades a esse esforço de teorização seguiu-se logo após, com o surgimento nos anos 50 de cátedras e centros de pesquisa sobre desenvolvimento em prestigiadas universidades; além disso, o número de revistas acadêmicas sobre o tema expandiu-se rapidamente nesse período (MEIER, 2005), ganhando autonomia como campo de estudo. Em um memorando à Universidade de Harvard nos anos 50, John Kenneth Galbraith argumentou:

Virtually all of our... course work is concerned with the sophisticated economic society in which markets and factor markets reflect modern forms of organization... The underdeveloped countries do not have such institutions or they are partial or primitive. As a result, problems take on a distinctive form... (GALBRAITH, 1955, apud ALACEVICH, 2017, p. 9).

Hirschman (2013[1981]) via a economia do desenvolvimento como definida por dois pressupostos básicos, que a diferenciariam tanto das teorias neomarxistas da dependência (Samir Amin, André Gunder Frank, Arghiri Emmanuel) quanto da ortodoxia neoclássica.

O primeiro seria a rejeição do que chamou de “monoeconomics”, i.e., a noção de que economias desenvolvidas e subdesenvolvidas teriam mesma natureza e, portanto, estariam sujeitas a tratamentos teóricos análogos. A Economia do Desenvolvimento buscou, pois, enfatizar as especificidades das economias subdesenvolvidas (e, ao fazê-lo, evidentemente, legitimar-se enquanto campo de estudo autônomo); a teorização mais famosa nesse sentido foi sem dúvidas o conceito de “economia dual”, formalizado teoricamente por Arthur Lewis em 1954, mas que já aparecera como noção em artigos seminais da disciplina, como Rosenstein-Rodan (2010[1943]), Singer (1950) e Furtado (2010[1952]). Mais do que uma diferença quantitativa, passível de resumo em indicadores como renda per capita ou pobreza, a distância entre estruturas desenvolvidas e subdesenvolvidas seria sobretudo estrutural/qualitativa: oposto à visão de desenvolvimento como crescimento, surgiu a noção do desenvolvimento como mudança estrutural (TODARO; SMITH, 2020). Apenas sobre esse pano de fundo podemos compreender, por exemplo, a seguinte afirmação de Furtado (2008[1957], p. 35) ao estudar a economia venezuelana nos anos 50:

A Venezuela é a economia subdesenvolvida de mais alto nível de produto *per capita* que existe atualmente no mundo. Seu produto territorial por habitante se aproximou, em 1956 [...] à média dos países industrializados da Europa Ocidental.

E conclui: “Contudo, apresenta todas as características estruturais de uma economia subdesenvolvida” (FURTADO, 2008 [1957], pg. 36).

Como corolário das economias subdesenvolvidas como *sui generis*, estruturalmente distintas das desenvolvidas, surgiram também as formulações que buscavam entender o processo de desenvolvimento de economias “atrasadas” em suas particularidades em relação àqueles países que haviam se desenvolvido pioneiramente. Assim, de encontro à noção rostowiana de “etapas” universais do desenvolvimento, Gerschenkron estudou os processos de industrialização “tardia” de Alemanha e Rússia, enfatizando os diferentes mecanismos (bancos, Estado...) que esses países utilizaram para desenvolverem-se mais rapidamente e de modo distinto da experiência originária inglesa. Afirma Gerschenkron (2015[1952], p. 69):

Os processos de industrialização, ao serem finalmente lançados em países atrasados, exibiram diferenças consideráveis, se comparados às nações mais adiantadas. Isso ocorreu não só no tocante à velocidade do desenvolvimento (a taxa de crescimento industrial), mas também às estruturas produtivas e organizacionais da indústria que emergiu desses processos. Em considerável medida, tais diferenças na velocidade e no caráter do desenvolvimento industrial resultam da ação de instrumentos institucionais com pouco ou nenhum equivalente nos países industriais avançados.

O segundo pressuposto que, segundo Hirschman (2013[1981]), seria central na economia do desenvolvimento, é o de “mutual-benefit”, i.e., a noção de que “enlarged economic relations between rich and poor countries would be beneficial for both” (HIRSCHMAN, 2013[1981], p. 60). O artigo de 1943 de Paul Rosenstein-Rodan, tido por muitos como marco fundador da economia do desenvolvimento, inicia com a afirmação de que “a industrialização de áreas deprimidas [...] interessa não só a esses países como ao mundo como um todo” (ROSENSTEIN-RODAN, 2010 [1943], p. 265), de modo que as primeiras palavras da disciplina que surgia poderiam ser interpretadas como uma enunciação da “mutual-benefit assumption” de que nos falava Hirschman.

No entanto, a visão de que os interesses de países desenvolvidos e subdesenvolvidos se complementariam mutuamente nunca foi um consenso entre os economistas do desenvolvimento. Para Streeten (1984, p. 337), “development economists constitute a large group, many of whom would reject the mutual benefit claim without regarding themselves as neo-Marxists or dependence theorists”. Hans Singer parece ser um exemplo de economista do desenvolvimento que divergiu dessa hipótese, ao afirmar, em seu famoso artigo de 1950:



If we apply the principle of opportunity costs to the development of nations, the import of capital into under- developed countries for the purpose of making them into providers of food and raw materials for the industrialized countries may have been not only rather ineffective in giving them the normal benefits of investment and trade but may have been positively harmful (SINGER, 1950, p. 476).

Uma outra definição parece dar melhor conta do desenvolvimento como campo de estudo: “Development economics is what development economists do” (ALACEVICH; BOIANOVSKY, 2018, p. 4). Por detrás da aparente tautologia, a definição acima dá conta de um aspecto fundamental do novo campo que nascia: a economia do desenvolvimento se define não por uma base teórica ou hipóteses comuns, mas sim por um problema em comum.

Essa definição aberta da disciplina advém de suas raízes eminentemente pragmáticas, da busca de economistas por darem conta de suas experiências práticas: não à toa, nos anos que precederam a explosão da disciplina, seus maiores nomes frequentemente estavam alocados em organismos internacionais ou em departamentos coloniais, buscando a solução de problemas concretos. Paul Rosenstein-Rodan, pioneiro da disciplina, fora membro do Banco Mundial (ALACEVICH, 2020); Arthur Lewis, por sua vez, fora colaborador do Colonial Office, departamento do governo britânico que supervisionava suas colônias (TIGNOR, 2006), e Albert Hirschman foi enviado pelo Banco Mundial como consultor ao governo colombiano, experiência “vital to conceiving *Strategy*” (ADELMAN, 2013, pg. 352)- i.e., *The strategy of economic development*, seu livro mais célebre.

Assim, a disciplina que nascia estava marcada pela prática e, conseqüentemente, pelas discordâncias internas. Afirmam Alacevich e Boianovsky (2018, p. 4):

Development economics, in other words, was from the very beginning an applied discipline, highly contested, characterized by strong eclecticism, with roots in different theoretical traditions (including an important number of classical propositions), and with an intrinsic permanent uncertainty of identity that has never abandoned it.

A divisão mais discutida dentro da economia do desenvolvimento é aquela entre os defensores do “crescimento balanceado” e os do “crescimento desbalanceado”. O artigo de Paul Rosenstein-Rodan, de 1943, tido como marco fundador da nova disciplina, fez uma defesa bastante explícita do “crescimento balanceado” (embora não utilize esse termo), i.e., a noção de que “only by developing many businesses like departments of an enterprise, each equally essential to its operation, would it be possible to create external economies that would have made the industrial sector profitable and economically sustainable (ALACEVICH, 2009, p. 67-68). Assim, devido à presença de indivisibilidades - da tecnologia ou da demanda (ROSENSTEIN-RODAN, 1957) - externalidades eram frequentemente geradas: a primeira delas estaria no treinamento da mão de obra, que pode não ser lucra-

tivo para o empresário individualmente - visto que há a possibilidade de contratação do empregado por outras empresas - mas que “é o melhor tipo de investimento para o Estado” (ROSENSTEIN-RODAN, 2010[1943], p. 268). Outra externalidade, chamada por Scitovsky (2010[1954], p. 320) de “economias externas pecuniárias”, deriva do fato de que a expansão da produção e do emprego em uma indústria gera demanda para as demais, de modo que, embora a criação de uma única indústria pode não ser lucrativa, a implementação simultânea de um conjunto de indústrias pode sê-lo, pois “a criação planejada de um sistema de indústrias complementares desse tipo reduziria o risco de insuficiência da procura” (ROSENSTEIN-RODAN, 2010[1943], pg. 269). Daí derivam: (i) a incapacidade dos mecanismos de mercado de gerarem a coordenação necessária dos investimentos para dar impulso ao desenvolvimento; (ii) a necessidade de um investimento maciço em várias indústrias simultaneamente, conhecido como “big push”. Afirma Rosenstein-Rodan (1957, pg. 1):

Proceeding ‘bit by bit’ will not add up in its effects to the sum total of the single bits. A minimum quantum of investment is a necessary (though not sufficient) condition of success. This is in a nutshell the contention of the theory of the big push.

Só desse modo, então, seria possível resolver o problema de “excesso de população agrária” (ROSENSTEIN-RODAN, 2010 [1943], pg. 265) nas áreas deprimidas e, assim, “produzir o equilíbrio estrutural da economia mundial” (ROSENSTEIN-RODAN, 2010 [1943], pg. 273). É necessário ressaltar ainda que, embora o artigo se dedique ao problema particular do Leste da Europa, na visão de seu autor, ele tinha consequências mais gerais, podendo ser considerado como uma teoria geral do processo de desenvolvimento: “that was really a general development theory applied to a problem... Eastern Europe served as an example of the general thinking and not necessarily as the main purpose” (ROSENSTEIN-RODAN, 1961, apud ALACEVICH, 2020, pg. 12).

Uma outra famosa defesa do “crescimento balanceado” foi feita por Ragnar Nurkse. Para ele, os países subdesenvolvidos sofreriam de um círculo vicioso, que “afligem tanto a demanda como a oferta no problema da formação de capital nas áreas economicamente atrasadas” (NURKSE, 2010 [1953], p. 277). Pelo lado da demanda, o baixo nível de renda desses países limitaria a dimensão de seu mercado, o que inibe o investimento dos empresários privados, impedindo a acumulação de capital que garantiria ganhos de produtividade posteriores. Já pela oferta, o baixo nível de renda limitaria a capacidade de poupança e, conseqüentemente, a acumulação de capital, o que impede aumentos de produtividade e renda. Ademais, a baixa capacidade de poupança seria agravada pelo assim chamado “efeito-demonstração”: as populações dos países subdesenvolvidos, ao terem contato com padrões de consumo de países ricos, são induzidos a mimetizá-los, restringindo assim a oferta já escassa de poupança. Desse modo, a única saída possível para

a armadilha do subdesenvolvimento seria, segundo Nurkse, por meio de “uma aplicação de capital mais ou menos sincronizada numa ampla gama de indústrias diferentes” (NURKSE, 2010 [1953], pg. 278).

Arthur Lewis, cuja posição no debate não é tão explorada, e apesar de seu artigo mais célebre ser visto frequentemente como uma defesa do *laissez faire*, parece, em seu livro de 1955, fazer uma defesa bastante explícita da doutrina do “crescimento equilibrado”:

In development programmes all sectors of the economy should grow simultaneously, so as to keep a proper balance between industry and agriculture, and between production for home consumption and production for export (LEWIS, 1955, p. 283).

A visão oposta, mais celeberrimamente capitaneada por Hirschman - embora tenha sido sustentada também por outros economistas, como Paul Streeten - advoga justamente pelo papel positivo e dinamizador dos desequilíbrios: “If the economy is to be kept moving ahead, the task of development policy is to maintain tensions, disproportions, and disequilibria” (HIRSCHMAN, 1958, p. 66). Assim, o investimento em projetos individuais, ao invés de simultaneamente na economia como um todo, criaria oportunidades de investimento, devido à complementaridade entre os setores:

The complementarity effect of investment is therefore the essential mechanism by which new energies are channeled toward the development process and through which the vicious circle that seems to confine it can be broken. To give maximum play to this effect must therefore be a primary objective of development policy (HIRSCHMAN, 1958, p. 43).

Assim, os aportes de capital deveriam ser feitos em projetos que maximizariam os investimentos induzidos, o que permitiria o maior crescimento possível com um volume limitado de recursos.

Essa visão deriva do fato de que Hirschman via o problema do desenvolvimento não como uma questão de insuficiência de capital - e, conseqüentemente, subutilização de mão de obra -, mas como um problema de trazer à tona as reservas de recursos e habilidades que, embora latentes, existiam naqueles países. Assim:

[D]evelopment depends not so much on finding optimal combinations for given resources and factors of production as on calling forth and enlisting for development purposes resources and abilities that are hidden, scattered, or badly utilized (HIRSCHMAN, 1958, p. 5).

De modo a melhor trazer à tona esse reservatório submerso de empreendedorismo e recursos, surge a necessidade de criar desequilíbrios que gerem pressões no sentido de impelir tanto empresários privados quanto o próprio Estado (pois frequentemente os desequilíbrios geram pressões políticas para que o Estado os resolva) rumo à sua resolução.

Conectada a essa visão, então, está um outro modo de operação do Estado: para Hirschman, o planejamento centralizado dos investimentos, embora permita a internalização de economias externas, também acarreta a internalização de deseconomias externas, sendo assim incerto se o planejamento seria mais eficaz do que a ação mais pontual em promover o desenvolvimento, embora certamente mais dispendioso:

The case for centralized investment planning as growth-promoting *per se* would of course be entirely convincing if it permitted production to be organized in such a way that only external economies were internalized while all the external diseconomies and social costs resulting from new ventures remained strictly external to the central authority or were negligible (HIRSCHMAN, 1958, p. 56).

Assim, conectada a essa visão do processo de desenvolvimento está uma ação do Estado que, embora mais restrita, não deixa de ser relevante: o governo deveria fazer investimentos iniciais em projetos que maximizam o “investimento induzido” e, se necessário, agir para aliviar alguma pressão que advenha dos desequilíbrios gerados. Ademais, como boa parte das discussões sobre o desenvolvimento se deram dentro de organismos internacionais, o debate teórico entre defensores do “crescimento equilibrado” e do “crescimento desequilibrado” estava ligado à forma de ajuda externa que os países receberiam: os primeiros tendiam a defender o financiamento mais amplo ao planejamento do crescimento (“program loans”), enquanto os últimos advogavam pelo financiamento a projetos individuais (“project loans”) de modo a alavancar o crescimento (sobre esse debate ver HIRSCHMAN; BIRD, 1968; ALACEVICH, 2009, cap. 4).

Outra divisão pode ser estabelecida ainda na economia do desenvolvimento entre neoclássicos e estruturalistas (ou, como Ian Little denomina, “flat-earthers” e “round-earthers”), i.e., entre dois grupos: o primeiro (neoclássicos) que enxerga um mundo mais flexível e maleável, “like toothpaste or syrup” (STREETEN, 1984, p. 345), em que os mecanismos de mercado têm, pois, papel central no desenvolvimento. Um exemplo dessa visão pode ser dada por Lorde Bauer, para quem, segundo sua experiência na Malásia e no Oeste da África, os grandes desenvolvimentos que testemunhou foram:

[I]n very large measure the result of the individual voluntary responses of millions of people to emerging or expanding opportunities created largely by external contacts and brought to their notice in a variety of ways, primarily through the operation of the market (BAUER, 1984, p. 30-31).

O outro grupo, por sua vez, via na presença de indivisibilidades, externalidades ou assimetrias as razões para que os mecanismos de mercado não fossem suficientes (e, por vezes, até mesmo contraproducentes) para a promoção do desenvolvimento. Como corolário dessa posição, portanto, a ação estatal, seja por meio do planejamento mais amplo, investimentos em setores-chave ou incentivos à iniciativa privada, ganharia um papel estratégico para o arranque rumo ao desenvolvimento.

Por suas raízes eminentemente práticas, que geraram um campo de estudo altamente eclético e prenhe de controvérsias, a economia do desenvolvimento que nascia recebeu diversas críticas por sua falta de rigor teórico e ausência de modelagem matemática explícita (KRUGMAN, 1992; TIGNOR, 2006). A repercussão do artigo de 1954 de Lewis, inclusive entre os círculos *mainstream* da teoria econômica - ao contrário da maioria de seus companheiros de disciplina - deu-se em grande parte por seu rigor e sua fácil modelagem: embora Lewis não tenha traduzido para a linguagem matemática seu modelo, nos anos subsequentes uma série de artigos fazendo esse movimento foram publicados em importantes revistas - entre os mais famosos, estão Ranis e Fei (1961) e Harris e Todaro (1970).

Assim, a visão de Lewis uniu um aspecto dos mais relevantes da economia do desenvolvimento, i.e., a visão das economias subdesenvolvidas como estruturas estruturalmente distintas das já desenvolvidas - a rejeição da “*monoeconomics*” que nos apontava Hirschman -, com outro muito caro à visão que prevaleceu na economia especialmente após os anos 60: a possibilidade de modelagem matemática.

## 2.2 O dualismo lewisiano e os obstáculos à sua superação

Embora seja a referência central para o estudo do dualismo, Lewis (2010 [1954]) não foi, de modo algum, o introdutor da noção - e nem do termo - na literatura. Boeke (1953) já alertara para a emergência de economias duais como consequência da implantação de núcleos capitalistas em economias “primitivas”, gerando uma sociedade em que conviviam dois sistemas diferentes, regidos por dinâmicas completamente distintas e tendo como valores fundamentais premissas frequentemente opostas, sem tendência, portanto, à absorção de um pelo outro, nem à dialetização em um sistema homogêneo.

Mesmo anteriormente, Singer (1950) já havia notado na convivência de setores de produtividades muito díspares uma idiosincrasia relevante das economias subdesenvolvidas:

Thus the economy of underdeveloped countries often presents the spectacle of dualistic economic structure: a high productivity sector producing for export coexisting with a low productivity sector producing for the domestic market (SINGER, 1950, p. 474).

Se a noção de economia dual não nasceu com Lewis, é sem dúvida em sua obra que encontramos sua versão mais bem acabada e teoricamente rigorosa dentre os “pioneiros do desenvolvimento” (MEIER, 1984), gerando admiração até mesmo entre economistas críticos à Economia do Desenvolvimento.

Para Lewis, a característica mais marcante das economias subdesenvolvidas - e o que caracterizava mesmo seu subdesenvolvimento - era a convivência na mesma economia de dois setores: um capitalista e outro não-capitalista (ou de subsistência), gerando economias

marcadas por “fragmentos altamente desenvolvidos cercados pela escuridão econômica” (LEWIS, 2010 [1954], p. 422). A definição de setor capitalista para Lewis deriva da tradição clássica, em que:

‘[C]apitalist’ is defined (...) as a man who wires labour and resells his output for a profit. So a domestic servant is in the capitalist sector when working in a hotel but not when working in a private home (LEWIS, 1968, p. 2).

Essa definição de setor capitalista é compatível com as definições de trabalho produtivo em Adam Smith - “those who work with capital and whose product is sold at prices above their wage” (Boianovsky, 2017, p. 11) - e Marx, para quem o trabalhador produtivo é aquele que “produz mais-valor para o capitalista” (MARX, 2013[1867], p. 578).

O setor de subsistência, por sua vez, é definido por exclusão como “a parte da economia que não utiliza capital reprodutível” (LEWIS, 2010 [1954], p. 420); por definição, portanto, o setor de subsistência é necessariamente menos produtivo do que o capitalista:

Productivity must be higher in the capitalist sector because the employment will not be offered unless there is a surplus over wages, and will not be accepted unless wages are at least as high as the average product of the selfemployed sector, which is what the worker could otherwise earn (LEWIS, 1958, p. 9).

Em países subdesenvolvidos, a presença de um setor não-capitalista é sintoma da insuficiência de capital e recursos naturais suficientes para absorver produtivamente toda a população, de modo que surgem diversas instâncias de desemprego disfarçado, exemplificadas pela presença de “farm labourers, handicraft workers, domestic servants, petty traders and such” (LEWIS, 1979, pg. 217); a ausência de estoque de capital suficiente para absorver toda a mão de obra é uma das principais distinções entre a análise de Lewis (e dos clássicos) e aquela dos neoclássicos, para quem “full utilisation of the existing capital equipment would allow for employment of the entire labour force” (GAREGNANI, 1978, p. 337).

Desse modo, haveria, nessas economias, oferta ilimitada de mão de obra (não qualificada) advinda dessas fontes, somadas ao crescimento populacional, à imigração e à entrada de parcelas da população antes alheias ao mercado de trabalho - como era o caso das mulheres - o que permitiria uma expansão econômica sem pressões salariais em um horizonte temporal relativamente longo.

É importante notar, portanto, que a argumentação de Lewis de modo algum pressupõe que a dicotomia entre setor capitalista e de subsistência equivalha àquela entre indústria e agricultura. Ao contrário de Rosenstein-Rodan (2010 [1943], p. 265), que via no “excesso de população agrária” o principal problema a ser enfrentado pelos países

subdesenvolvidos, e a industrialização sua solução, em Lewis, “the model is intended to work equally well whether the capitalists are agriculturists or industrialists” (LEWIS, 1968, p. 2). Ao contrário da visão de alguns comentadores, como Ranis e Fei (1961), portanto, a visão de Lewis não é necessariamente pró-industrialização:

The lesson of the model was not that overpopulated underdeveloped countries needed to industrialize. It was that a process of accumulation could start with capitalist enterprise, be it in the agricultural, mining, manufacturing, tourist or other service sector (FIGUEROA, 2004, p. 743).

Assim, pela presença dessas fontes, o setor capitalista se defronta com uma oferta ilimitada de mão de obra, desde que ofereça um salário superior aos rendimentos obtidos no setor de subsistência. É importante ressaltar ademais que, para que isso ocorra, não é necessário ao modelo - conforme argumenta Sen (1966), rebatendo as críticas de Schultz e Viner -, que a produtividade marginal do setor de subsistência seja nulo, bastando que a produtividade marginal no setor capitalista seja superior à produtividade média do setor de subsistência. Os salários no setor capitalista são determinados pelos rendimentos do setor de subsistência - adicionados de um prêmio, de modo a compensar o maior custo de vida e o custo psicológico da mudança da força de trabalho. A realocação da força de trabalho em direção ao setor capitalista, para Lewis, dar-se-ia, pois, por meio de diferenciais intersetoriais de remuneração. O seu modelo foi baseado principalmente na experiência britânica durante a Revolução Industrial (LEWIS, 1968, 1979). Tendo como base a mesma experiência, no entanto, Marx ressaltou outros mecanismos (extraeconômicos) que serviram de alavanca à proletarianização, e que estão na base de uma série de críticas a Lewis e seus epígonos (ver, por exemplo, ARRIGHI, 1970):

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres (MARX, 2013 [1867], pg. 787).

É preciso ressaltar, no entanto, que a hipótese de oferta ilimitada de mão de obra presente no modelo de Lewis está restrita a países superpovoados, e o próprio Lewis reconhece a possibilidade do processo de desenvolvimento requerer a expropriação de parcelas da população:

It is very hard to get labour in a community where everybody has all the land he needs to satisfy his requirements. Hence one of the conditions of economic growth is the creation of a landless class. This may be done by depriving the farmers of land, as was to some extent the effect of the enclosure movement in Britain; or it may result from overpopulation (LEWIS, 1955, p. 92).

De todo modo, tendo sido criados por meio de diferenciais de remuneração (como argumenta Lewis em seu modelo) ou por expropriação direta (como argumentam Marx e Arrighi, e cuja possibilidade reconhece o próprio Lewis), o modelo parte da hipótese de um reservatório de trabalho excedente, de modo que “uma enorme expansão de novas indústrias ou de novas oportunidades de emprego pode ter lugar sem que ocorra nenhuma escassez de trabalho não qualificado” (LEWIS, 2010 [1954], p. 418).

A definição exógena dos salários em relação à produção (i.e., os salários são tomados pelos capitalistas como dados) é um dos principais motivos pelo qual o modelo de Lewis “foi escrito segundo a tradição clássica” (LEWIS, 2010 [1954], p. 413). Ao contrário da tradição neoclássica, em que salários e lucros eram determinados simultaneamente no processo de produção, para os clássicos:

The treatment of wages as an independent variable and of other distributive variables, profits in particular, as dependent residuals exhibits a fundamental asymmetry in the classical approach to the theory of value and distribution (KURZ; SALVADORI, 1995, p. 14).

No entanto, ao contrário de Ricardo e Marx, para quem o salário era determinado pelo necessário à produção dos meios de subsistência - entendida aqui como conceito não apenas fisiológico, mas também sócio-cultural - da força de trabalho (RICARDO, 1985 [1817]; MARX, 2013 [1867]), Lewis não busca derivar o salário vigente no setor capitalista, bastando que este seja superior aos rendimentos obtidos no setor de subsistência (de modo que a oferta de trabalho ao salário vigente seja superior à demanda por trabalho por um período largo de tempo) para que a dinâmica do modelo possa ocorrer:

The model does not attempt to derive the conventional wage: as in the classical system this depends not only on productivity but also on social attitudes. The model simply postulates as facts that in the initial stage the supply of labour at the given wage exceeds the demand, and that this condition will continue for some time despite the expansion of the capitalist sector (LEWIS, 1968, p. 4).

Então, dada a presença desse reservatório de mão de obra a um salário dado, “a escassez de trabalho não impõe limite algum à criação das novas fontes de emprego” (LEWIS, 2010 [1954], p. 416); assim, o principal limitante ao crescimento nessas economias seria o estoque de capital, de modo que “o fator principal do desenvolvimento econômico é a acumulação rápida do capital” (LEWIS, 2010 [1954], p. 429).

Dada a existência de um setor de subsistência, que fornece um reservatório de mão de obra a um salário constante, e de um setor capitalista:

Podemos começar a seguir o processo de expansão econômica. A chave do processo é a utilização que se faz do excedente capitalista. À medida que este é reinvestido a fim de criar novo capital, o setor capitalista se amplia,



transferindo-se um maior número de indivíduos do setor de subsistência para o setor capitalista (LEWIS, 2010 [1954], p. 425).

Desse modo, dada a existência de um setor capitalista (que, por definição, produz excedente), uma parte do excedente capitalista seria reinvestida, expandindo o estoque de capital e a absorção de mão de obra do setor de subsistência, e aumentando - dada a realocação de mão de obra para o setor capitalista, mais produtivo - a produtividade do trabalho (LEWIS, 1958). Consequentemente, dada a constância dos salários advinda da presença de oferta ilimitada de trabalho, isso ampliaria ainda mais o excedente nas mãos da classe capitalista, gerando nova expansão na acumulação de capital, em um processo de causação cumulativa que culminaria com a absorção de todo o excedente de mão de obra.

Há, no modelo de Lewis, uma forte relação entre distribuição de renda e desenvolvimento: enquanto houver oferta ilimitada de mão de obra a um salário real constante, a parcela dos lucros na renda deverá estar crescendo, por meio de dois mecanismos: (i) a participação dos lucros na renda do setor capitalista estará crescendo; (ii) a participação do setor capitalista no total da economia também estará crescendo. Essa distribuição da renda em direção aos lucros é crucial para a dinâmica do modelo: como, para Lewis (2010[1954], p. 430), praticamente “toda a poupança provém daqueles que têm lucros ou renda”, essa distribuição do excedente em favor dos lucros teria o efeito de aumentar a acumulação de capital, em um processo de causação cumulativa, até que todo o reservatório de mão de obra fosse absorvido pelo setor capitalista, momento a partir do qual novas expansões requereriam aumentos salariais - i.e., a curva de oferta de trabalho passaria a ser positivamente inclinada, como previam os modelos neoclássicos.

Assim, a análise de Lewis dava uma explicação teórica plausível à constatação empírica de que “the savings ratio rises in the first stage of economic development (...) [and] it ceases to rise in the second stage” (LEWIS, 1958, p. 17), bem como ao comportamento da desigualdade no processo de desenvolvimento estudado pelo famoso artigo de Kuznets (1955, p. 18), para quem haveria:

[W]idening in the early phases of economic growth when the transition from the pre-industrial to the industrial civilization was most rapid; becoming stabilized for a while; and then narrowing in the later phases.

Essa relação positiva entre desenvolvimento e desigualdade funcional da renda não depende de que toda a poupança advenha dos lucros: é condição suficiente que a propensão marginal a poupar dos lucros seja superior àquela a partir dos salários. Assim, “as the capitalist sector expands, and profits rise relatively to national income, the ratio of savings to national income will increase” (LEWIS, 1958, p. 16). O que essa abordagem exige, no entanto, é a hipótese de que o investimento capitalista pode ser “completely dissociated from the consumption demand of workers and peasants” (PATNAIK, 2006, pg. 339); assim,

no modelo, a taxa de investimento dos países subdesenvolvidos é determinado pela taxa de poupança - como nos modelos neoclássicos tradicionais -, de modo que inexistente “an investment function distinct from saving (...). Capitalists are supposed to automatically transform their saving into capital formation” (BOIANOVSKY, 2019, p. 20).

Embora Lewis - que está escrevendo no auge da influência do keynesianismo e do modelo Harrod-Domar (BOIANOVSKY, 2015) - reconheça a possibilidade de que um aumento da poupança reduza o investimento, ele descarta essa possibilidade como sendo restrita aos países desenvolvidos, sendo o investimento nos países subdesenvolvidos “always savings constrained” (PATNAIK, 2006, pg. 339). Lewis (1955, pg. 216) resume a argumentação:

It is theoretically possible that increasing thrift will discourage investment, but it is equally possible that it will stimulate investment. The possibility that the level of saving may be too high has to be taken into account by countries which are already so well stocked with capital that the incentive to invest is weak, and there is danger of a chronic shortage of investment opportunities. (...) In the less developed countries there is no such danger.

Dada a função de investimento-poupança da economia, a dinâmica de absorção de mão de obra no modelo de Lewis foi resumida por Patnaik (2006, p. 339) do seguinte modo: sendo  $s$  a taxa de poupança-investimento no setor capitalista,  $v$  a relação capital-produto,  $m$  a taxa de crescimento da produtividade do trabalho e  $n$  a taxa de crescimento populacional, o setor capitalista estará absorvendo mão de obra do setor de subsistência se:

$$\frac{s}{v} \geq m + n \quad (2.1)$$

Assim, à primeira vista, o ritmo de absorção de mão de obra pelo setor capitalista pode ser retardado pela utilização de técnicas mais capital-intensivas e pelo progresso técnico poupador de trabalho; no entanto, para Lewis (2010[1954], p. 426), “dentro do setor capitalista, o conhecimento e o capital atuam em conjunto na mesma direção, a fim de elevar o excedente e o emprego”. Desse modo, mesmo que no curto prazo as inovações possam reduzir a absorção de trabalho, ao aumentar o excedente nas mãos da classe capitalista, o efeito de inovações seria:

[To] reduce the wage rate relatively to the return on capital, since it will not be adopted unless it increases the return on capital. Thus it must increase the absolute surplus over wages, but it may increase or reduce employment or leave it unchanged; and even national income as a whole, may be increased, reduced or left unchanged (LEWIS, 1958, p. 12).

Essa visão seria posteriormente matizada pelo próprio Lewis (1979) que, revisando seu modelo à luz das experiências frequentemente frustradas de desenvolvimento, indica

na adoção de técnicas menos intensivas em trabalho e na presença de heterogeneidades no mercado de trabalho potencializadas pela atuação de sindicatos, do Estado e de empresas monopsonistas (gerando aumento no *gap* entre rendimentos no setor capitalista e no de subsistência) fatores que frearam a absorção de mão de obra, tornando-a mais árdua do que quando escrevera seu artigo original. No entanto, rejeita a persistência desses fatores, e reitera o seu modelo dual como sendo aquele mais adequado para se entender o processo de desenvolvimento, assim como o otimismo na sua superação (LEWIS, 1979).

As únicas forças capazes de conter o desenvolvimento capitalista, uma vez iniciado, seriam aquelas que restringiriam o excedente nas mãos da classe capitalista: (i) um aumento dos salários reais no setor capitalista (por um aumento nos preços dos bens-salário, por incrementos na produtividade do setor de subsistência); (ii) choques exógenos que diminuam o excedente, “including natural disasters such as epidemics or earthquakes” (LEWIS, 1958, p. 20); (iii) no caso em que os setores produzem bens distintos, uma piora dos termos de troca contra o setor capitalista, o que diminuiria sua parcela da renda nacional.

À parte as possíveis causas contratendências, Lewis via com otimismo a expansão do setor capitalista: “[u]ma vez surgido o setor capitalista, é uma questão de tempo para que ele atinja uma dimensão considerável” (LEWIS, 2010[1954], p. 433). Dado o caráter relativamente automático do desenvolvimento capitalista no modelo, cabe indagar o que explicaria, na visão de Lewis, a ubiquidade do subdesenvolvimento pelo mundo.

Ao contrário da visão do “círculo vicioso da pobreza” de Nurkse, em que os países subdesenvolvidos tinham baixa poupança (e, portanto, não se desenvolviam) justamente por serem pobres, para Lewis (1955, pg. 236), “saving is low because the capitalist sector is small”. Assim, por trás dos mecanismos econômicos explicitados em seu modelo, há:

[U]m problema sociológico relacionado ao surgimento de uma classe capitalista, isto é, de um grupo de homens que pensam em termos de investimento produtivo de capital. As classes dominantes das economias atrasadas - proprietários de terra, comerciantes, credores, sacerdotes, militares, príncipes - normalmente não pensam nesses termos (LEWIS, 2010[1954], p. 432).

Assim, embora seu modelo explique os mecanismos pelos quais uma economia se desenvolve, uma vez formado um setor capitalista que a impulse, é impossível entender a permanência do dualismo e do subdesenvolvimento para Lewis sem entender os mecanismos extraeconômicos que impedem a emergência desse “grupo de homens que pensam em termos de investimento produtivo de capital” (LEWIS, 2010[1954], p. 432). Assim, o seu modelo, melhor resumido em seu artigo de 1954 (mas frequentemente revisitado pelo autor), dá conta apenas da parte mais fácil do desenvolvimento:

Once a country has grown used to investing net 12 per cent of national income, with all that this implies in attitudes and institutions, it is

easy enough to see why it continues to do so. The baffling problems in economic growth are the beginning and the end; how a country makes its departure from the five per cent or less class, or, at a later stage of development, why investment shows a secular decline (LEWIS, 1955, p. 274).

Todavia, em seu livro de 1955 - "Theory of economic growth" - Lewis buscou responder à questão central de quais instituições e comportamentos são mais compatíveis com o desenvolvimento de longo prazo e, ainda mais importante, de qual maneira essas instituições e comportamentos podem ser mudados ao longo do tempo, de modo a impulsionar o desenvolvimento.

É sobre esse pano de fundo teórico que deve ser entendida a famosa afirmação de Lewis (2010[1954], pg. 428) de que "o fator principal do desenvolvimento econômico é a acumulação rápida do capital": críticas - em especial Easterly (1999,2001) atribuíram a Lewis uma espécie de "capital fundamentalism" (EASTERLY, 2001, pg. 47), i.e., "the monist preoccupation with physical capital accumulation as the primary determinant of the rate of economic growth" (BOIANOVSKY, 2015, pg. 2); entretanto, no arcabouço lewisiano mais geral:

Economic growth is associated with an increase in capital per head. It is, as we have seen, also associated with much else: with institutions which give incentive to effort, with attitudes which value economic efficiency, with growing technical knowledge, and so on. Capital is not the only requirement for growth, and if capital is made available without at the same time providing a fruitful framework for its use, it will be wasted (LEWIS, 1955, p. 201).

Assim, mais importante do que a acumulação de capital *per se*, estão as mudanças institucionais e de comportamento que permitem a acumulação de capital e o aproveitamento das oportunidades de investimento geradoras de desenvolvimento. As três principais causas do crescimento, para Lewis (1955) são o "esforço para economizar" - i.e., "the effort directed towards increasing the yield of a given effort or resource, or towards reducing the cost of a given yield" (LEWIS, 1955, p. 23) -, conhecimento técnico e a acumulação de capital, tendo cada uma delas outras causas e fatores subjacentes.

Na visão de Lewis (1955), as instituições econômicas teriam papel central ao moldarem o comportamento dos agentes no sentido de os levarem a potencializar o desenvolvimento. O primeiro conjunto de instituições que potencializariam o crescimento são aquelas que garantem aos indivíduos (tanto trabalhadores quanto capitalistas) e ao governo o fruto de seu trabalho ou investimento - i.e., regras de propriedade bem definidas e relações de assalariamento. Ademais, a liberdade para contratar fatores de produção - capital, trabalho e terra -, livres de laços de servidão, de parentesco e de afiliação política, seriam fatores centrais para alavancar o desenvolvimento: "[e]conomic growth requires that men should be free to hire resources, and to enter trades" (LEWIS, 1955, p. 90).

Outro componente central para o crescimento seria a especialização, cujo aprofundamento seria permitido pela introdução do comércio, do mercado e do dinheiro:

Growth requires specialization, specialization requires co-ordination by a price mechanism, and this co-ordination is effective only in proportion to the response of individuals to changes in prices. (...) Specialization requires also the use of money (LEWIS, 1955, p. 75).

Portanto, longe do economicismo, Lewis (1955) abordou largamente a influência das instituições políticas e das elites político-econômicas sobre as perspectivas de desenvolvimento e rompimento com o dualismo estrutural das diferentes nações; primeiramente, há uma relação direta entre crescimento e a mobilidade social de determinada sociedade:

In the first place, if the upper classes-in business, government, science, and other spheres-are not continually refreshed from below, they degenerate, both biologically and culturally. (LEWIS, 1955, p. 84).

Assim, uma classe dominante fechada, baseada em valores de tradição e perpetuada por laços de herança, ao invés de mérito, não se adaptaria de modo adequado a um mundo em constante evolução, freando assim o desenvolvimento. A defesa da maior abertura das elites às classes mais baixas, no entanto, “must not be confused with arguments for equality” (LEWIS, 1955, p. 84), mas por uma classe dominante permeável, pelo mérito, a pessoas de fora - i.e., contra estamentos e castas:

We cannot therefore expect vigorous economic growth to occur in communities where social mobility is prevented by slavery, by caste, by race barriers, by social snobbery, by religious differentiation or the like (LEWIS, 1955, p. 88).

Para Lewis (1955), o crescimento econômico depende da capacidade de “seizing new opportunities” (LEWIS, 1955, p. 148): assim, o ponto de virada no crescimento de uma sociedade (i.e., o ponto de início do seu modelo) pode aparecer tanto pela abertura de novas oportunidades de investimentos - advindo de novas tecnologias, melhorias na infraestrutura de transporte e comunicação, ou um influxo externo de capital - ou mudanças político-institucionais que permitam o melhor aproveitamento das antigas oportunidades: por exemplo, a instituição de uma classe dominante que pensa “em termos de investimento produtivo de capital” (LEWIS, 2010[1954], p. 432), a abolição da servidão, ou mudanças nas regras de propriedade que garantissem às pessoas os rendimentos de seus empreendimentos.

Ademais, desenvolvimento e mudanças institucionais, na visão de Lewis (1955), reforçar-se-iam mutuamente: por um lado, o crescimento econômico, uma vez iniciado, “will certainly erode the old institutions, and create new ones more compatible with further growth” (LEWIS, 1955, p. 143); por outro, mudanças institucionais que tornam as pessoas

mais afeitas a aproveitarem novas oportunidades “will itself either create or reveal new opportunities to be seized; and the emergence of new opportunities will in turn reinforce the changes in beliefs and institutions” (LEWIS, 1955, p. 143). No entanto, alerta, essas mudanças ocorrem de modo lento, desigual e incompleto, dando lugar a formações sociais que mesclam elementos da ordem antiga com outros pertencentes à nova:

The adjustment of institutions to changing economic circumstances may be a painful process. (...) The new and the old are mixed illogically and in curious proportions, which differ widely from society to society. The transformation is never complete. (LEWIS, 1955, p. 144).

Isso nos leva a um ponto central da argumentação de Lewis, mas que permanece escanteado no modelo: a relação entre as antigas classes dominantes e a nova estrutura que emerge. Frequentemente, “the ruling classes are (...) satisfied with the *status quo*; they have no need to seek new opportunities” (LEWIS, 1955, p. 148). Assim, as classes dominantes da antiga ordem amiúde estão política e economicamente comprometidas com as instituições que freiam o desenvolvimento - escravidão, servidão, patrimonialismo, laços de parentesco... de modo que “economic growth may require the displacement of the existing ruling class, and its replacement by another” (LEWIS, 1955, p. 87).

Ademais, o crescimento econômico solapa as bases que sustentam o poder das oligarquias dominantes, ao reduzirem seu poder econômico (ao substituírem laços de servidão, parentesco... pela relação impessoal do mercado) ou ao desafiam sua dominância política, com a emergência de uma nova classe postulante à hegemonia - de maneira que o desenvolvimento “may in extreme cases require a civil war; but it may also be achieved by compromises after struggles of less intensity and bitterness” (LEWIS, 1955, p. 149) - assim, frequentemente o processo de desenvolvimento terá de passar por rupturas violentas (como nos casos francês e russo), ou por soluções de compromisso, em que “o novo paga alto tributo ao velho” (CHASIN, 1978, p. 627) e, como tal, pode estar sujeito a regressões e contratempos.

Portanto, o desenvolvimento, na visão de Lewis, é multifacetado, e muito menos automático do que nos aponta seu modelo e muitos dos comentadores de sua obra: embora Lewis fosse otimista com a possibilidade de rompimento com o dualismo - e sem dúvidas um entusiasta da economia de mercado, e com o capitalismo liberal e suas instituições - está clara a sua dependência de fatores extraeconômicos, como mudanças institucionais e poder político, na explicação para a manutenção ou superação do subdesenvolvimento.

### 3 A CEPAL e seus epígonos

O imediato pós-Segunda Guerra foi marcado por um duplo desafio político a nível internacional: (i) para o assim chamado “bloco capitalista” e, especialmente, para sua potência hegemônica - os EUA - fazia-se urgente a contenção do avanço das experiências socialistas (em especial na Europa e na Ásia, após a repartição da Alemanha, a Revolução Chinesa e a Guerra da Coreia); (ii) impedir a reedição dos desastres do nazifascismo e da guerra (BELLUZZO, 2016; BRACARENSE, 2012).

Nesse contexto, é criada, em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU), incumbida de permitir a resolução pacífica e diplomática de contendas internacionais, e facilitar a cooperação internacional em matérias como desenvolvimento econômico e social, direito internacional e direitos humanos (BRACARENSE, 2012).

Dentro do arcabouço institucional da recém-criada ONU, foram criadas três comissões regionais para reconstrução de nações arrasadas pela guerra e para auxílio econômico de países que haviam recentemente conquistado sua independência: uma para a Europa (ECE, na sigla em inglês), uma para a Ásia (ECAFE) e, por fim, uma para a América Latina (CEPAL).

De acordo com Prebisch (2001), a criação da CEPAL não foi bem recebida por boa parte das grandes potências, especialmente pelos Estados Unidos, que teve que aceitá-la depois que Hernán Santa Cruz (representante do Chile na ONU) conseguiu angariar o apoio de outras potências (particularmente, da França). A CEPAL ganhou estatura de comissão permanente apenas em 1951, três anos após a sua criação, apesar das sucessivas tentativas de acoplar a CEPAL à estrutura da Organização dos Estados Americanos (OEA), esta “de docilidade comprovada, localizada em Washington, com um pessoal latino-americano que logo se deslumbrava com as maravilhas do padrão de vida *yankee*” (FURTADO, 1985, p. 107).

A nova instituição, apesar de vinculada à estrutura da ONU, gozava, de acordo com seu mais influente presidente, de larga independência intelectual, sendo “the first opportunity for Latin Americans to start thinking with their own minds on economic problems” (PREBISCH, 2001, p. 13). Essa independência intelectual permitiu à instituição funcionar como local de uma formulação teórica autônoma, que buscava pensar a América Latina como uma formação econômica *sui generis*, confrontando a teoria econômica vigente, cuja maior falha, “quando contemplada da periferia, é o seu falso sentido de universalidade” (PREBISCH, 2011 [1949], p. 149).

A necessidade de teorização autônoma e de intervenções nos mecanismos de mercado se mostrava ainda mais premente no contexto econômico em que se encontrava a região:

se, nos países centrais, a Crise de 1929 catapultara o manejo de demanda agregada e o investimento público a uma centralidade teórica antes inaudita e elevara o keynesianismo ao centro do debate econômico, na América Latina a mudança causada pelo colapso do comércio internacional - em um contexto de economias predominantemente exportadoras - teve impactos de semelhante escala.

Após a Crise de 1929, que gerou uma forte piora na “capacidade para importar” na América Latina (PINTO, 1993), os países da região empreenderam um esforço de grande magnitude em direção à industrialização, esforço esse que deu frutos em termos de forte crescimento da região, em especial nos anos após a Segunda Guerra Mundial (BIELSCHOWSKY, 2000; PINTO, 1993). Esse aparente sucesso fortaleceu o que Bielschowsky (2000, pg. 24) denominou de “ideologia industrializante” - ideologia entendida aqui no sentido comum de visão de mundo - um senso comum que via a indústria como portadora do progresso.

No entanto, essa ideologia, embora já se fizesse presente na prática de política econômica dos governos da época (seja por intencionalidade ou por imposição do contexto externo), encontrava-se “insuficientemente instrumentalizada de um ponto de vista analítico” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 24). Desse modo, havia na região um descompasso entre a prática político-econômica e a teorização; de acordo com Pinto (2019[1969], p. 745):

[M]ientras estos países, urgidos por las circunstancias que crearon la Gran Depresión y la segunda Guerra Mundial, habían emprendido con energía la transformación de sus estructuras económicas, apartándose del modelo de ‘crecimiento hacia afuera’, no se había producido un proceso similar de reajuste en el plano intelectual, en el que continuaban dominando los conceptos y las teorías afines al antiguo sistema.

Assim, o corpo teórico cepalino nasceu da necessidade de se teorizar uma prática que ocorria, mas carecia de sistematização em um sistema de pensamento ordenado. O próprio Prebisch, ao se referir às suas propostas, afirmava que elas davam:

[J]ustificación teórica para la política de industrialización que ya se estaba siguiendo (sobre todo en los países de América Latina), de alentar a los otros países a seguirla también, de proporcionar a todos ellos una estrategia ordenada para su ejecución (PREBISCH, 1983, p. 1079-1080).

Nesse sentido, a “ideologia industrializante” de que nos falava Bielschowsky (2000, pg. 24) é ideológica também no sentido althusseriano, à medida que “designa um conjunto de realidades existentes, mas que, diferentemente de um conceito científico, não dá os meios de conhecê-las” (ALTHUSSER, 2015, pg. 185).



### 3.1 Questão de método

Se a necessidade de pensar autonomamente o desenvolvimento latino-americano estava na base da criação da CEPAL, a presença de um método comum à instituição é questão de intenso debate entre historiadores do pensamento econômico - em grande parte pela ausência de textos de membros da instituição que se detenham mais extensivamente no tema, sendo relegado mais comumente a diminutos prefácios e anexos.

A primeira declaração metodológica da CEPAL emerge já no Manifesto Latino-americano, texto tido como fundador do estruturalismo latino-americano. Nele, Prebisch já alertava para a necessidade de entender a realidade da região como processo *sui generis*; urgia, pois, a criação de uma teoria capaz de “penetrar com critério original os fenômenos concretos latino-americanos” (PREBISCH, 2011 [1949], p. 149). Assim, era necessária a verificação das condições de validade da teoria econômica: a famosa crítica de Prebisch à teoria das vantagens comparativas não deve ser vista como uma crítica à teoria em si, mas à sua pretensa universalidade em um sistema de divisão internacional do trabalho desigual. Duvidar da teoria das vantagens comparativas seria “como duvidar do Teorema de Pitágoras. Como no caso de toda teoria dedutiva, não se pode ir mais longe do que indagar se ela tem algum valor explicativo” (FURTADO, 1985, p. 140). Tratava-se, pois, de combater a pretensa universalidade das teorias corrente e de erigir um edifício teórico cujos alicerces aludissem à especificidade da estrutura de subdesenvolvimento que se configurava na América Latina (SUNKEL; PAZ, 1970).

À parte o ponto comum de elaborar uma teoria que leve em consideração a especificidade latino-americana, no entanto, as concordâncias sobre a presença de um método comum à instituição parecem findar aí. Bielschowsky (2000, p. 17) vê um “mesmo enfoque metodológico” na instituição em suas distintas fases: o enfoque histórico-estrutural, tido como uma abordagem histórica instrumentalizada e potencializada pela “teoria ‘estruturalista’ do subdesenvolvimento periférico de Prebisch” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 20).

Situar o método da CEPAL como uma interação entre a análise histórica e a teórica é visão comum entre seus membros e comentadores. Na obra de Furtado, por exemplo, é recorrente a referência a essa interação: já em 1953, em prefácio escrito para seu livro publicado no ano seguinte (*A economia brasileira*), alerta que, em seu livro, buscava fazer “um corte vertical no processo histórico” (FURTADO, 1954, p. 14), de modo a analisar os fluxos de renda e as linhas básicas dos sistemas que marcaram a história da economia brasileira, bem como os processos de transição entre os sistemas - de atrofiamento ou gestação de uma nova estrutura. Coutinho (2017, p. 41) viu em *A economia brasileira* um momento de consolidação do método histórico-estrutural, baseado na “construção de sínteses da estrutura e da evolução da economia”, método esse que alcançaria maturidade em *Formação econômica do Brasil*.

Se há uma constância na obra furtadiana, é a mudança frequente de hipóteses e visões, e as recorrentes revisões que fazem parte da grandeza e diversidade de sua obra. Contudo, a interação entre sincronia e diacronia, estrutura e processo, é constantemente reafirmada, assim como a insuficiência da abstração teórica e da narrativa histórica quando tomadas separadamente, e a necessidade de incorporar aspectos extraeconômicos, de modo a compreender as mudanças nas variáveis econômicas a partir de seus condicionantes sócio-históricos (FONSECA, 2022). Na introdução à *Análise do modelo brasileiro*, escrito dezoito anos após a publicação de *A economia brasileira*, Furtado reafirma a presença desse método:

Os dois ensaios reunidos no presente volume estão concebidos segundo o método que o Autor vem utilizando há dois decênios: a partir de uma globalização histórica, identificam-se os elementos estruturais que permitem, num corte temporal, «reduzir» a realidade social a um sistema a que se podem aplicar os instrumentos de análise econômica. O corte temporal torna-se necessário, a fim de que certos elementos ganhem suficiente invariância para que possamos considerá-los *estruturais*. A globalização histórica, por sua vez, permite continuar a observar tais elementos como *variáveis*, que mudam de significação quando se passa de um a outro corte temporal (FURTADO, 1972, p. 3, grifos no original).

Entretanto, não deve ser entendida a interconexão entre história e teoria como *tout court*, mas como a interação entre visões particulares de cada um dos dois polos: a assim chamada Nova Economia Institucionalista (NEI) também tem como base uma relação entre teoria e história, mas de visões distintas desses dois termos; a NEI busca estudar os determinantes institucionais do desenvolvimento por intermédio da teoria econômica neoclássica (WILLIAMSON, 2000), baseando-se na ideia de que os fenômenos econômicos podem ser reduzidos a “maximizing behavior of parties who are engaged in contracting, given the circumstances that surround the transaction” (SIMON, 1991, p. 26). Furtado, por sua vez, é discípulo - evidentemente - da tradição teórica iniciada por Prebisch; é também, entretanto, partidário de uma visão particular de história, levada a cabo mais ilustremente pela *École des Annales*, de um fazer histórico que recusa o mero “regurgitar de datas, nomes, eventos” (PAULA, 2015, p. 152), vendo o desenvolvimento como um desenrolar de longo prazo.

Furtado critica inclusive a visão de uma racionalidade a-histórica e universal, ao afirmar a necessidade da teoria econômica de “aprofundamento na compreensão do comportamento dos agentes econômicos *a partir de contextos perfeitamente definidos*” (FURTADO, 1983, p. 74, grifo nosso). Se afasta, pois, da visão de uma racionalidade única derivada da natureza humana - o que, como corolário, culminaria na economia de mercado como uma ordem natural (GANEM, 2012). Para ele, ademais, os economistas *mainstream* de então eram incapazes de perceber diferenças estruturais entre os países que não fossem

causadas por “imperfeições de mercado”, de modo que para eles “o subdesenvolvimento era uma ‘imperfeição’ que ainda esperava pelo seu Chamberlin” (FURTADO, 1985, p. 91).

Não é apenas na obra furtadiana, entretanto, que o método baseado na articulação de análise teórica e histórica aparece como necessidade dentro da CEPAL. Medina Echavarría (1963), sociólogo do desenvolvimento levado para a instituição a pedido do próprio Furtado (FURTADO, 1985), reafirmou a necessidade de compreender o desenvolvimento em seu aspecto analítico (i.e., sincrônico), mas sem perder de vista que as estruturas atuais são elas mesmas fruto de uma evolução histórica, de modo que a compreensão do processo de desenvolvimento latino-americano “no puede eludir en su último esfuerzo el intento de comprender cómo llegaron a ser lo que son y de entregarse por eso a un ejercicio - modesto o profundo - de sociología histórica.” (MEDINA ECHAVARRÍA, 1963, p. 13).

Contudo, a extensão dessa visão metodológica à instituição como um todo - embora haja sem dúvidas muitos membros importantes que subscrevem-na - tem adesão mais incerta, inclusive entre os membros da própria CEPAL. Em carta a Joseph Love, Furtado buscou afastar a ideia de um método comum à CEPAL:

Para mim faz pouco sentido falar de escola cepalina. Existe, de um lado, a obra de Prebisch, e de outro o que se poderia chamar de escola estruturalista latino-americana. Os estruturalistas se caracterizavam pelos métodos que utilizavam (privilegiam a macroanálise), valorizam o institucional e buscam a interdisciplinaridade. Mas os elementos mais significativos dessa escola desenvolveram obras sem muitos traços em comum, sendo pequena a influência que exerceram uns sobre os outros (FURTADO, 2021, p.330).

Em sua autobiografia, ademais, Furtado (1985, p. 67) busca afastar sua visão daquela de Prebisch, “essencialmente sincrônica”. Apesar disso, conforme buscamos argumentar, o ponto em comum às teorizações da CEPAL é a de buscar entender o desenvolvimento latino-americano como processo *sui generis*. Nisso, já há um afastamento em relação à posição metodológica implícita de Lewis que, tomando como base o caso britânico, busca extrapolar os mecanismos fundamentais que regeriam o desenvolvimento, bem como as características institucionais que o tornaria possível.

A crítica cepalina à visão - implícita - em Lewis tem seu momento mais nítido na obra de Medina Echavarría (1961), para quem Lewis segue (sem explicitar, todavia) a visão de Weber de que as instituições que alavancam o desenvolvimento são aquelas que permitem o exercício do cálculo capitalista, baseadas no trabalho livre, liberdade de mercado e regras claras de direitos de propriedade. Entretanto, o momento histórico em que dar-se-ia o desenvolvimento latino-americano diferiria sobremaneira das experiências clássicas: a deterioração do livre mercado, dando lugar a formas cada vez mais oligopólicas de competição, e as mudanças na organização do mercado de trabalho (com participação ubíqua de sindicatos e do Estado) descortinariam aos países subdesenvolvidos um cenário

completamente distinto àquele enfrentado pelos países então desenvolvidos (RODRÍGUEZ, 2009). Esse novo cenário, marcado pela invalidação histórica do paradigma weberiano, exigiria um novo modo de pensar o desenvolvimento latino-americano, afastando-se dos modelos clássicos:

[T]he orientations derived from the classic schema and from time to time proposed for these countries contradict their own authentic experience of the contemporary world. In this connexion, the responsibility of current thought is not so much to recapitulate with academic insistence (...) the distinguishing features of the Weberian paradigm, as if they were still applicable to the conditions of the contemporary economic world, but rather to construct a new “model” of the social conditions which really enable capitalism to continue in its present form (MEDINA ECHAVARRÍA, 1961, p. 30).

## 3.2 Metamorfoses de um conceito

Se a posição metodológica cepalina distingue-se sobremaneira daquela de Lewis, a noção de que as economias subdesenvolvidas eram marcadas pelo dualismo - embora a noção nos dois contextos difiram, como veremos - é presença constante nos textos da CEPAL, bem como a ideia de que as economias latino-americanas teriam como característica a oferta ilimitada de mão de obra, tornada célebre pelo artigo de 1954 de Lewis.

A presença de uma oferta ilimitada de mão de obra nos países latino-americanos era ressaltada pela CEPAL já em seus primórdios (PREBISCH, 2011[1949]), e estava no centro das formulações pró-industrialização da instituição. Nas formulações iniciais, o excedente de mão de obra, advindo especialmente do setor agrícola, estava na base mesma da deterioração dos termos de troca, no que ficou conhecido como a “versão ciclos” da deterioração dos termos de troca (RODRÍGUEZ, 2009). Segundo essa visão, nos países centrais a existência de sindicatos fortes e a concorrência entre empresários por uma mão de obra mais escassa faria com que, durante a parte ascendente do ciclo econômico, os salários se expandissem. Durante a parte baixa do ciclo, no entanto, a mesma pressão dos trabalhadores impediria o rebaixamento de salários, gerando uma rigidez para baixo dos salários. Assim, a pressão para rebaixar os custos seria exercida sobre os países da periferia que, por conta da “desorganização característica das massas operárias na produção primária” (PREBISCH, 2011[1949], p. 108), seriam menos resistentes a contrações na renda. Desse modo, justamente por conta da desorganização dos trabalhadores da periferia - advinda da presença de um largo reservatório de mão de obra - os preços dos bens primários tenderiam a deteriorar-se em relação aos industriais, e assim, de ciclo em ciclo, confirmar-se-ia a tendência de deterioração dos termos de troca contra os países periféricos.

O dualismo dos primeiros textos cepalinos, entretanto, aproximava-se mais da visão de Rosenstein-Rodan (2010[1943], p. 269), para quem o “excesso de população agrária”

teria de ser absorvido por meio da industrialização capitaneada pelo Estado, do que a visão propriamente lewisiana. Todavia, já em FURTADO (1954) - como veremos na próxima subseção - a presença de um setor de subsistência que regulava de alguma forma os salários no setor moderno (que, na época colonial, era justamente o agrário) por meio da retenção da mão de obra aparece, aproximando-se bastante da visão de Lewis - embora não haja referências a esse nem evidências de que Furtado tenha lido seu artigo antes da publicação de *A Economia Brasileira* - e vice-versa. Porém, Furtado não escondeu o misto de entusiasmo e arrependimento ao ler o artigo de Lewis, além de ressaltar a proximidade desse com os estudos que começavam a ser desenvolvidos na CEPAL; em carta a Juan Noyola em fevereiro de 1955, o brasileiro destaca a contribuição lewisiana à compreensão do desenvolvimento:

Chamo a tua atenção para o trabalho de [Arthur] Lewis, “Economic Development with Unlimited Supply of Labour”. Considero-o a coisa mais bem lograda que já vi sobre teoria do desenvolvimento. Segue ele exatamente a mesma orientação que adotamos nos estudos preliminares à elaboração da técnica de programação. Estou convencido de que se não tivéssemos sido desencorajados a “teorizar” naquela etapa teríamos apresentado há dois anos os elementos básicos de uma teoria do desenvolvimento na linha dessa importante contribuição de Lewis (FURTADO, 2021, p. 352-353).

De fato, já em CEPAL (1953, p. 7), é postulada - de forma bastante similar a Lewis, com exceção da ênfase mais setorial da publicação cepalina - a divisão do desenvolvimento em duas etapas, em que:

En la primera etapa hay un excedente de mano de obra en las actividades primarias. Al desplazarse la población de esas actividades hacia otras de mayor productividad aumenta la productividad media en toda la economía. En la segunda etapa, agotado el sobrante virtual de mano de obra, ya no hay grandes desplazamientos ni aumentos de productividad por la mera transferencia de mano de obra.

A América Latina encontrar-se-ia ainda na primeira etapa; como consequência, “el factor limitativo al desarrollo es la disponibilidad de capital, no la de mano de obra” (CEPAL, 1953, p. 7). Também é elogioso sobre *Economic Development with Unlimited Supply of Labour* o tom de Noyola (1956, p. 668), para quem o artigo de Lewis era o “intento más completo de elaborar una teoría del desarrollo económico en años recientes”.

Apesar da explícita admiração pela exposição de Lewis, a atitude dos economistas latino-americanos mostrou-se amiúde crítica à visão demasiado otimista da possibilidade de eliminação do dualismo: Noyola (1956) viu na ausência de consideração sobre a importância da demanda efetiva uma fonte de grandes equívocos de Lewis. Igualmente, se Furtado (1956) viu no artigo do caribenho uma explicação bastante razoável do processo de desenvolvimento histórico dos países desenvolvidos, a sua visão do subdesenvolvimento era distinta, sendo um processo *sui generis*, “fruto de novas condições históricas, que

criam sérios obstáculos à absorção do setor pré-capitalista, e transformam o dualismo numa característica estrutural permanente” (FURTADO, 1983, p. 151). A necessidade de levar-se em consideração o subdesenvolvimento como um processo particular, com desdobramentos e causas próprias - e cambiante no tempo - levou alguns dos quadros da CEPAL a investigarem o desenrolar histórico que teria gerado essa situação.

### 3.2.1 Economia colonial e o dualismo clássico

O dualismo, como concebido pela CEPAL, tem origem na expansão colonial e na integração da periferia latino-americana nas correntes de comércio internacional, de modo que - na já célebre formulação de Furtado (2009[1961], p. 161) - o “subdesenvolvimento é (...) um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”. A expansão das economias capitalistas em direção a regiões de natureza pré-capitalista teria gerado estruturas econômicas híbridas, em que o setor exportador comportar-se-ia como um sistema capitalista, e o restante do território permaneceria dentro das estruturas pré-existentes (FURTADO, 2009[1961]), sem alteração significativa, compondo a estrutura dual que “constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo” (FURTADO, 2009[1961], p. 161). Desse modo:

[N]o sólo se concentraron en el sector exportador y en sus satélites los aumentos visibles de productividad sino que éstos, por diversas razones, no consiguieron irradiarse “hacia atrás”, hacia el “interland”, que continuó viviendo en el “pasado económico”. Un mapa de la actividad productiva a principios de siglo habría mostrado claramente una serie de “manchas”, generalmente cerca de las costas, incrustadas y en cierto grado aisladas de la masa territorial circundante (PINTO, 1965, p. 3).

É difícil não notar a semelhança dessa definição com a de Lewis (2010[1954], p. 422), que via nos países subdesenvolvidos “fragmentos altamente desenvolvidos cercados pela escuridão econômica”. Entretanto, se para esse a expansão do capitalismo - e suas instituições clássicas - seria o remédio para o dualismo econômico, para os cepalinos o dualismo seria consequência mesma da expansão global do capitalismo, que tocou de formas distintas as diferentes partes do globo e gerou não a homogeneização, mas sim um sistema desigual de centro-periferia.

De forma nenhuma, ademais, essas estruturas duais foram construídas de maneira homogênea nos países da região; a capacidade de irradiação do setor capitalista dependia sobremaneira de uma série de determinantes históricos externos e internos. De acordo com Pinto (1965, p. 4):

En general, la diseminación de las ganancias de productividad parece haber sido mayor allí donde se dieron todas o algunas de estas condiciones:

a) domínio nacional de las exportaciones; b) menor concentración del ingreso generado por el sector; c) mayor participación del Estado en esas rentas; d) menor "aislamiento" o mayor dependencia de las actividades de exportación respecto a insumos o abastecimientos de origen doméstico; e) riqueza de los recursos y disponibilidad y costo de la fuerza de trabajo. (PINTO, 1965, p. 4).

Assim, pode-se entender o dualismo nas economias primário-exportadoras não como uma situação histórica concreta, mas como uma tipologia; conforme argumenta Medina Echavarría (1963, p. 18), a noção de dualismo "tampoco es sociologicamente imprecisa si se parte de una imagen-típico ideal de los países sociologicamente más avanzados". Assim, tomando como referência de "homogeneidade" os países mais desenvolvidos, teríamos, do outro lado, o arquétipo do enclave (PINTO, 1976a); todas as economias latino-americanas, no entanto, seriam marcadas por certo "grau de dualismo" - das *banana republics*, mais próximas do arquétipo do enclave (PINTO, 1976a), a estruturas mais homogêneas, como a argentina ou a uruguaia (PINTO, 1965) - dado que "a pesar de los contrastes, el modelo de crecimiento primario exportador, al radicar exclusivamente o con gran preferencia los beneficios de la mayor productividad del sistema en el sector exportador y en sus satélites, dejó al margen o sustancialmente rezagadas a las otras actividades o áreas" (PINTO, 1965, p. 5-6).

Se o dualismo como conceito teórico pode ser compreendido como uma tipologia - e se as economias latino-americanas encaixam-se nela - nem por isso é possível prescindir da análise histórica para compreendermos o desenrolar dessas estruturas: uma estrutura dual também transforma-se, e alteram-se as relações entre os dois polos, bem como a relação entre esses dois polos - tomados como uma unidade - e o exterior. E é, sem dúvida, a obra de Celso Furtado aquela que mais ricamente buscou analisar historicamente - para o caso brasileiro - uma economia dual, enfatizando as articulações entre o setor de subsistência e o setor exportador dinâmico da economia.

Furtado (1950) já notara a presença de um aspecto peculiar da economia colonial brasileira, a saber, a ausência de crescimento salarial em seus momentos de expansão: nos momentos de baixa internacional dos preços dos artigos de exportação, as desvalorizações cambiais geravam a queda dos salários reais, em um mecanismo de "socialização das perdas"; já na expansão, as classes exportadoras atuavam aumentando suas importações e expandindo extensivamente - sem ganhos de produtividade - a produção. Essa atuação das classes dominantes, no entanto, só seria possível com a presença de uma oferta de mão de obra abundante que impedisse o crescimento salarial.

A ausência de ganhos salariais na expansão, no entanto, ganharia uma explicação bastante frágil nesse primeiro momento: Furtado (1950, p. 11) dá duas explicações para esse fenômeno: (i) a sucessão de ciclos de cultura, na qual o ciclo em decadência fornecia mão de obra para aquele que emergia, "na medida em que se fazia necessária" (FURTADO,

1950, pg. 11); (ii) na imigração em massa, já no ciclo cafeeiro, levada a cabo pelos próprios cafeicultores, que teria impedido o crescimento salarial do trabalhador nacional.

Como podemos ver, a explicação de Furtado no início de sua produção intelectual se apoia em fatores conjunturais para explicar a ausência de crescimento salarial na economia brasileira: a sucessão de ciclos - remetendo-nos à visão de Roberto Simonsen (SAES, 2020a) - que se justapõem de modo fortuito e quase milagroso para salvar a economia colonial brasileiro da inevitável prostração dificilmente pode ser tida como uma explicação viável para a ausência de crescimento salarial; Arantes (2004, p. 26) ironiza a tendência a ver a história econômica do Brasil como “procissão de milagres”:

Primeiro, o milagre do ouro no século XVIII, a tempo de nos salvar na hora crítica em que a economia açucareira arrefecia seu ímpeto. Depois, o milagre do café, caindo do céu quando o esgotamento das minas anunciava uma desgregação ameaçadora.

Em sua explicação para a manutenção de baixos salários na economia colonial - e Furtado entende pelo termo “economia colonial” não apenas aquela que precedeu a independência, mas a que “prevaleceu no país até 1914” (FURTADO, 1950, p. 8) - faltam elementos estruturais que permitam a retenção de mão de obra entre culturas de exportação e que expliquem a manutenção de baixos salários para além da improvável “procissão de milagres”: esse papel caberia posteriormente ao setor de subsistência.

Ademais, a própria questão de manutenção ou não da taxa de salários torna-se sobremaneira disparatada se levarmos em conta que, durante boa parte do período tratado pelo autor, o Brasil não era uma economia assalariada. Prevalencia então um “não-mercado de trabalho” (BARBOSA, 2016), na medida em que o trabalho - especialmente no setor dinâmico - era provido pelo tráfico de escravizados. O texto de Furtado, que entrara no quadro da CEPAL no ano anterior, tem evidente influência do estruturalismo de Prebisch, sendo uma tentativa de explicar o desenvolvimento do Brasil a partir das categorias cepalinas (centro-periferia, desenvolvimento primário-exportador e voltado ao mercado interno, deterioração dos termos de troca...); entretanto, peca pela falta de mediação com a realidade histórica brasileira, passando ao largo de questões cruciais ao desenvolvimento da economia brasileira.

Furtado (1954, 2007[1959]), entretanto, passa a buscar em fatores estruturais a razão do não crescimento dos salários: na economia escravista açucareira, a expansão por solicitação externa se daria com importação de manufaturados e de *mão de obra* - aqui a instituição da escravidão, em contraste com o texto de 1950, ganha maior destaque - e exploração extensiva da terra. A renda gerada concentrava-se nas mãos da classe dos proprietários e de comerciantes estrangeiros, com apenas uma diminuta parte sendo gasta internamente com a compra de insumos e pagamento de salários (FURTADO, 2007[1959])



estima que esses gastos compreenderiam, quando muito, 5% da renda gerada nos engenhos). Assim, em uma economia exportadora-escravista, boa parte da inversão:

[T]ransforma-se em pagamentos feitos no exterior: é a importação de mão-de-obra, de equipamentos e materiais de construção; a parte maior, sem embargo, tem como origem a utilização mesma da força de trabalho escravo (FURTADO, 2007[1959], p. 85).

Desse modo, o gasto monetário feito dentro do território colonial pelos empresários era mínimo e, à medida que os fatores de produção pertenciam na maior parte ao proprietário, o fluxo monetário era quase inexistente, resumindo-se “a simples operações contábeis, reais ou virtuais” (FURTADO, 2007[1959], p. 87), o excedente retido pelos proprietários para a compra de bens importados e de escravos para prestação de serviços pessoais, e a capacidade de um desenvolvimento econômico autopropulsionado nula, mesmo na presença de elevados lucros.

Ademais, o empresário, na presença de lucros e abundância de terras e mão de obra, não optaria por expandir suas operações indefinidamente, posto que a capacidade de absorção de sua produção depende fundamentalmente da demanda externa. A argumentação de Furtado é plenamente keynesiana - mesmo anteriormente à sua estadia em Cambridge:

As inversões no setor exportador são o caso típico de inversões induzidas pelo aumento (ou previsões de aumento) no consumo. A diferença está em que o aumento do consumo ocorre fora da economia (FURTADO, 1954, p. 61).

Assim, o lucro do exportador só seria reinvestido no próprio setor caso a demanda externa fosse crescente. Na ausência de outros setores nos quais investir e de um mercado de capitais, o empresário tem como saída a aplicação do dinheiro nos países centrais, seja via importação de bens de consumo ou investimentos na metrópole. Desse modo, são as características econômicas mesmas da economia colonial, reflexa dos centros demandantes de produtos primários, que condicionam os investimentos dos empresários. Assim, mesmo na presença de fartos lucros e de uma oferta ilimitada de mão de obra e de terras, a economia colonial, por seu caráter reflexo em relação ao mercado externo, não demonstra nenhuma tendência à autopropulsão. Como consequência, não há a tendência para a absorção da mão de obra excedente, pois a “transferência de mão-de-obra do setor de subsistência para o exportador depende da procura externa e não da diferença de rentabilidade entre os setores” (FURTADO, 1983) - análise muito distinta daquela de Lewis.

Reflexa e dependente da atividade açucareira encontrava-se a pecuária extensiva, dividida em uma faixa fornecedora de gados de corte ao setor exportador e um setor de subsistência, localizada mais ao interior, “privado de mercados e [que] tende a fechar-se

sobre si” (FURTADO, 1972, p. 96). À medida que a exportação de açúcar entrou em decadência, a partir de fins do século XVII, parte da população que nela atuava foi atraída pela economia criatória que tornava-se mais interiorana e de subsistência.

A existência de um largo setor de subsistência altera completamente a economia colonial brasileira, sendo “o ponto chave para o estabelecimento da identidade da formação econômica brasileira” (COUTINHO, 2017, p. 45). Esse setor, então, teria papel central ao permitir a ocupação do território e absorver a mão de obra liberada nos momentos de involução da economia exportadora, sendo o elemento fundamental para responder a pergunta que Furtado se colocara 4 anos antes.

A economia mineira, segundo Furtado (2007[1959]), apresentava capacidade maior do que a açucareira de gerar um mercado interno - tanto pela distância do litoral quanto pela menor concentração da renda -, permitindo inclusive a integração do território, fazendo “interdependentes as diferentes regiões, especializadas umas na criação, outras na engorda e distribuição, e outras constituindo os principais mercados consumidores” (FURTADO, 2007[1959], p. 123). Entretanto, seu destino será o mesmo das áreas açucareiras: à medida que a descoberta de ouro torna-se cada vez mais rara, a economia da região se desagrega e decai lentamente, e a população vai novamente engrossar o largo setor de subsistência - para algumas visões críticas da hipótese da decadência da economia mineira, ver Martins (2018) e Slenes (1988).

A economia cafeeira, entretanto, difere das anteriores à medida em que aparece o assalariamento, o que muda os termos do problema, pois o impulso externo é multiplicado internamente (FURTADO, 2009 [1961]). Assim, embora o impulso dinâmico continue sendo gerado no setor exportador, o pagamento de salários - e o consumo subsequente dos assalariados - gera uma corrente de gastos monetários inexistente na economia escravista, e que “excede de muito a renda monetária criada pela atividade produtora-exportadora” (FURTADO, 1954, p. 90).

A partir de então - e só a partir de então -, à medida que o trabalho livre torna-se a base da economia brasileira, a larga economia de subsistência torna-se uma possível fonte de freio aos ganhos salariais. Devido à presença desse reservatório de mão de obra, a economia cafeeira baseada no trabalho assalariado poderia crescer sem aumento salarial. Para Furtado (1954, p. 92):

Tem portanto, uma importância básica, no desenvolvimento da nova economia colonial brasileira, à base de trabalho assalariado, a existência dessa grande massa de mão de obra formada no país pelos ciclos coloniais anteriores. Se a economia cafeeira tivesse de desenvolver-se totalmente à base de mão de obra imigrante, os salários teriam subido muito mais fortemente.

Essa estagnação dos salários reais permitiria, ademais, maior volume de inves-

timentos por parte dos cafeicultores e a absorção mais rápida do setor de subsistência (FURTADO, 1954, p. 93). Aqui, entretanto, Furtado parece entrar em contradição com a afirmação anterior de que os aumentos na produção do setor exportador só teriam lugar na presença de maior demanda externa: toma, em contraste com sua postura keynesiana apenas um capítulo antes, uma base teórica clássica, na qual a poupança transformar-se-ia em investimento - aproximando-se, então, bem mais do mecanismo clássico do desenvolvimento postulado por Lewis. Ademais, conforme argumentam Sunkel e Paz (1970), o auge do setor exportador, mesmo quando não empregando diretamente mão de obra, ao gerar recursos fiscais, permitiu em alguns casos a consolidação de um setor de infraestrutura e de serviços públicos que, indiretamente, afetaram o mercado de trabalho.

Em *Formação econômica do Brasil*, Furtado repete a afirmação de seu texto de 1954 de que a presença do farto setor de subsistência impediu o crescimento dos salários reais. Entretanto, ao buscar compreender as razões pelas quais os cafeicultores optaram pela imigração europeia, introduz certa ambiguidade em seu argumento, conforme apontado por Rugitsky (2019).

Segundo Furtado (2007[1959]), o fim do tráfico de escravos teria posto um problema de baixa oferta de mão de obra. Apesar do largo setor de subsistência, o poder político dos senhores de terras, cujo prestígio dependia da quantidade de homens sobre a sua influência, fazia com que a liberação dessa mão de obra aos setores exportadores ficasse em boa parte embarreirada, ao que contribuía a grande dispersão territorial dessa massa trabalhadora. Quanto à população excedente que já se formava nos centros urbanos, Furtado enfatiza a dificuldade de adaptação à agricultura e à vida nas fazendas como principais obstáculos ao seu recrutamento. Sendo assim, no entanto, dificilmente um contingente que não poderia de fato competir por salários no mercado de trabalho poderia impedir a expansão dos salários.

Tal ambiguidade tornar-se-ia ainda mais evidente se tomarmos em conta o capítulo sobre a transumância amazônica de *Formação econômica do Brasil*, em que Furtado analisa a mobilização de grandes contingentes populacionais deslocados das regiões de subsistência do Nordeste para a produção de borracha na Amazônia, e afirma:

Essa enorme transumância indica claramente que em fins do século XIX já existia no Brasil um reservatório substancial de mão-de-obra e leva a crer que, se não tivesse sido possível solucionar o problema da lavoura cafeeira com imigrantes europeus, uma solução alternativa teria surgido dentro do país (FURTADO, 2007[1959], p. 192).

De todo modo, o assalariamento, ao permitir a multiplicação interna dos gastos e a criação de um mercado interno, gera modificações de grande monta na estrutura econômica da região; todavia, só com a industrialização, intensificada após a crise de 1929, é que o mercado interno ganharia papel central na dinâmica das economias latino-americanas.

### 3.2.2 Economia industrial e os obstáculos ao desenvolvimento

A hecatombe externa que se sucede à crise de 1929 é um ponto de ruptura no desenvolvimento latino-americano, marcando a passagem de uma estrutura baseada na produção primário-exportadora para uma em que a “importância das exportações como principal determinante (exógeno) do crescimento foi substituída pela variável endógena investimento” (TAVARES, 1972a, p. 34). Dada a magnitude do choque externo, a reação dos governos da região foi buscar o reequilíbrio externo por meio de desvalorizações cambiais, restrições de importações, controles de câmbio e elevações de tarifas (PREBISCH, 2011[1949], p. 119), além da adoção de medidas para manutenção da demanda agregada interna. Essa operação, ao deslocar para o mercado interno o centro dinâmico, teria levado à substituição pela produção interna de bens antes importados - inicialmente nas indústrias de bens de consumo não-duráveis e, posteriormente, para indústrias mais complexas (TAVARES, 1972a). A partir de então, complexificam-se as estruturas econômicas, e a economia dual marcada pelo binômio exportação-subsistência passa a conviver com uma indústria de bens industriais para consumo interno.

Mais do que uma contingência histórica advinda da crise externa, entretanto, o aprofundamento da industrialização parecia aos teóricos cepalinos - especialmente Raúl Prebisch - como uma necessidade histórica, dado que a especialização primário-exportadora ainda dominante colocava entraves ao desenvolvimento da região: aqui, a característica setorial imputada a Lewis ganha de fato preeminência no argumento. Primeiramente, a maior organização dos trabalhadores nos centros em relação à produção primária da periferia permitiria àqueles a absorção de parte do progresso técnico e do excedente gerado nessa - “versão ciclos” da teoria da deterioração dos termos de troca (RODRÍGUEZ, 2009). Em seguida, Prebisch (2011[1951], p. 268, ênfase no original) argumentou que “*a elasticidade-renda da demanda de importações primárias dos centros tende a ser menor que a unidade*”: isso dar-se-ia principalmente devido aos avanços tecnológicos na melhor utilização das matérias-primas e na elaboração de substitutos sintéticos aos insumos primários. Sendo assim, o crescimento dos países especializados na exportação de produtos primários estaria fadado a ser inferior àqueles industrializados; do contrário, os países primário-exportadores esbarrariam na restrição externa. Dessa forma, o aprofundamento da industrialização seria não só uma defesa contingente em face da crise externa, mas também uma necessidade, “a forma de crescimento imposta pelo progresso técnico aos países latino-americanos” (PREBISCH, 2011[1951], p. 266).

Dado o caráter periférico e espontâneo da industrialização, entretanto, uma série de obstáculos estruturais por-se-iam entre as economias da região e o objetivo de absorção da mão de obra que compunha o setor de subsistência. A análise desses obstáculos formaria uma parte importante das publicações dos membros da CEPAL durante os anos 50. Noyola (1956, p. 666-668) classificou em seis esses obstáculos: (i) a ausência de um departamento

de produção de bens de capital, que permitiria a autopropulsão da formação de capital; (ii) a presença de formas pré-capitalistas de organização econômica e política, impedindo a formação de uma classe capitalista; (iii) a imitação dos padrões de consumo dos países desenvolvidos através do “efeito demonstração”; (iv) a especialização primário-exportadora dos países latino-americanos; (v) a dependência tecnológica em relação aos países centrais; (vi) a dominância política e econômica de grandes empresas transnacionais, em contraste com o débil capital nacional. Desses itens, entretanto, podemos destacar como mais centrais à formulação cepalina no primeiro momento a sujeição tecnológica em relação aos países centrais, o “efeito demonstração”, a especialização em produtos primários (já discutida), e o arcaísmo político-econômico de parcelas significativas da região, especialmente no que tange à estrutura fundiária.

Já em 1949, Prebisch (2011[1949], p. 229) formulara a hipótese de que os países subdesenvolvidos tendiam a mimetizar padrões de consumo de países de renda per capita muito superior, gerando uma pressão negativa na acumulação de capital. Entretanto, a expressão “efeito demonstração” tem sua origem na tese de doutoramento do economista James Duesenberry (1949), *Income, saving, and the theory of consumer behavior*. Influenciado pela teoria vebleniana do consumo conspícuo, Duesenberry teceu uma crítica à função de consumo keynesiana, dominante na época. Buscando incorporar aspectos sociais à teoria do consumo, argumentou que, ao contrário do que supunham as teorias do consumo dominantes, o consumo dos agentes dependiam não só de sua renda, mas também dependia do efeito que o contato frequente com outros indivíduos e seus respectivos hábitos de consumo (MASON, 2000). É Nurkse (2010[1953]), entretanto, quem leva a noção de “efeito demonstração” para o centro da discussão sobre do desenvolvimento. Para ele, o conceito teria validade ainda mais geral do que previra seu criador, sendo importante também na relação entre países: o consumo dos países mais pobres dependeria também dos hábitos de consumo dos países ricos, processo esse potencializado pela difusão dos meios de comunicação e transporte modernos; o resultado seria a redução no ritmo de acumulação (FURTADO, 2010[1952]). Esse efeito é, ademais, o motivo pelo qual a concentração de renda não poderia ser o mecanismo pelo qual os países pobres desenvolver-se-iam: a distribuição da renda em direção a uma minoria abastada, em vez de gerar um incremento de investimentos (como quereriam os adeptos daquela que viria a ser denominada *trickle down economics*), teria como consequência a criação de uma classe ociosa e parasitária, de padrões de consumo cada vez mais suntuosos (FURTADO, 1958). Assim, a política fiscal teria como tarefa a captação de poupança dos grupos de alta renda por meio de impostos sobre o consumo de bens de luxo (FURTADO, 1958; PREBISCH, 2010[1951]), redirecionando esses recursos para a utilização produtiva.

Outro obstáculo à homogeneização social, bastante enfatizado nos primeiros anos da CEPAL, estaria intrinsecamente ligado ao caráter periférico e atrasado da industrialização latino-americana: o problema da densidade de capital. Em contraste com os países

desenvolvidos - nos quais o progresso técnico teria sido um processo orgânico levando ao aumento da densidade de capital à medida que escasseava o fator trabalho - os países subdesenvolvidos veem-se, no seu processo de desenvolvimento, impelidos a importarem o equipamento elaborado nos centros dinâmicos. Essa importação, embora possa ser lucrativa para o empresário em particular, não é ótima macroeconomicamente, posto que a baixa capacidade de poupança dos países subdesenvolvidos não permite a generalização do uso de equipamentos modernos (CEPAL, 1951). Assim, a indivisibilidade da tecnologia importada dos centros industriais (CEPAL, 1951) e a dinâmica mesma do processo de substituição de importações, em que o empresário doméstico busca emular a estrutura de custos de seu concorrente externo (FURTADO, 2009[1961]), levariam os países subdesenvolvidos a adotarem equipamentos com densidade de capital superior àquela que seria ótima dada sua abundância de trabalhadores e escassez de capital (CEPAL, 1951), estancando, pois, a capacidade do setor industrial de absorver a mão de obra no setor de subsistência (FURTADO, 1956). Ademais, Furtado (1956) argumenta que, devido à manutenção em níveis baixos do salário real (determinado pelo setor de subsistência que não fora absorvido), haveria de se agravar a desigualdade de rendas e, com ela, a importação de bens suntuários e o desequilíbrio externo. O planejamento econômico seria, portanto, crucial para a continuidade do desenvolvimento da região: a ação estatal em direcionar os recursos de capital para aqueles investimentos que permitam o maior crescimento da renda, minorando o desequilíbrio externo e absorvendo a população excedente (PREBISCH, 2011[1955]), seria crucial para a manutenção do crescimento e a minoração de seus desequilíbrios sociais e econômicos.

O setor agrícola também recebeu análise pormenorizada dos analistas cepalinos nos anos 50 e início dos 60, constituindo, juntamente com o setor externo, fonte fundamental dos desequilíbrios inflacionários dos países latino-americanos. Noyola (2000[1956]), em análise clássica sobre a inflação no Chile e no México, viu na incapacidade de resposta da produção agrária ao aumento da demanda por alimentos - o que, no caso chileno, advinha de uma organização semifeudal do setor - uma “pressão inflacionária básica” (NOYOLA, 2000[1956], p. 298). No mesmo tom, Furtado (1958) enxergou na inelasticidade da oferta de alimentos, em um período de demanda por alimentos aquecida devido à urbanização, causa fundamental da inflação brasileira. Essa inelasticidade, ademais, seria causada (similarmente à análise de Noyola sobre o caso chileno) pelo fato de que “em grande parte da agricultura ligada ao mercado interno ainda prevalecem formas de organização pré-capitalistas” (FURTADO, 1958, p. 188), de modo que a criação de uma agricultura moderna e capitalista voltada ao mercado interno seria condição *sine qua non* ao desenvolvimento.

Portanto, se por um lado a construção de uma indústria capaz de absorver o excedente populacional aparecia como condição necessária para a homogeneização sócio-econômica, por outro o contexto em que estava inserida a industrialização da América Latina apresentava uma série de obstáculos à consecução desse objetivo: a especialização

primário-exportadora drenava parte do excedente e dos ganhos advindos do progresso técnico em direção aos centros industriais, e o já parco excedente via-se atravancado por formas improdutivas de consumo das elites. Mesmo o já baixo excedente invertido, entretanto, devido ao caráter periférico da industrialização, seria gasto em equipamentos com baixa capacidade de absorção do emprego, e a permanência de relações pré-capitalistas na agricultura causaria o aparecimento de pressões inflacionárias nas economias da região. Assim, embora a criação de um setor industrial forte aparecesse como necessidade histórica para os teóricos da CEPAL, os desequilíbrios a que uma industrialização espontânea e de caráter periférico estaria submetida tornava candente a necessidade de planejar de modo a absorver o excedente populacional que estava na raiz do subdesenvolvimento.

### 3.2.3 Heterogeneidade, insuficiência dinâmica e estagnação

Segundo Tokman (1982), o modelo de desenvolvimento (implícito) aos textos fundadores da CEPAL tinha três tendências básicas: (i) migração populacional do setor rural para o urbano; (ii) a emergência do setor industrial como centro dinâmico; (iii) a homogeneização social advinda da redução das disparidades setoriais e da absorção do excedente populacional pela indústria. A realidade da industrialização e da urbanização latino-americanas, no entanto, mostrou-se, já em fins dos anos 50, como um processo mais complexo econômico e socialmente do que previra os textos fundadores da CEPAL: apesar do robusto crescimento industrial de boa parte da região durante a década de 50 (GURRIERI; SAÍNZ, 2003), a absorção de mão de obra por parte do setor industrial moderno parecia não dar conta do influxo contínuo de trabalhadores (GARCÍA; TOKMAN, 1984). Assim, a industrialização como ocorrera na América Latina teve como resultado não a homogeneização social esperada, mas tão somente uma mudança no padrão de heterogeneidade experimentado, com o surgimento de um setor industrial avançado (unindo-se ao setor exportador) incapaz de gerar os encadeamentos necessários para incitar o desenvolvimento no restante do território e absorver produtivamente a população migrante (PINTO, 1965).

A industrialização teria marcado, para Pinto (1965), um afastamento do dualismo clássico marcado pela dicotomia entre o setor exportador altamente produtivo e o restante. Para ele, configurar-se-ia a partir dos anos 50 uma estratificação tripla da estrutura econômica: por um lado, um setor altamente produtivo, composto pelas atividades de exportação e pelo surgimento de um setor industrial moderno à semelhança daquele presente nos países centrais; por outro, um setor “primitivo” marcado por baixíssimos níveis de produtividade e, por fim, um estrato intermediário, mais próximo dos níveis nacionais médios de produtividade (PINTO, 1976a). Esse desnível de produtividade entre os diferentes estratos, conhecido como “heterogeneidade estrutural” (PINTO, 1976a), teria sido uma característica marcante da industrialização latino-americana. Não cremos ser

adequada a visão do conceito de “heterogeneidade estrutural” como uma crítica àquele de “dualismo”: trata-se de uma visão que privilegia os desníveis de produtividade ao invés das distinções entre modos de organização de produção. Se é verdade que os altos desníveis de produtividade trazem à tona uma série de novos problemas, a convivência entre distintos modos de organização da produção (que, já em Lewis, tinha caráter inter-setorial e consequências sobre a produtividade) continuaria sendo característica marcante das economias latino-americanas, conforme a própria noção de “setor primitivo” em Pinto (1976a) parece indicar.

A “heterogeneidade estrutural” teria, entretanto, consequências severas no mercado de trabalho urbano latino-americano: a industrialização da região teria gerado um setor “moderno” autossustentado, dinâmico e oligopolizado, de relativa autonomia interna e com circuitos de gastos e investimentos autocontidos (PINTO, 1976a): incapaz, portanto, de gerar irradiação a outras partes da economia; conseqüentemente, teria igualmente gerado a manutenção de um setor “primitivo” - competitivo e de baixa produtividade. A criação de dois setores tão distintos em sua concentração (oligopolista x competitivo), requisitos de especialização da mão de obra e uso de tecnologia teria fortes consequências no mercado de trabalho. Essa constatação é a base de uma outra abordagem baseada na distinção dos setores formal e informal urbanos nas economias latino-americanas. Os autores adeptos dessa tradição - ver Souza e Tokman (1976), Tokman (1979) -, ligados em especial ao Programa Regional de Emprego para a América Latina e o Caribe (PREALC) e à OIT, veem na impossibilidade de absorção da força de trabalho - advinda do êxodo rural e do crescimento demográfico - por meio do setor moderno cada vez mais oligopolizado e capital-intensivo, o alicerce da criação de um largo setor informal, marcado pela facilidade de entrada - sendo portanto altamente competitivo -, pela tecnologia simples e pela mão de obra pouco qualificada, tendo como consequência rendimentos relativamente baixos (TOKMAN, 1979).

O resultado do processo de industrialização teria sido, portanto, o crescimento do subemprego urbano no setor de serviços e da informalidade (GARCÍA; TOKMAN, 1984; PINTO, 1965), bem como a proliferação de favelas e *callampas* nas grandes cidades e arredores (CEPAL, 1963a). O dualismo clássico, marcado pelo binômio setor exportador-economia de subsistência é substituído por um modo mais complexo de heterogeneidade, marcado pelo binômio modernização-marginalidade. Essa nova realidade ganharia a centralidade do debate econômico latino-americano - e de sua mais importante instituição -, levando a diversas revisões quanto às formulações anteriores por parte de seus principais teóricos (FURTADO, 1991), bem como o aparecimento de novas chaves de entendimento para o dilema latino-americano da época, como uma reação aos desequilíbrios e distorções no processo de absorção de mão de obra.

A obra de Raúl Prebisch tem virada crítica crucial nesse período, marcando uma



incorporação mais extensiva de fatores sociais em sua análise (COUTO, 2007), bem como o reconhecimento do esgotamento do modelo de substituição de importações por meio do protecionismo que prevalecera na região durante os anos anteriores e - principalmente - a análise mais detida dos problemas distributivos e de absorção de mão de obra gestados no modelo progresso de industrialização, que teria gerado a marginalização de grandes parcelas da população (PREBISCH, 1983). Essa fase do pensamento prebischiano teria como centro teórico a noção de “insuficiência dinâmica”, i.e., a ausência de “ritmos de acumulação e crescimento equilibrados (...) que vão sendo acompanhados por uma paulatina homogeneização, que culmina com a (quase) supressão do subemprego estrutural” (RODRÍGUEZ, 2009, p. 220). Segundo a abordagem prebischiana, o ritmo de dinamismo das economias latino-americanas teria sido insuficiente para a homogeneização produtiva e social das economias da região e, para mudar esse quadro, seriam essenciais mudanças nas estruturas sociais que permitissem a aceleração do dinamismo.

A primeira mudança estrutural pela qual Prebisch advoga naquele que é seu mais importante texto dessa sua fase crítica - *Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano*, de 1963 - remete aos argumentos já postos no início de sua trajetória na CEPAL: a necessidade de repressão ao consumo conspícuo de camadas ricas, que amealhavam uma parcela cada vez maior da renda. Essas formas de consumo, alavancadas pela distribuição regressiva da renda e da riqueza, freariam duplamente a absorção de mão de obra: ao diminuir o nível de poupança interna e, conseqüentemente, da acumulação de capital, e, à medida que direcionam-se a indústrias mais intensas em capital, ao contribuir para a diminuição da absorção de mão de obra (PREBISCH, 2000[1963]).

Entretanto, a mera política redistributiva seria insuficiente, sendo necessária sua utilização de modo a alavancar a acumulação de capital e o crescimento da renda *per capita*, ao mesmo tempo em que redistribuição encarregue-se de garantir que os ganhos de produtividade sejam repartidos com a massa da população (PREBISCH, 2000[1963]). No entanto, à medida que o estrangulamento externo ainda se mostrava como um empecilho à aceleração do crescimento, pois a região carecia de um setor de bens de capital que prescindisse da importação, a captação de recursos internacionais era condição necessária (embora temporária) para o desenvolvimento.

O problema da inadequação da densidade de capital dos equipamentos importados - levando à insuficiência da poupança interna para gerar o nível de empregos requeridos ao processo de hegemonização - é também reiterado por Prebisch durante sua revisão crítica; a essa questão, entretanto, é somada a política econômica levada a cabo durante o processo de substituição de importações: o protecionismo frequentemente arbitrário teria subsidiado uma indústria substitutiva de altos custos em detrimento de outra capaz de exportar (PREBISCH, 2000[1963]), além de ter restrito suas economias de escala e competitividade (PREBISCH, 1970). Desse modo:

The process bears within itself the seeds of its own loss of dynamism, since industrial development takes place within a closed circuit of costs and prices which, because it has no contact with the world market, discourages exports of manufactures (PREBISCH, 1970, p. 180).

Entretanto, de modo algum pode-se dizer que Prebisch dedica-se à crítica da industrialização *tout court*. Pelo contrário, reafirma frequentemente a necessidade do setor secundário crescer “much more intensively than before in order to fulfil one of its principal dynamic functions, and to provide the manufactured goods required for speeding up development” (PREBISCH, 1970, p. 4): o problema era justamente a incapacidade da indústria de crescer e absorver trabalhadores ao ritmo desejado. Empreende - isso sim - uma crítica a um *certo tipo de industrialização*, que teria atingido seu paroxismo, juntamente com uma estrutura social que atravancaria a homogeneização social e o desenvolvimento.

Os fatores descritos acima, entretanto, constituem apenas uma das partes do problema: o da demanda de trabalho nas cidades. O problema agrava-se se tivermos em conta o outro lado da moeda, i.e., o aumento substancial da oferta de trabalho, advindo especialmente do êxodo rural e do crescimento demográfico. A estrutura fundiária, marcada pela convivência de latifúndios de exportação e minifúndios de subsistência (estrutura fundamental do dualismo colonial), seria um obstáculo central à absorção de mão de obra e à minoração dos desequilíbrios inflacionários, além de ter óbvios impactos distributivos negativos. O latifúndio, por um lado, tenderia à manutenção de largas parcelas de terra improdutivas e à mecanização da produção, gerando forte desemprego tecnológico. O minifúndio, por sua vez, devido à sua baixa capacidade de poupança e acumulação, é incapaz de produzir excedentes suficientes para melhorar os processos produtivos e aumentar a produtividade (RODRÍGUEZ, 2009; CEPAL, 1963b; CEPAL, 1961). Para a superação desse quadro, seria necessária - além do desenvolvimento industrial - uma reforma agrária que lograsse “[l]a erradicación del minifundio ineficiente y la subdivisión de la gran propiedad que no utiliza todos sus recursos de tierra” (CEPAL, 1961, p. 7). Entretanto, a mera redistribuição da terra seria insuficiente, posto que o aumento da produtividade agrícola mostrava-se fundamental para impedir o aparecimento de desequilíbrios inflacionários nos centros urbanos. Igualmente, o aumento da produtividade agrícola por meio da mecanização das tarefas provavelmente mostrar-se-ia ineficiente, posto que a força de trabalho eliminada do setor provavelmente rumaria às cidades para engrossar o problema do subemprego urbano (PREBISCH, 1970). Desse modo, uma reforma agrária teria que ser unida à ação técnica do Estado na pesquisa agrícola - de modo a incrementar a produtividade - e da concessão de incentivos à produção agrícola (PREBISCH, 2000[1963]).

A fase pela qual o pensamento prebischiano passou nos anos 60 foi, portanto, simultaneamente de ruptura e continuidade: sem dúvida alguma, marcou uma crítica ao modelo de industrialização por substituição de importações e a incorporação de problemáticas sociais ausentes em seus trabalhos iniciais (marginalidade urbana, estruturas sociais,

distribuição de renda). Reitera, no entanto, a imperatividade de alavancar o crescimento industrial para gerar a homogeneização requerida:

A indústria e as atividades correlatas desempenham um papel fundamental na dinâmica da mão de obra. E, para desempenhar essa função de absorção e estimular essas outras atividades a fazê-lo, elas precisam crescer a um determinado ritmo, que não é arbitrário (PREBISCH, 2000[1963], p. 465).

Assim, o período entre fins dos anos 50 e meados dos 60 marca uma virada de chave em relação ao otimismo quanto à industrialização via substituição de importações como chave para o rompimento do dualismo estrutural da América Latina. Por um lado, a obra prebischiana - incorporando a análise de estruturas sociais e a crítica ao modelo de industrialização experimentado - reconhece a inabilidade do tipo de desenvolvimento tentado de gerar a homogeneização social requerida. A noção de “heterogeneidade estrutural”, por sua vez - que aparece em meados dos anos 60, mas seria formulada com mais rigor alguns anos posteriormente -, buscava apontar que, antes de gerar a absorção do setor “primitivo”, a industrialização nos moldes em que foi concretizada gerava uma estratificação ainda mais aguda.

Uma outra destacada chave de leitura para o entendimento dos limites da industrialização latino-americana é dado também por Celso Furtado, em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, de 1966. Sua análise, marcada indelevelmente pelo choque advindo do golpe militar de 1964 - inaugurador de uma fase do pensamento furtadiano que Cepeda (2003) denominará de “pessimismo espantado” -, simboliza uma forte revisão de sua própria obra. Se apenas quatro anos antes, Furtado (1962, p. 115-116) pressagiava a possibilidade de termos “iniciado uma época de pioneirismo que poderá fazer do Brasil uma das áreas de maior dinamismo demográfico e ímpeto econômico do mundo”, seu texto de 1966 marca uma revisão crítica de seu pensamento, com a inclusão de temas que seriam posteriormente centrais em seu pensamento, como a presença da grande empresa transnacional e a conseqüente diminuição do campo de ação autônoma dos Estados nacionais, a hegemonia norte-americana e suas conseqüências para o desenvolvimento latino-americano, e a análise mais detida da relação entre as estruturas de oferta e demanda e o desenvolvimento. Contudo - e infelizmente - o texto ficou conhecido mais pelas críticas dirigidas a ele por Tavares e Serra (1972) do que por seus próprios méritos, o que levou-o a ser visto frequentemente como apenas um equivocado desvio no pensamento furtadiano do que aquilo que realmente é: um divisor de águas em sua obra (COUTINHO, 2015).

O terceiro capítulo da obra, *Fatores estruturais internos que impedem o desenvolvimento*, constitui o núcleo do modelo “estagnacionista” de Furtado. Nele, Furtado busca compreender os limites estruturais do processo de substituição de importações, especialmente em sua fase avançada - i.e., de implantação de indústrias de bens de consumo duráveis e de capital. Para Furtado (1968[1966]), a implantação dos setores de

bens de consumo duráveis e de capital teria gerado uma série de efeitos que agravaram a concentração de renda e levaram à estagnação da região.

Primeiramente, a implantação de um setor de bens de capital - devido à alta escala mínima do setor e à diminuta dimensão dos mercados latino-americanos - só ter-se-ia tornado viável economicamente quando os preços relativos do setor alcançaram patamares muito elevados. Essa elevação, entretanto, levava a uma diminuição da relação produto-capital e, conseqüentemente - dado que a taxa de salário é dada exogenamente, *à la* Lewis - a uma queda na taxa de lucro.

Ademais, a implantação desses setores, ao gerarem uma alta na relação capital-trabalho, teria tido efeitos deletérios sobre a concentração de renda. À medida que a absorção de trabalho por unidade de investimento é menor nesses setores, sua instalação enfraqueceria a transferência do setor de subsistência para o setor industrial urbano; dado, além disso, que os assalariados urbanos são fonte de demanda importante de alimentos, outra consequência seria a diminuição da expansão da agricultura capitalista, reforçando a manutenção do setor de subsistência e a concentração de renda. A crescente desigualdade resultante desse processo “traduz-se, na prática, em tendência à diversificação das formas de consumo dos grupos privilegiados” (FURTADO, 1969, p. 42), beneficiando, especialmente, o setor de bens de consumo duráveis, pouco absorvedor de mão de obra e de escala demasiado grande para os mercados latino-americanos.

Assim, ter-se-ia dado um processo de causação cumulativa em que a manutenção de um largo setor de subsistência, a implantação de setores de alta densidade de capital (e ineficientes), e a concentração de renda se reforçavam mutuamente:

Em síntese: tudo se passa como se a existência de um setor pré-capitalista de caráter semi-feudal em conjugação com um setor industrial com um setor industrial que absorve uma tecnologia caracterizada por um coeficiente de capital rapidamente crescente, dessem origem a um padrão de distribuição de renda que tende a orientar a aplicação de recursos produtivos de forma a reduzir a eficiência econômica destes e a concentrar ainda mais a renda, num processo de causação circular (FURTADO, 1968[1966], p. 86).

Deixado à sua sorte, portanto, a industrialização substitutiva não poderia solucionar os problemas estruturais gestados no período primário-exportador. Pelo contrário, “vem agravando o dualismo do mercado de trabalho, ampliando-se o hiato entre o setor moderno e a economia pré-capitalista” (FURTADO, 1968[1966]), razão pela qual o liberalismo *laissez-faire* era uma saída política inadequada à realidade da região. Mais do que nunca, portanto, uma política de planejamento seria fundamental para gerar crescimento e inclusão social “mediante modificações no processo de organizações da produção que tornem possível racionalizar a assimilação das novas técnicas em função do interesse social” (FURTADO, 1968[1966], p. 15).

A possibilidade de consecução de uma política de efetivação do desenvolvimento, entretanto, depende de uma série de condicionantes: o impasse latino-americano para Furtado só poderia ser compreendido analisando igualmente a estrutura política e os condicionantes internacionais em que a região estava inserida.

Por um lado, o processo de (sub)desenvolvimento latino-americano não teria gerado uma sociedade de classes “à moda europeia”, alicerçada em “uma dinâmica social baseada em conflitos entre classes que derivam a sua consciência da forma como se integram no processo produtivo” (FURTADO, 1968[1966], p. 13). Segundo Furtado (1968[1966]) - em argumentação similar àquela que havia levado a cabo quatro anos antes em *Dialética do Desenvolvimento* -, nos países desenvolvidos a absorção do setor pré-capitalista havia permitido a formação de uma classe trabalhadora coesa, que reclamava o aumento de sua participação na renda; o progresso tecnológico poupador de trabalho, nesse contexto, funcionaria de forma a permitir a debelar “os efeitos da escassez relativa de mão-de-obra sobre a distribuição da renda” (FURTADO, 1964, p. 66). Por sua vez, o resultado do processo de industrialização latino-americana - que, como vimos, tenderia apenas a agravar o dualismo herdado da sociedade colonial - teria sido a criação de uma massa urbana relativamente amorfa cujas reivindicações não poderiam ser resolvidas por meio do avanço tecnológico, antes agravador do problema: o resultado desse imbróglio tenderia a ser a instabilidade social, e sua saída política. Contudo, Furtado critica por sua inadequação à realidade da região tanto o liberalismo *laissez-faire* (portador da estagnação) quanto o socialismo clássico (cujo alicerce teórico dependeria de uma dinâmica de classes que simplesmente inexistia aqui). Além disso, a dinâmica da industrialização latino-americana, ao criar essa massa relativamente amorfa excluída socialmente, geraria como sintomas políticos os autoritarismos e o populismo. Esses dois modos tipicamente latino-americanos de organizar politicamente o impasse da região seriam - a exemplo do liberalismo e do socialismo - também inadequados para resolvê-lo: os autoritarismos porque “a despeito de pretenderem eliminar a agitação social, não obtêm sucesso, exatamente porque a insatisfação social resulta da exclusão” (COUTINHO, 2015, p. 452-453); e o populismo porque “consiste na manipulação da opinião pública em função de objetivos personalistas” (FURTADO, 1968[1966], p. 16). A saída política dada por Furtado, por fim, é a de um “socialismo latino-americano” (FURTADO, 1968[1966], p. 16), que partiria de “grandes movimentos de massa heterogêneas para introduzir modificações na própria estrutura do poder político, as quais devem ser estrategicamente orientadas para provocar processos cumulativos de irreversibilidade crescente” (FURTADO, 1968[1966], p. 16). Aqui, embora o planejamento siga sendo o horizonte de ação econômica de Furtado para romper com a desintegração das economias latino-americanas, sua consecução depende fundamentalmente de uma sociedade organizada politicamente e resoluta a combater o subdesenvolvimento. Assim, longe de um Estado demiurgo que construiria desde si as bases de um desenvolvimento autônomo (VIEIRA, 2019), o planejamento para o Furtado de *Subdesenvolvimento e estagnação na*

*América Latina* resultaria, de um lado, da “tomada de consciência, por massas crescentes de população, da precariedade de suas próprias condições” (FURTADO, 1968[1966], p. 118) - aqui, Furtado aproxima-se provavelmente mais do que em qualquer outro texto das teses *isebianas*, especialmente aquelas expostas em Vieira Pinto (2020[1960]). Por outro lado, era igualmente necessário o reconhecimento pelas classes dominantes de que, deixados aos sabores do desenvolvimento espontâneo, os países da região ver-se-iam diante de instabilidades sociais crescentes e insolúveis. Assim, embora nunca deixando de ser reformista, o planejamento que, para Furtado, permitiria a homogeneização social e o desenvolvimento econômico teria de ser profundamente democrático, sendo o resultado de pressões populares.

Se a possibilidade de um desenvolvimento autônomo, para Furtado (1968[1966]), dependia de uma força política popular consciente da necessidade do planejamento e da ruptura com as estruturas econômicas predominantes - sem a qual a região estaria fadada à estagnação do *laissez-faire* ou aos sabores dos ditadores de ocasião - o pós-Guerra descortinava um cenário internacional cada vez mais delicado, pela emergência da hegemonia dos Estados Unidos no contexto de Guerra Fria e pela presença cada vez mais forte das empresas transnacionais. Por um lado, a política norte-americana de manutenção dentro de sua esfera de influência dos países da América Latina (política esta reforçada ainda após a Revolução Cubana) tinha como necessidade a manutenção das estruturas econômicas e de poder. Sendo assim, a autonomia dos países da região sobre seus processos políticos e econômicos não poderia senão ser vista com desconfiança pela potência hegemônica na região:

A partir do momento em que se define a “segurança” dos Estados Unidos como incluindo a manutenção do *status quo* na região latino-americana, é perfeitamente claro que a autonomia dos países dessa região (...) para superintender o próprio desenvolvimento fica reduzido a pouca coisa (FURTADO, 1968[1966], p. 118).

Por outro lado, ainda, a expansão acelerada das multinacionais - assunto que tornar-se-ia central na obra de Furtado nos anos 70 - posava ainda outro desafio às economias da região: a presença desses grandes conglomerados - nos quais macrodecisões de investimento, introdução de tecnologia e alocação geográfica de atividades eram feitas sem preocupação com os efeitos sobre o país nos quais instalavam-se - alienava os centros de decisão e relegava a plano secundário a capacidade de articulação e planejamento do Estado nacional, um estrangeiro em seu próprio território.

Se, assim como a abordagem da “insuficiência dinâmica” de Prebisch, Furtado (1968[1966]) busca dar uma resposta teórica à crise da industrialização por substituição de importações, sua interpretação vai muito além em alcance quando comparada à do mestre argentino, articulando análise política e contexto internacional para tentar compreender o

impasse latino-americano. Nesse sentido, a abordagem furtadiana é muito mais pessimista do que pressagiava seu “modelo estagnacionista”, em que grande parte das críticas ao seu livro apoiam-se: se a continuidade da industrialização por substituição de importações, deixada por si mesma, portava a estagnação, o horizonte de alternativas possíveis parecia estreitar-se, pois, por um lado, o contexto internacional estrangulava cada vez mais a autonomia dos Estados nacionais, e por outro - ao menos no Brasil, após o golpe de 1964 - a alternativa política mais retrógrada parecia ter se imposto.

### 3.2.4 Estilos de desenvolvimento e a virada política

O fim dos anos 60 e início dos 70 marcaram uma nova fase no crescimento latino-americano: contraposto à crise de meados dos anos 60, no período subsequente a região experimentou altas taxas de crescimento; todavia, essa explosão de crescimento veio acompanhada não de uma homogeneização, mas de um aprofundamento da heterogeneidade estrutural (BIELSCHOWSKY, 2000). As visões “estagnacionistas” ou de “insuficiência dinâmica”, se não eram incorretas, mostravam-se insuficientes para explicar o novo impasse; nasceu e difundiu-se a noção (transmutada posteriormente em conceito) de “estilos de desenvolvimento” para explicar os fenômenos simultâneos de alto crescimento e aumento da concentração de renda e heterogeneidade social e produtiva. A noção de estilos de desenvolvimento nasceu em fins dos anos 60 dentro do Centro de Estudos Sobre Desenvolvimento (CENDES), sob influência do argentino Oscar Varsavsky (CALCAGNO, 1990; RODRÍGUEZ, 2009). Nesse contexto, buscava-se a comparação por meio de métodos de experimentação matemática de diferentes estilos de sociedade - esses entendidos aqui abrangentemente como horizonte de sociedade buscado como fim (CALCAGNO, 1990; MEDEIROS, 2021), um conjunto de necessidades que se quer suprir - e de sua viabilidade física, política e social.

Essa versão quantitativa da noção de estilos de desenvolvimento, contudo, teve menor disseminação do que aquela em que o termo aparece “na forma de ‘opção’ ou ‘padrão’ de desenvolvimento; e, mais adiante, referido como ‘modelo de funcionamento’ de uma economia” (MEDEIROS, 2021, p. 87), de modo a criticar o rumo tomado por parte das economias latino-americanas no período que, ao mesmo tempo em que experimentavam altas taxas de crescimento, ampliavam as heterogeneidades social e econômica.

Vuskovic (1976[1970]) buscou explicar o funcionamento do “esquema concentrador” que desenhava-se na região, em que concentração de renda e heterogeneidade estrutural reforçar-se-iam mutuamente: para o futuro ministro de Allende, o progresso técnico inadequado à escassez de fatores e a monopolização do setor “moderno” característicos da industrialização latino-americana teriam agravado a concentração de renda, o que - dado o seu caráter pouco acessível à população em geral - ocasionaria o deslocamento da demanda em direção aos produtos de tecnologia mais intensiva em capital; retroalimentar-se-ia então

a espiral concentradora, aprofundando o abismo social e o subemprego. Para que o modelo seguisse dando como resultado altas taxas de crescimento, ademais, doses crescentes de concentração de renda seriam necessárias para dinamizar os setores mais modernos. Diante disso, a única alternativa possível seria uma “transformação do esquema de crescimento, à definição de uma nova estratégia de desenvolvimento, com tudo que isso implica (...) de requisitos e conseqüências políticas” (VUSKOVIC, 1976[1970], p. 102).

Na mesma toada, Furtado (1972), em *Análise do modelo brasileiro*, analisando o padrão de crescimento levado a cabo pela ditadura militar brasileira, buscou explicar o fenômeno de alto crescimento e forte aumento na concentração de renda. De certo modo, o “modelo brasileiro” teria sido uma saída para a crise da industrialização por substituição de importações, exposta por Furtado em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Embora visto frequentemente como a autocrítica de Furtado em relação às suas hipóteses estagnacionistas (COUTINHO, 2019), uma leitura de mais atenta demonstra a inexatidão dessa tese. Pelo contrário, Furtado em *Análise do modelo brasileiro* reforça o caráter estrutural da crise da ISI, advindo da incapacidade do sistema de “gerar espontaneamente o perfil de demanda requerido para autodinamizar-se” (FURTADO, 1972, p.83). Dois anos depois, em *O mito do desenvolvimento econômico*, Furtado (1974, p. 102) reafirma sua hipótese básica de que “o sistema não tem sido capaz de produzir espontaneamente o perfil de demanda capaz de assegurar uma taxa estável de crescimento”; sendo assim, “o crescimento a longo prazo depende de ações exógenas do governo” (FURTADO, 1974, p. 102): não era a estagnação que era contingente, mas sim a recuperação. Para Furtado (1972), a economia brasileira não conseguia gerar o fluxo de demanda necessário para absorver a produção dos setores industriais instalados recentemente (particularmente, de bens de consumo duráveis). Assim, o “modelo brasileiro” teria sido uma saída via “concentração dinâmica” (FURTADO, 1972, p. 41): uma tentativa de adaptação da estrutura da demanda, de modo a dinamizar o consumo das classes médias e altas por meio do direcionamento do crédito ao consumo de bens duráveis, proteção de ativos financeiros dos efeitos da inflação (i.e., indexação), e concomitante repressão salarial dos trabalhadores da base. Assim:

[P]ara o autor a nova face da trajetória do subdesenvolvimento era a modernização da economia: uma modernização que aproximava a periferia dos padrões de consumo dos países industrializados; que alimentou o processo de crescimento econômico por meio da assimilação do progresso técnico para uma minoria da população; e que realimentava a própria tendência de concentração da renda (SAES, 2020b, p. 74).

Todavia, o modelo de (sub)desenvolvimento escolhido, para Furtado (1972) - assim como para Vuskovic (1976[1970]) - não era uma saída necessária, mas antes contingente: a escolha de outro caminho rumo ao desenvolvimento, um de democratização, mudança estrutural e distribuição progressiva de renda, era uma possibilidade em face da crise da substituição de importações.



Se no início da década de 1970 essa noção de estilos já estava presente no debate sobre as economias latino-americanas, sua conceituação mais rigorosa e disseminada só dar-se-ia em 1976, principalmente por Aníbal Pinto e Jorge Graciarena: até então, o termo havia sido utilizado “con frecuencia a situaciones potenciales o concretas de muy diverso rango” (GRACIARENA, 1976, p. 185), ou como sinônimo de “modelos, sistemas, estructuras, patrón, perfil, etc.” (PINTO, 1976b, p. 100).

Pinto (1976b) inseriu o conceito de estilo dentro da tríade sistema-estrutura-estilo: o sistema, categoria mais geral, dizia respeito às duas principais formas de organização social, i.e., capitalismo e socialismo. Para Pinto (1976b), a estrutura estaria ligada ao grau de desenvolvimento de um país e seu lugar na divisão internacional do trabalho. Pinto (1982), entretanto, tomaria uma posição um pouco mais geral sobre o conceito de estrutura, que corresponderia ao “conjunto de elementos materiais e sociais que constituem o ‘esqueleto’ de uma comunidade e que se caracterizam por sua relativa rigidez no tempo” (PINTO, 1982, p. 41-42), entre os quais estariam topologia, demografia, estrutura social e local na divisão internacional do trabalho. O estilo, por sua vez, diz respeito à “la modalidad concreta y dinámica adoptada por un sistema social en un ámbito definido y en un momento histórico determinado.” (GRACIARENA, 1976, p. 186), ou, de forma menos vaga, como “estrategias y políticas de desarrollo que una voluntad política promueve en condiciones histórico-estructurales particulares” (GRACIARENA, 1976, p. 186); dentro dessas estratégias estão, fundamentalmente, a questão de o que, como e para quem produzir (PINTO, 1976b). Embora seja de certo modo subordinado às duas categorias mais gerais, à medida que aquelas dão as condições sobre as quais a ação política pode se dar, o estilo não é de modo algum passivo nem tampouco neutro em relação a elas, tendo a tríade uma série de determinações recíprocas. Ademais, o estilo - o que fica claro na definição de Graciarena (1976) - é uma categoria eminentemente política, à medida que a opção por um estilo depende primordialmente da presença de um grupo hegemônico com poder - entendido aqui no sentido weberiano de “probability that one actor within a social relationship will be in a position to carry out his own will” (WEBER, 1978, p. 56) - para impô-lo sobre todas as outras alternativas (GRACIARENA, 1976). Longe de uma visão de um Estado neutro e planejador - presente de certo modo nas publicações iniciais da CEPAL -, o poder de Estado, embora siga sendo fonte crucial de estratégias de desenvolvimento, é entendido aqui como fruto das contradições sociais, e as possibilidades de desenvolvimento estão fortemente conectadas aos determinantes político-sociais (conforme também argumentara a “análise integrada do desenvolvimento” de Cardoso e Faletto, 1970). Sendo um processo político, um estilo é sempre uma escolha, na medida em que “en una situación nacional, históricamente concreta y condicionada, hay siempre más de una opción posible” (GRACIARENA, 1976, p. 187, ênfase no original); entretanto, nenhuma escolha política é feita à revelia das condições políticas, sociais e econômicas em que é tomada; relembrando o *18 Brumário de Luís Bonaparte* de Marx, “[o]s homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem

por livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita” (MARX, 2011[1852], p. 23).

A opção por um estilo concentrador - embora modernizante -, legava aos países da região a continuidade da heterogeneidade e a ampliação do “fosso que existe entre as condições de vida da minoria beneficiada e as da massa, fosso que é a essência mesma do subdesenvolvimento” (FURTADO, 1972, p. 77). Se outro caminho era possível - e o era, posto que um estilo é sempre uma opção política dentre outras possíveis - a derrota política teria enterrado um caminho mais democrático e igualitário para a região; a década seguinte, além disso, seria ainda mais difícil para o pensamento cepalino - e para o pensamento sobre o desenvolvimento da região como um todo: a crise externa da região e a aceleração da inflação teriam como consequência o direcionamento de boa parte dos esforços para a questão da inflação e da negociação da dívida (BIELSCHOWSKY, 2000; RODRÍGUEZ, 2009), e a posterior hegemonia do pensamento liberal teria relegado a segundo plano o pensamento estruturalista que - quando não ignorado - era tomado como exemplo de teoria malfadada ou, na melhor das hipóteses, insuficiente (LOVE, 2005).

## 4 A parte dos críticos

A constatação histórica da crise da industrialização latino-americana - nos anos 60, como crise; depois, como crescimento perpetuador de desigualdades, e posteriormente como hecatombe externa - e a virada autoritária de grandes economias da região tiveram como resultado uma produção crítica que, como não poderia deixar de ser, atingiu aquela que foi a instituição de maior prestígio e com maior proximidade com formuladores de política (LOVE, 2005) do período da “substituição de importações”. Da parte de economistas neoclássicos, a CEPAL frequentemente era vista como fonte teórica dos excessos protecionistas da industrialização por substituição de importações (LOVE, 2005). Por outro lado, as críticas mais à esquerda questionavam a ausência de uma análise sócio-política que contemplasse a relação entre os grupos e classes sociais (CARDOSO; FALETTO, 1970), a visão do Estado como entidade abstrata sem relação com as lutas políticas (FIORI, 1999), a excessiva atenção dada aos condicionantes externos, entre outras. A enumeração das variadas críticas às formulações cepalinas - e a avaliação das suas respectivas validades - foge do escopo desse trabalho, a não ser aquelas que versam sobre o tema em questão. As noções de dualismo e de heterogeneidade estrutural, entretanto, não foram menos alvos de críticas, sendo revistas por distintas matrizes teóricas as relações entre o setor moderno e o de subsistência, bem como o papel do setor marginalizado no processo de acumulação das economias da região.

### 4.1 A escola de Campinas

Se a assim chamada Escola de Campinas não é a primeira escola crítica da CEPAL em termos cronológicos, é provavelmente aquela mais próxima teórica e geneticamente: tendo sido formada a partir da transformação do Departamento de Planejamento Econômico e Social (DEPES), formado em 1968 e cujo corpo docente foi inicialmente formado por professores da CEPAL no Rio de Janeiro e alunos egressos do Curso de Planejamento da CEPAL (CANO, 2007), o Instituto de Economia da Unicamp tem seu embrião na CEPAL. Tal influência não se resume, entretanto, à cessão de quadros docentes, sendo a posição teórica da Escola de Campinas tributária - sem deixar de ser crítica - da visão cepalina: o método histórico-estrutural, segundo Tavares (1996), era um componente fortemente presente na Escola de Campinas, sendo a crítica dessa à CEPAL uma crítica interna; no mesmo caminho, Fiori (1999, p. 35) viu na teorização de Campinas uma “nova vertente estruturalista”.

A matriz teórica da Escola de Campinas, entretanto, é marcada pelo diálogo com uma série de autores - especialmente Marx, Kalecki, Keynes e Schumpeter (FIORI, 1999;

SANTOS, 2013) - com o objetivo de “investigar a constituição e o desenvolvimento do modo especificamente capitalista de produção no Brasil” (SANTOS, 2013, p. 28-29).

Assim, a Escola de Campinas, embora tributária da visão da CEPAL, tem influências teóricas pouco presentes nos trabalhos dessa, e que marcam uma ruptura significativa em muitos pontos, como veremos. Entretanto, não é puramente teórica a divergência entre as duas escolas, havendo uma distinção também de problemática.

Para Mello (1982), a CEPAL via a problemática da industrialização do ponto de vista da nação, a julgar (entre outras) pelas noções cepalinas de desenvolvimento para dentro e desenvolvimento para fora, que refletem a preocupação quanto à internalização *dentro da nação* dos mecanismos de dinamização da economia. Para a Escola de Campinas, por sua vez, a visão privilegiada é a da acumulação, valorização, concorrência e gasto capitalistas (SANTOS, 2013). Tomando esse ponto de vista como referência, o subdesenvolvimento - ou ao menos o caso brasileiro - não pode mais ser analisado como a convivência de setores capitalistas e não-capitalistas (Lewis), ou como “estruturas híbridas” (FURTADO, 2009[1961], p. 161), mas como a configuração de um certo tipo de capitalismo. A expressão mais conhecida dessa visão é o livro de João Manuel Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio*, para quem o capitalismo brasileiro teria sido formado a partir de uma “dupla determinação: o seu passado imediato enquanto economia exportadora e escravista e o seu momento de inserção internacional num capitalismo já industrializado e monopolista em escala mundial.” (FIORI, 1999, p. 35). Para o autor - e para Maria da Conceição Tavares, cuja tese *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil* é um dos textos seminais da Escola de Campinas -, a implantação de um setor de bens de capital teria garantido a determinação endógena da acumulação de capital. Desse modo, a análise dos teóricos de Campinas era predominantemente endógena, em contraste com boa parte da produção cepalina, em cuja análise predominariam as análises dos determinantes externos. Afirmar a predominância dos componentes endógenos na análise campineira não equivale de forma alguma a proclamar irrelevante o papel das multinacionais e dos fluxos de capitais e comércio nas economias subdesenvolvidas, como uma leitura apressada poderia indicar; pelo contrário, as articulações externas e o papel das multinacionais ganham eminência teórica fundamental em muitos textos da escola. A questão é de que esses atores, embora relevantes, “não determinam exogenamente a dinâmica da acumulação, apenas se articulam com ela e **modificam-na a partir de dentro**, acentuando as mudanças internas em curso” (TAVARES, 1998[1974], p. 132, ênfase no original).

Embora a produção da chamada Escola de Campinas seja demasiado extensa e diversa para ser tratada - para uma visão de conjunto da economia política dessa escola, ver Santos (2013) - esses aspectos centrais, i.e., a visão de economias subdesenvolvidas como capitalistas de um certo tipo e a análise predominante das determinações endógenas da acumulação de capital, terão também importante papel naqueles textos da Escola que

tratam daquele que é o assunto de interesse: o dualismo, o papel do setor de subsistência na determinação salarial, a relação dinâmica entre o setor de subsistência e o moderno... tratados em mais detalhes em Souza (1999[1980]), Souza (1980), Tavares (1986[1981]) e Baltar (2003[1985]).

Os textos acima buscam tratar da problemática do emprego e dos salários em economias subdesenvolvidas nas quais a estrutura industrial já tivesse legado ao país a capacidade de gerar acumulação endógena de capital - o que, segundo Tavares (1998[1974], p. 148), estaria associado a “determinada dimensão dos setores produtores de bens de produção e de consumo duráveis”. Nessas economias, a urbanização e o relativo alto grau de industrialização já teriam gerado um adensamento populacional capaz de produzir um “mercado general de trabalho urbano” (TAVARES, 1986[1981], p. 10), i.e., um mercado unificado em que seriam negociados os salários dos trabalhadores não-qualificados (SOUZA, 1999[1980]; TAVARES, 1986[1981]). Nesse mercado - que é geral por ser comum às diversas indústrias - o salário nominal de base da economia (chamados por Souza (1999[1980]) de taxa salarial) é determinado, *por meio da negociação entre trabalhadores e empresários*, sendo portanto completamente endógeno ao setor capitalista.

Adicionalmente a esse mercado geral de trabalho, entretanto, a disseminação das grandes empresas oligopolistas teria gerado “mercados ‘internos’ de trabajo” (TAVARES, 1986[1981]), nos quais se formariam, dentro dos empregados de uma mesma empresa, hierarquias e diferenciações salariais, ocasionando uma estrutura salarial mais dispersa, a depender de fatores como poder dos sindicatos, poder de mercado das empresas, produtividade da indústria, organização interna da empresa e semelhança entre os postos de trabalho (SOUZA, 1999[1980]; BALTAR, 2003[1985]).

A importância da segmentação no mercado de trabalho e da assimetria entre empresas, ademais, aproxima em alguns aspectos a Escola de Campinas às formulações sobre a heterogeneidade estrutural presente em Pinto (1965, 1976a) e às teorizações acerca da informalidade (SOUZA; TOKMAN, 1975; TOKMAN, 1979). Essa confluência teórica não deve, entretanto, ser vista com surpresa, à medida que a influência de Aníbal Pinto sobre os trabalhos de Tavares (1972, 1998[1974]) é reconhecida pela própria autora, e que Souza esteve presente em muitas das formulações sobre a informalidade, figurando entre os quadros da PREALC durante os anos 70 (SOUZA, 1980).

A partir da definição dos salários nominais de cada indústria, os seus respectivos preços seriam determinados a partir de uma formação semimonopolística de preços baseada em Kalecki (1977, p. 38):

$$\bar{p} = \left( \frac{\bar{m}}{1 - \bar{n}} \right) \bar{u} \quad (4.1)$$

Em que  $\bar{p}$  representa o preço médio da indústria em questão, a fração  $(\frac{\bar{m}}{1-\bar{n}})$  é o grau de monopólio e  $\bar{u}$  os custos diretos de produção (salários e matérias-primas).

Os salários reais, portanto, seriam determinados pelos salários nominais negociados entre trabalhadores e empresários fora e dentro das estruturas das empresas oligopólicas, pelos preços advindos do *markup* sobre os custos diretos e, por fim, pelo preço relativo dos bens-salário em relação aos demais bens da economia (TAVARES, 1986[1981]). Podemos notar, pois, que a determinação de preços e salários dentro do setor capitalista deu-se sem qualquer influência direta do setor de subsistência e da oferta ilimitada de mão de obra, apenas por meio da teoria kaleckiana de formação de preços em competição imperfeita, em conjunção com a segmentação do mercado de trabalho advinda da oligopolização. Isso não quer dizer, no entanto, que inexista qualquer relação dinâmica entre os setores moderno e atrasado.

Para Souza (1999[1980]), o processo de expansão das formas especificamente capitalistas de produção sobre as demais seria uma tendência inexorável: em seu processo de valorização, o capital atuaria penetrando no espaço econômico - entendido como “o volume total de sua [da economia] produção de bens e serviços” (SOUZA, 1999[1980], p. 87), seja produzido ou não para o mercado, por formas capitalistas ou não de produção - dos setores não-capitalistas. À medida que esse processo de destruição ocorre, os trabalhadores que perdem seus meios de subsistência tornam-se disponíveis ao capital como trabalhadores, integrando o Exército Industrial de Reserva: isto é, proletarizam-se.

Entretanto, nada garante que a população deslocada pela expansão do capital encontre emprego no núcleo capitalista: os processos de desalojamento de mão de obra por meio da destruição das formas não capitalistas de produção e a absorção de trabalhadores do Exército Industrial de Reserva obedecem a determinações completamente distintas e, como tal, não há razão *a priori* para a harmonização mútua. À medida que os novos proletários não sejam capazes de ocupar-se no núcleo dinâmico da economia, a tendência é que retornem a buscar sua subsistência reproduzindo suas formas de vida pregressas: desse modo, o setor não-capitalista funcionaria como um refúgio de mão de obra (SOUZA, 1980[1978]).

Podemos tirar daí uma grande divergência em relação aos dualismos lewisiano e cepalino: para Souza (1980[1978], 1999[1980]), a absorção pelo setor capitalista dos trabalhadores de subsistência não se dá por meio de diferenciais de rendimentos, mas pela destruição pura e simples dos seus meios de subsistência, gerando um trabalho livre - dos seus meios de produção. Desse modo, não há qualquer relação necessária e unívoca entre os salários e os rendimentos no setor não capitalista.

A expansão (e retração) do setor capitalista determinaria o espaço econômico e a quantidade de pessoal nos setores não capitalistas a cada momento; sendo assim, o rendimento médio torna-se a variável de ajuste que compatibiliza as duas. Desse modo,

“[n]o mercado de trabalho informal urbano é possível considerar os níveis de renda per capita de seus distintos segmentos como um resultado imediato de um ajustamento de suas dimensões econômica e populacional” (BALTAR, 2003[1985], p. 192). Pode-se concluir, portanto, que, divergindo de Lewis (2010[1954]) e de Furtado (1965, 1968[1966], 1972), é o setor capitalista que determina os rendimentos nos setores de subsistência, e não o contrário.

Assim, o setor de subsistência - em vez de ter papel central na determinação salarial - porta-se como resíduo do processo de expansão e retração do capital. Não se trata, à moda de Lewis, da convivência de dois modos de produção distintos, à medida que todo o sistema está subordinado aos ditames do capital, a presença de formas outras de organização da produção não apaga o caráter fundamentalmente capitalista das economias sob análise. Do mesmo modo, o setor “arcaico” não pode ser compreendido como um resquício pré-capitalista - muito pelo contrário, ele é efeito de um certo modo de expansão do capital, que relega a enormes parcelas populacionais o trabalho de administrar a própria miséria em ocupações que, se não são propriamente capitalistas, “no pueden ser llamadas ‘primitivas’, por que en verdad son de una modernidad espantosa” (TAVARES, 1986[1981], p. 11).

Pode-se enxergar certa semelhança com Santos (2002), para quem a economia subdesenvolvida urbana não poderia ser denominada dual (no sentido da coexistência de um setor *moderno* e outro *arcaico*), na medida em que “o que se chamava ainda três décadas o ‘tradicional’ deixou de sê-lo desde o momento em que toda a vida da sociedade foi subvertida pelos elementos revolucionários, como a revolução do consumo” (SANTOS, 2004[1979], p. 54). Desse modo, muito mais do que pré-capitalista, o “setor de subsistência” é produto mesmo da modernização, e está em frequente transformação e adaptação.

Restam não respondidas, entretanto, algumas questões cruciais: a importância (se houver) do setor de subsistência para o processo de acumulação de capital, qual a especificidade (se é que há) dos países subdesenvolvidos na relação entre os dois setores, e quais as possibilidades de rompimento com o subdesenvolvimento.

Se, por um lado, o Exército Industrial de Reserva, disponível imediatamente ao capital, age diretamente - ao reduzir o poder de barganha dos trabalhadores - na redução dos salários reais, os contingentes populacionais em ocupações não capitalistas “aumentam os graus de liberdade para o núcleo capitalista na busca de soluções para eventuais problemas de escassez de mão-de-obra” (SOUZA, 1999[1980], p. 80). Embora não tenha efeitos imediatos sobre salário e emprego, a presença de um largo setor de subsistência confere ao sistema uma maior flexibilidade a longo prazo, ao permitir que, quando necessário, o sistema venha a expandir-se sobre esse setor, tornando esse largo contingente disponível ao capital, e evitando possíveis problemas de escassez de mão de obra. Apesar do setor não-capitalista, na visão de Souza (1999[1980]), não ser determinante

na determinação salarial, há o reconhecimento de que partes desse setor - especialmente o comércio ambulante - têm papel direto na acumulação capitalista; entretanto, essa parcela, para o autor, seria a minoria, não podendo ser generalizada - o serviço doméstico seria, na sua visão, um exemplo de ocupação sem utilidade direta para a acumulação capitalista, sendo, no entanto, “a parte individualmente mais significativa do emprego não-capitalista” (SOUZA, 1999[1980], p. 132). Se é verdade, entretanto, que o serviço doméstico não produz mais-valia, nem é explorado diretamente pelo capital, presta um papel central na reprodução da força de trabalho, à medida que o trabalho doméstico - majoritariamente feminino - atua tanto na reprodução cotidiana dos trabalhadores, quanto na criação e reprodução das novas gerações (VOGEL, 1983; TEEPLE HOPKINS, 2017).

Pode-se adicionar, ainda, saindo do aspecto puramente econômico, que o papel do setor de subsistência (no sentido lewisiano do termo), oferece refúgio à mão de obra não integrada nos circuitos propriamente capitalistas de produção - esse contingente que “[i]nfelizmente (...) no pueden quedar sometidos a la disciplina de la jornada de trabajo capitalista; esto es, no pueden ser explotados” (TAVARES, 1986[1981], p. 11). Ao servir como alternativa possível de ocupação à população não integrada nos circuitos capitalistas de produção, esses setores permitem a sobrevivência de largas massas, o que - conjuntamente com os diversos mecanismos estatais de assistência social - confere relativa estabilidade política ao sistema.

Para a Escola de Campinas, como vimos, as estruturas subdesenvolvidas só podem ser compreendidas enquanto economias capitalistas de um certo tipo; resta saber, entretanto, qual a especificidade do capitalismo dos países subdesenvolvidos. Souza (1999[1980], p. 85) indica na presença de largos contingentes de mão de obra ocupado em setores não-capitalistas a especificidade do subdesenvolvimento:

Tratando de economias capitalistas, não há razão teórica para supor que suas leis fundamentais (e a determinação do salário é uma delas) devam ser alteradas em cada situação concreta. Podemos aceitar, em princípio, que as mesmas hipóteses e relações que estabelecemos para o caso de uma economia qualquer, podem ser aplicadas aos países atrasados (...) O grande desafio que passamos a encarar é o de dar conta do papel que cumpre em todo esse processo, o grande contingente de mão-de-obra ocupada em formas não tipicamente capitalistas de organização.

A presença de grande massa populacional em formas não-capitalistas de produção marca, pois, a peculiaridade dos capitalismo subdesenvolvidos ou atrasados; nesse sentido, converge com a análise de Lewis e com a noção do dualismo em geral. Entretanto, diverge desse quanto às causas desse excedente: nas análises de Lewis (2010[1954], 1958, 1968, 1979), a permanência de setores de subsistência está diretamente ligada à escassez de capital (devido ao reduzido tamanho do setor capitalista e da massa de lucros). Em parte das teorizações cepalinas - em especial nas formulações iniciais -, a baixa poupança



advinda do efeito-demonstração e a alta densidade de capital das tecnologias importadas seriam duas das causas da continuidade da heterogeneidade que seria uma das marcas do subdesenvolvimento.

A perspectiva segundo a qual a baixa poupança seria a causa da não-absorção da totalidade dos trabalhadores do setor de subsistência não é subscrita pelos teóricos de Campinas. Pelo contrário, a ênfase é dada às variáveis de demanda: Tavares e Serra (1972), em crítica seminal ao modelo “estagnacionista” de Furtado (1968[1966]), deram aos problemas de demanda e de financiamento destaque na crise brasileira do início dos anos 60 e na subsequente recuperação. Do mesmo modo, baseando-se nos esquemas de reprodução ampliada kaleckianos, Tavares (1998[1974]; 1998[1978]) buscou analisar a industrialização brasileira do ponto de vista das relações inter-setoriais, ressaltando a importância da demanda efetiva para garantir a reprodução ampliada do capital. Desse ponto de vista, o subdesenvolvimento não poderia ser efeito do baixo fluxo de poupança ou - equivalentemente - do reduzido estoque de capital: na presença de um mercado financeiro desenvolvido, em que os empresários podem tomar empréstimos ou emitir títulos, não haveria razão para que os investimentos devessem estar restritos à presença de uma “poupança prévia” (SOUZA, 1999[1980], p. 134). A decisão de investir seria, à maneira keynesiana, função da rentabilidade esperada do investimento, e não da taxa de poupança (ou da taxa de lucro): assim, o investimento apenas ocorre quando há a perspectiva de valorização do capital. Portanto, não é a falta de capital ou a baixa poupança a fonte do subdesenvolvimento, como argumentavam alguns dos pioneiros da economia do desenvolvimento.

Se é verdade para os teóricos de Campinas - assim como para os cepalinos - que as estruturas subdesenvolvidas são formações *sui generis* (embora capitalistas), marcadas por forte excedente estrutural de mão de obra, para eles a manutenção dessa heterogeneidade não pode ser atribuída à baixa poupança. Subscrevem, pelo contrário, ao princípio da demanda efetiva de Keynes e Kalecki, para quem o investimento determina a poupança.

Na visão de Souza (1999[1980]), a expansão do setor capitalista, não estando restrita pela baixa poupança nem pela indisponibilidade do estoque de capital, só poderia estar bloqueada pela expectativa de não-valorização do capital, i.e., pela baixa rentabilidade esperada dos investimentos. Assim, a permanência de formas não capitalistas de acumulação só poderia ocorrer quando a expansão do capital não fosse rentável o suficiente para justificá-la; para o autor - “[s]eguindo o raciocínio smithiano” (SOUZA, 1999[1980], p. 138) -, a utilização de formas tipicamente capitalistas de produção ocorreria apenas naqueles mercados de tamanho suficiente para que a valorização pudesse ocorrer nos moldes capitalistas. Desse modo:

[N]os casos em que o mercado permite, o capital assume formas de organização tipicamente capitalistas para valorizar-se; em outros onde

esse grau de divisão do trabalho não é possível, valoriza-se através das formas não especificamente capitalistas de submissão do trabalho; em outras, enfim, aguarda a constituição de um mercado “adequado” para subordinar e expropriar aos pequenos produtores (SOUZA, 1999[1980], p. 138).

Entretanto, à medida que o autor aceita a convivência de formas capitalistas e não-capitalistas de organização da produção, resta não respondida a questão do porquê as economias desenvolvidas lograram a absorção da superpopulação relativa em seu desenrolar histórico - i.e., porque nos países desenvolvidos formaram-se mercados amplos o suficiente para que fosse rentável aos capitalistas expandirem-se sobre eles -, enquanto os países subdesenvolvidos mantêm-se presos em um eterno expulsar-absorver de mão de obra sem tendência à homogeneização.

Outra visão da Escola, baseada em abordagens mais históricas, é dada por Tavares (1998[1974], 1986[1981]). A autora parte do contexto da industrialização latino-americana no pós-Guerra, em que grandes oligopólios multinacionais tomavam as rédeas do processo de internacionalização do capital; nesse pano de fundo é que a industrialização da região - tardia e periférica - encontra seus dilemas. Para ela, o progresso técnico tem papel central na manutenção do excedente estrutural de mão de obra; entretanto, o papel e a relação do progresso técnico com a absorção de mão de obra tem contornos distintos daqueles que aparecem na obra cepalina. Se os teóricos da CEPAL enfatizam a inadequação da densidade de capital utilizada nos países subdesenvolvidos (NOYOLA, 1956; FURTADO, 2009[1961]) - devido à dependência tecnológica, necessidade de competição com empresas estrangeiras ou, posteriormente, pelos desequilíbrios gerados pela industrialização -, Tavares (1998[1974]) enfatiza a disputa entre empresas como motor do progresso técnico. A relação privilegiada aqui é a concorrência intercapitalista, e não a relação capital-trabalho: o progresso técnico é visto - aqui é clara a influência de Schumpeter - como causado pela “competição interna capitalista (...) para aumentar as margens de lucro diferencial das empresas oligopólicas” (TAVARES, 1998[1974], p. 83). Assim, a escolha das técnicas é perfeitamente racional do ponto de vista da empresa oligopólica, dentro de sua estrutura de acumulação e concorrência (TAVARES, 1998[1974]). Nada garante, entretanto, que os interesses microeconômicos das empresas oligopólicas harmonizem-se com os interesses macroeconômicos da nação de redução do excedente estrutural de mão de obra e homogeneização econômico-social. Desse modo, a não-absorção do “setor de subsistência” teria como causa central o desenvolvimento tardio e periférico dos países latino-americanos, em um momento de expansão mundial de grandes oligopólios.

Adicionalmente, Baltar (2003[1985]) viu na rapidez da industrialização tardia da América Latina uma outra especificidade: o rápido surgimento de um grande número de indústrias teria impedido o aparecimento de um mercado de trabalho consolidado e diferenciado, com uma estrutura mais regular de empregos. O resultado seria um mercado

de trabalho muito amplo, com baixa diferenciação, gerando, pois, uma economia de baixos salários.

A noção de que a inserção periférica da América Latina no contexto de um capitalismo internacional monopolizado teria gerado um contingente de mão de obra marginalizada sem papel direto na formação salarial no setor dinâmico da economia precede a Escola de Campinas, sendo uma formulação presente nos debates sociológicos sobre a marginalidade nos anos 60 e 70. Em particular, as noções de “masa marginal” de Nun (1969, 2001) - referenciada e discutida por Souza (1999[1980]) - e de “polo marginal” de Quijano (1977[1970]) buscavam conceituar a existência dessa massa de trabalhadores que, em um contexto de monopolização e dependência - gerando segmentação do mercado de trabalho, maior uso de técnicas intensivas em capital e trabalho qualificado... -, tornavam-se relativamente afuncionais ao capital, embora determinados por esse.

Assim, antes de uma convivência de modos de produção capitalistas e não-capitalistas, portanto - como no caso lewisiano -, a Escola de Campinas enxerga as estruturas subdesenvolvidas como um capitalismo de *certo tipo*, marcado tanto por suas bases advindas do latifúndio exportador escravista quanto pelo contexto em que está inserido, de hegemonia do capitalismo oligopolista multinacional (FIORI, 1999). Embora os teóricos de Campinas vissem na presença de largos contingentes de mão de obra organizados de forma não-capitalista como central à compreensão do subdesenvolvimento - e nesse sentido aproximam-se das teorizações dualistas de Lewis e da CEPAL -, a dinâmica de absorção de mão de obra e a determinação salarial dar-se-iam em outras bases. Divergindo do dualismo lewisiano, portanto, a Escola de Campinas não enxerga o dualismo como convivência de modos de produção distintos, mas antes a convivência de formas de organização distintas *sob a égide do capitalismo*.

Além disso, se nas formulações dualistas pretéritas o rendimento no setor não-capitalista tem papel central na determinação dos salários nos setores capitalistas, nos autores da Escola de Campinas essa causalidade é invertida: ao destruir e reconstruir o espaço econômico dos demais estratos, é o setor capitalista que determina os rendimentos nos setores não-capitalistas. O papel do “setor de subsistência” nessa visão teórica seria apenas de um regulador de longo prazo, ao afastar a possibilidade de escassez de mão de obra, e não o de determinar os salários - esse seria endógeno ao setor capitalista, por meio de um processo de barganha entre empregados e empregadores, nos mercados externos e internos de trabalho em um contexto de generalização dos grandes oligopólios.

## 4.2 A crítica marxista: do “colonialismo interno” à simbiose

Uma crítica mais radical aos pressupostos do dualismo cepalino é perpetrada por um grande número de autores - predominantemente de tendência marxista - para quem

não só a dinâmica do capital determina os movimentos do “setor de subsistência”, mas que a existência e reprodução do setor de subsistência seria diretamente benéfica à acumulação de capital. Desse modo, a continuidade e constante reedição da marginalidade seria não uma *disfunção* do sistema, mas absolutamente útil e até mesmo necessário à acumulação e expansão do capital. Há, ademais, autores que negam mesmo a convivência de formas distintas de organização da produção como sendo um marcador privilegiado das estruturas subdesenvolvidas.

Que a argumentação de que o setor moderno alimenta-se do atraso para reproduzir-se tenha sido levada a cabo majoritariamente por autores marxistas não deve ser recebida com surpresa: a noção de que o capital expande-se reproduzindo o atraso tem como corolário uma proposta política muito mais radical do que aparecia nas formulações anteriores. Se, para a CEPAL, a agenda de reformas (reforma agrária, planejamento estatal, redistribuição de renda...) estava na pauta do dia, e se para Lewis o rompimento com o dualismo dependia fundamentalmente da generalização do capitalismo liberal e suas instituições (assalariamento, direitos de propriedade...), para esses autores o eterno retorno do subdesenvolvimento representa uma *necessidade*, e não uma disfunção, do processo de acumulação de capital. Nas palavras de Kowarick (1975, p. 55, itálico no original):

[A] marginalidade não é o resultado de disfunções no sistema (...) [O] conceito a ser privilegiado não é mais de *disfunção*. O conceito básico é o de *contradição*. Por outro lado, do ponto de vista teórico, essa contradição precisa ser analisada como decorrente de um tipo de configuração estrutural necessário na dinâmica da sociedade. A participação não realizada é fruto do sistema que a cria. E para o *sistema* não é disfuncional.

Essa visão é frequentemente precedida também por uma crítica histórica: a de que, na gênese histórica do subdesenvolvimento, o setor capitalista não apenas se sobrepôs aos setores arcaicos, mas moldou-os desde o início. Para Furtado (2009[1961], p. 160), a formação de um núcleo industrial na Europa em fins do século XVIII teria gerado “uma ruptura na economia mundial e passou a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da terra”. Nos países latino-americanos, em particular, a resultante desse processo teria sido “a criação de estruturas híbridas” (FURTADO, 2009[1961], p. 161), com a superposição de estruturas capitalistas sobre as pré-existentes.

Essa visão seria posteriormente atacada pelos autores em questão: para eles, as economias latino-americanas anteriores à penetração capitalista teriam sido elas mesmas determinadas pelo processo de difusão do capitalismo a nível mundial. Talvez a formulação mais famosa a esse respeito seja aquela de Andre Gunder Frank (1969[1966], 1967). Para o autor:

[T]he economic, political, social, and cultural institutions and relations we now observe are the products of the historical development of the

capitalist system no less than are the seemingly more modern or capitalist features of the national metropolises of these underdeveloped countries (GUNDER FRANK, 1969[1966], p. 5).

Assim, embora o capitalismo industrial moderno ainda não houvesse se estabelecido, as economias coloniais seriam um mecanismo no processo de formação do capitalismo central, e a colonização latino-americana “[f]orjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente” (MARINI, 1973, p. 3). Não haveria, pois, sobreposição entre estruturas capitalistas e “arcaicas”, posto que ambos os polos do sistema seriam determinados pelo mesmo processo histórico de expansão a nível mundial do capital, sendo duas manifestações do mesmo processo. Lembrando o “sentido da colonização” de Prado Júnior (2011[1942]), Stavenhagen (2014[1965]) aponta o caráter comercial da colonização desde seus princípios e o caráter subsidiário do setor de subsistência, central no abastecimento da grande lavoura articulada ao capitalismo comercial europeu.

As economias coloniais latino-americanas, longe de terem sido pré-capitalistas, teriam sido desde seu início determinadas pela expansão do capitalismo a nível mundial: a expansão marítima europeia ter-se-ia dado “no curso da abertura de novos mercados para o capitalismo mercantil europeu” (NOVAIS, 1989[1979], p. 67). A colonização latino-americana, portanto, teria tido papel importante no desenvolvimento capitalista na Europa ao permitir “a acumulação primitiva em escala mundial” (CUEVA, 1983[1977], p. 24). Francisco de Oliveira também secunda essa opinião: para o autor de *Crítica à razão dualista*, “as economias pré-industriais da América Latina foram criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global (OLIVEIRA, 2003[1972], p. 33). Desse modo, o “setor de subsistência”, antes de um resquício pré-capitalista, seria ele mesmo fruto e instrumento da expansão do capital a nível mundial.

Mais importante para nosso propósito do que a relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos - sobre a qual rios de tinta foram vertidos - é aquela entre os distintos setores *dentro de uma mesma economia*. Entretanto, a analogia entre as relações externas entre centro e periferia e as internas, entre “setor moderno” e “atrasado”, teriam fôlego em algumas das primeiras formulações críticas ao dualismo de corte estruturalista.

Dentro dessa perspectiva, Stavenhagen (2014[1965]), em suas *Sete teses equivocadas sobre a América Latina*, utilizou o conceito de “colonialismo interno” como ponto de partida para compreender as relações entre o moderno e o “arcaico”. Na visão do autor, o atraso teria uma função dentro da economia nacional, assim como as colônias tinham uma função no processo de acumulação metropolitano; as áreas “atrasadas”, por servirem de fonte de oferta de mão de obra barata e matérias-primas para o centro dinâmico e “moderno”, contribuiria para a acumulação, ao mesmo tempo em que tenderia a perpetuar - e até mesmo agravar - seu subdesenvolvimento. Essa reedição da relação metrópole-colônia

dentro das economias nacionais é igualmente defendida por Gunder Frank (1969[1966]), buscando estender às relações internas a noção internacional de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”: referindo-se ao caso brasileiro, Gunder Frank (1969[1966], p. 8) viu na industrialização de São Paulo não um fator de irradiação do desenvolvimento; antes, “it has converted them [the other regions of Brazil] into internal colonial satellites, de-capitalized them further, and consolidated or even deepened their underdevelopment”.

A perspectiva que prezava pela analogia entre as relações externas (metrópole-colônia) e as internas sofreria ela mesma, entretanto, uma série de críticas por sua abordagem insuficiente do problema: posto que, evidentemente, relações internas dentro de um país obedecem a determinações muito distintas daquelas de dominação-colonização por um ente externo, a ausência de mecanismos explícitos do modo pelo qual o “colonialismo interno” dar-se-ia foi criticado, em especial dentro do próprio campo marxista. Para Cueva (2008[1974], p. 87):

[L]a presencia de un esquema en el cual la explotación, y por tanto las contradicciones de clases, son reemplazadas por un sistema indeterminado de contradicciones nacionales y regionales que, justamente por su indeterminación, no deja de plantear serios problemas.

No mesmo contexto em que se deu a “virada política” da CEPAL, com a disseminação de estudos sobre os “estilos de desenvolvimento” - um contexto regional de alto crescimento, mas sem qualquer tendência de homogeneização, mas antes com forte aumento das disparidades sociais e da marginalização. A resposta a esse impasse dentro dessa perspectiva crítica é, entretanto, bastante distinta da visão cepalina: para essa, a opção por um modelo concentrador respondia à necessidade de adequar a estrutura da demanda àquela da oferta - baseada nas indústrias de bens de consumo duráveis e de capital -, gerando concentração de renda e incapacidade de absorver o “excedente estrutural de mão de obra”. Para essa visão crítica, no entanto, o aumento da marginalidade e o aprofundamento do dualismo não seriam fruto da incapacidade de absorção por parte da “modernidade”, mas antes uma necessidade mesma do processo de acumulação de capital: a reprodução das relações arcaicas e da marginalização, antes de serem um entrave, ou fruto de incapacidade do setor moderno, seria instrumento mesmo do modo em que se processou a acumulação de capital na região.

Uma revisão importante da visão cepalina acerca das relações entre setores capitalistas e não-capitalistas dar-se-ia no papel do setor agrícola, em especial no papel daquela parcela do setor que produzia para o mercado interno, com baixa capitalização e por meio de pequenos lotes de terra. Lembremos que, na visão de Noyola (2000[1956]) e Furtado (1958), o setor agrícola estaria na base do processo inflacionário na América Latina. Para Noyola (2000[1956]), a organização “semifeudal” da agricultura chilena para consumo interno seria uma das principais fontes inflacionárias do país, ao não conseguir acompanhar

a demanda de alimentos da população crescentemente urbana; similar argumento é levado a cabo por Furtado (1958), para quem a ausência de uma agricultura propriamente capitalista explicaria a inelasticidade da oferta de alimentos que estaria na base da inflação brasileira. A estrutura agrária da região - marcada pela convivência de latifúndios e minifúndios - seria também ressaltada em documentos oficiais da CEPAL (1961, 1963) como um dos entraves à homogeneização social e ao aumento da produtividade.

Essa abordagem crítica, entretanto, tomaria uma posição teórica radicalmente distinta na apreciação da parcela “arcaica” do setor agrícola e de seu papel na acumulação de capital. Para Oliveira (2003[1972]), a reprodução de relações “arcaicas” na agricultura respondia a um complexo de soluções para o chamado “problema agrário” no contexto da industrialização brasileira - i.e., a necessidade de concomitantemente gerar as divisas necessárias à importação de bens de capital e intermediários e fornecer alimentos e matérias-primas à economia urbano-industrial que se expandia. Em um contexto de larga disponibilidade de mão de obra e terras, a reprodução do “arcaico” na agricultura constituiria uma solução a esse problema. A expansão horizontal e com baixa capitalização do setor agrícola “primitivo” de produção para o mercado interno, baseada na incorporação de fronteiras agrícolas, longe de impedir ou retardar o crescimento industrial ou o dinamismo da economia industrial moderna, teria papel fundamental no processo de acumulação de capital da economia urbano-industrial moderna em formação. Primeiramente, ao fornecer largos contingentes de mão de obra às cidades, permitiria a reconfiguração das relações urbanas entre capital e trabalho em favor do primeiro. Ademais, o expediente de utilizar-se da larga oferta de trabalho e de terras, com expansão horizontal e descapitalizada, teria o papel de baixar o preço dos alimentos, rebaixando, pois, o custo da força de trabalho urbana e, conseqüentemente, reforçando a acumulação de capital (OLIVEIRA, 2003[1972]). Graziano da Silva (1980, p. 46) indicou ainda o papel sócio-político exercido por esse modo de expansão da agricultura brasileira, ao orientar os fluxos migratórios - deslocados pela expansão da agricultura “moderna” - e “amortecer” os conflitos sociais no campo - à medida que a pequena produção poderia expandir-se sem recorrer à reforma agrária, i.e., sem alterar a estrutura de propriedade fundiária.

Talvez ainda mais importante para o argumento do que a reedição e permanência do “arcaico” na agricultura, é o aparecimento de um “setor de subsistência” - compreendido no sentido lewisiano - dentro dos centros urbanos. Com a urbanização e a industrialização, intensificadas na América Latina a partir da década de 1930, antes de uma homogeneização sócio-econômica, o que observou-se foi a ascensão da marginalidade urbana e a exclusão da maior parte da população dos ganhos do crescimento industrial. Se, para a CEPAL, essa exclusão advinha da incapacidade de absorção do excedente populacional por parte da modernidade - seja pela existência do efeito-demonstração, pela dependência tecnológica, pela inserção subordinada no comércio internacional, por uma estrutura agrária inadequada, ou até mesmo pela opção por políticas francamente contrárias à inclusão -, para os teóricos

marxistas aqui estudados a permanência e difusão de um excedente estrutural de mão de obra nas cidades teria sido fruto não de uma incapacidade de absorção, mas um instrumento mesmo utilizado pelo modo em que se configurou a acumulação do capital industrial na região.

A ocupação de grandes contingentes populacionais em “unidades produtivas cujo arcaísmo tecnológico e das relações de trabalho dificilmente permite defini-las como capitalistas” (KOWARICK, 1975, p. 86), teria, pois, papel fundamental na acumulação mesma do capital industrial, não sendo fruto de qualquer incapacidade de absorção pelo setor capitalista. O fenômeno desse largo número de pessoas em serviços de baixa tecnologia e produtividade, e produção em relações não propriamente capitalistas de trabalho - posto que o macrossetor por excelência de destino dessas pessoas seria o de serviços - não constituiria, pois, uma “inchação do terciário” (OLIVEIRA, 2003[1972], p. 56), i.e., um crescimento anormal do setor de serviços, de certo modo incompatível com a acumulação urbano-industrial e consumidor, antes de produtor, de excedente. Pelo contrário, é o crescimento acelerado dos centros urbano-industriais que “exige, das cidades brasileiras (...) infraestrutura e requerimentos em serviços para os quais elas não estavam previamente dotadas” (OLIVEIRA, 2003[1972]). A expansão urbana teria como contrapartida necessária uma série de serviços de conserto, reparação, comércio, *et cetera*. O fato desses serviços serem executados em pequenas unidades, com base tecnológica precária à base de força de trabalho pura, não apaga sua importância para a acumulação urbano-industrial. Embora não seja possível dizer, no sentido estritamente marxista, que essas atividades gerem excedente, os gastos em reparação e comércio têm de “provir do mais-produto e constitui, considerando-se a classe capitalista em sua totalidade, um desconto do mais-valor” (MARX, 2014[1885], p. 228). Parece haver, portanto, o interesse de rebaixamento ao mínimo desses gastos - que, embora “improdutivos”, são absolutamente necessários -, o que é possibilitado pela utilização extensiva de uma mão de obra largamente disponível. Esses serviços, organizados à base de “pseudopequenos proprietários” (OLIVEIRA, 2003[1972], p. 68), não guardam senão a ilusão de independência e propriedade, à medida que executam - a custos baixíssimos - etapas necessárias e custosas ao capital.

Mesmo os serviços estritamente pessoais, aparentemente apartados da dinâmica do capital, teriam, para Oliveira (2003[1972], p. 58) uma função a cumprir na acumulação urbano-industrial, à medida que “para serem prestados fora das famílias, exigiriam uma infraestrutura de que as cidades não dispõem”. Desse modo, a opção das famílias - de classe média, primordialmente - por serviços domésticos (motoristas, empregadas domésticas, lavadeiras, cozinheiras...) baseados na superexploração de força de trabalho desincumbiria as cidades de montarem uma infraestrutura custosa de transporte público, lavanderias industriais, etc. (OLIVEIRA, 2003[1972]), “poupando capital”.

À medida que o crescimento urbano-industrial demanda, pois, essa gama de serviços



supracitados, “essa exigência choca-se contra a exiguidade inicial dos fundos disponíveis para a acumulação, que devem ser rateados entre a indústria propriamente dita e os serviços” (OLIVEIRA, 2003[1972], p. 67-68): desse modo, se a larga disponibilidade de mão de obra é condição possibilitadora da expansão horizontal e descapitalizada dos serviços urbanos na economia brasileira, a frágil base de acumulação da economia, unida ao privilegiamento à expansão industrial, teria sido crucial na opção por um modo de crescimento horizontalizado do terciário. Portanto, há nessa abordagem - conforme apontado por Souza (1999[1980]) - a negação do princípio da demanda efetiva: em confluência com a abordagem de Lewis (e em boa parte da CEPAL), dá-se, dentro da dinâmica poupança-investimento (ou excedente-acumulação), a relação de causalidade do primeiro para o segundo termo.

Além de produzir a baixos custos serviços necessários à reprodução do capital e da força de trabalho, esse largo contingente atuaria como Exército Industrial de Reserva, ao reduzir o poder de barganha dos trabalhadores; desse modo, teria papel na regulação salarial - mediado, evidentemente, por uma série de fatores, como a ação sindical e a legislação trabalhista (KOWARICK, 1975). Assim, há a percepção - distinta daquela levada a cabo por Quijano (1977[1970]) e Nun (1969), e também posteriormente pela Escola de Campinas - de que a mão de obra “marginal” seguiria tendo papel de regular os salários: se para os teóricos de Campinas os trabalhadores em formas de organização da produção não-capitalistas não tinham a função direta de regular os salários, apenas conferindo flexibilidade de longo prazo ao capital, a visão marxista recolocava a centralidade dessa população para a manutenção de salários compatíveis com a acumulação. Para Kowarick (1975, p. 114):

[A]o invés de ser um “novo capitalismo” tendente a ganhar autonomia da massa de trabalho incorporada no processo produtivo, o sistema monopolístico acirra as contradições entre o trabalho e o capital (...) o que supõe, de um lado, uma crescente pauperização relativa, e de outro, a criação de um contingente de trabalhadores sobrantés.

Assim, inexistiria uma “mão de obra excedente” - i.e., afuncional para o capital -, sendo a população em ocupações não especificamente capitalistas parte funcional da acumulação de capital mesmo em sociedades de oligopólios consolidados, com mercados de trabalho internos às empresas estabelecidos. Essa perspectiva, evidentemente, tem como corolário uma atuação política significativamente mais radical: se para Lewis o desenvolvimento estaria conectado à expansão das instituições clássicas do capitalismo liberal e, para os cepalinos, as reformas eram uma condição para o desenvolvimento, as últimas palavras da *Crítica à razão dualista* - escritas, é verdade, no auge do fechamento político brasileiro - parecem dar a tônica política dessa visão: “Nenhum determinismo ideológico pode aventurar-se a prever o futuro, mas parece muito evidente que este será marcado pelos signos opostos do *apartheid* ou da revolução social” (OLIVEIRA, 2003[1972], p. 119).

Se até aqui vimos uma série de revisões sobre o conceito, em especial sobre a relação entre os dois polos (“moderno” e “atrasado”, “capitalista” e “subsistência”), todos eles - ou a grande maioria, como veremos - habitavam uma gramática comum, de compreender o dualismo como característica central para entendermos o subdesenvolvimento. Para Lewis - que utilizou como modelo o caso do desenvolvimento britânico - o dualismo marcava a característica fundamental das economias subdesenvolvidas. A sua causa principal, entretanto, era a exiguidade do setor capitalista e a permanência de instituições avessas ao desenvolvimento, e a solução estava, pois, na disseminação de instituições que permitissem a apropriação privada dos frutos do trabalho e dos investimentos (assalariamento, regras de propriedade, ausência de laços de servidão...) e da existência de uma elite política e econômica aberta à ascensão (i.e., a ausência de uma sociedade estamental) - i.e., as instituições clássicas do capitalismo liberal.

Na visão cepalina, por sua vez, há uma virada no método utilizado em relação a Lewis: se, para esse, a extrapolação das linhas gerais do caso britânico parecia dar as chaves para o entendimento dos mecanismos do desenvolvimento, a CEPAL buscava olhar o desenvolvimento da América Latina como um processo *sui generis*, com marcadas idiossincrasias e, portanto, impossível de ser analisado sem mediações por um paradigma que lhe é externo. Para a CEPAL, o dualismo latino-americano teria raízes na economia colonial, e o caminho para a sua superação passaria por uma série de reformas, cuja teorização também sofreria transformações. Nas primeiras publicações, a ruptura com o dualismo passava pela defesa de uma industrialização baseada no planejamento - devido à escassez de capital e aos obstáculos impostos por uma articulação subordinada e periférica (efeitos-demonstração, dependência tecnológica). Em seguida, passou pelo reconhecimento da necessidade de reformas fundiárias profundas, bem como pelos limites da industrialização por substituição de importações e, por fim, ao reconhecimento do papel jogado pelas lutas políticas na possibilidade de se vencer ou não a montanha da homogeneização social.

Por fim, as duas versões críticas tomam caminhos distintos, mas com pontos em comum, para a compreensão das relações entre setor capitalista e de subsistência. Por um lado, ambas compreendem que os dois polos da relação são manifestações do modo de produção capitalista, entretanto dão ao “setor de subsistência” funções distintas dentro da dinâmica do capital: se, para a Escola de Campinas, as parcelas populacionais em formas não-capitalistas de organização da produção não têm função direta na regulação salarial, tendo apenas o papel de permitir a flexibilidade a longo prazo do sistema, para as visões baseadas no “colonialismo interno” e na “simbiose”, o setor de subsistência seria funcional à acumulação capitalista, ao agir analogamente às colônias - para a primeira visão -, ou, para a segunda, ao rebaixar o custo da mão de obra, servindo de Exército Industrial de Reserva e fornecendo serviços e matérias-primas a baixo custo para o capital. Apesar das diferenças entre a Escola de Campinas e os críticos marxistas ao conceito, ambas as abordagens viram a permanência de uma economia dual não como uma incapacidade de expansão do capital

- como é o caso de Lewis -, mas do modo mesmo em que se daria a expansão do capital em condições específicas. Contudo - e apesar das distinções entre as abordagens críticas, a lewisiana e a cepalina -, todas elas mantêm-se dentro de certa gramática do dualismo. Em todas as formulações sobre o “dualismo” aqui estudadas, a relação entre os setores, a gênese dos setores, e portanto as propostas políticas subjacentes são fundamentalmente distintas. Apesar disso, a compreensão de que, de certo modo, a convivência entre o atraso e o moderno marca indelevelmente as estruturas subdesenvolvidas, torna a aparecer - o que reforça o caráter privilegiado que teve esse conceito na compreensão do subdesenvolvimento.

Parte das críticas, entretanto, negam a dicotomia entre os setores capitalista e não-capitalista como marcadores fundamentais do subdesenvolvimento. Para o próprio Oliveira (2003[1972], p. 32):

[O] conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos.

Assim, para Oliveira (2003[1972]), não apenas inexistente oposição funcional entre moderno e atrasado, capitalista e não-capitalista, como a própria existência dos dois não é um marcador adequado do subdesenvolvimento - ou, até mesmo, o próprio conceito de subdesenvolvimento não seja adequado. O mesmo é sustentado por Cueva (2008[1974], p. 86), para quem a tese sobre o colonialismo interno “parece desembocar a menudo en la simple recreación de un dualismo de signos invertidos, en el que el planteamiento, y por lo tanto los elementos básicos del análisis, no cambian, sino sólo su papel”. Assim, não somente a relação entre os setores é vítima da crítica, mas a sua própria validade como elemento de análise.



## 5 Conclusão

O conceito de dualismo marcou o modo de pensar o desenvolvimento na segunda metade do século XX, repercutindo tanto na assim chamada Economia do Desenvolvimento quanto no debate econômico mais geral dentro da América Latina. Esse conceito, entretanto, foi o centro de largo debate em uma série de pontos: (i) a relação entre os dois polos e a funcionalidade do “setor de subsistência” no processo de acumulação de capital e na determinação dos salários; (ii) a validade mesma do conceito para a compreensão do subdesenvolvimento; (iii) as possibilidades de ruptura com o dualismo e, como corolário, as distintas práticas políticas que se seguem. O nascimento e a difusão do conceito estão intrinsecamente ligados ao contexto internacional do pós-Guerra, em que o processo de descolonizações e a divisão do mundo em dois polos antagônicos tornaram candente e necessário pensar de modo original o desenvolvimento - e o subdesenvolvimento.

Sobre esse pano de fundo, nasceu e ganhou proeminência a Economia do Desenvolvimento: de origem eminentemente prática e - por isso mesmo - eivada de debates e contestações entre distintas correntes práticas e teóricas, teve como ponto comum entre seus propositores, entretanto, a necessidade de pensar o desenvolvimento. Dentro dessa tradição, o conceito de “dualismo” ganhou particular proeminência, especialmente após a publicação do artigo “Economic Development with Unlimited Supplies of Labour”, de W. Artur Lewis, em 1954.

Para Lewis (2010[1954]), o dualismo era marcado pela convivência, em um mesmo território, de setores capitalistas e não-capitalistas (ou de “subsistência”). Devido à presença de uma oferta ilimitada de mão de obra proveniente dos setores não-capitalistas (não há aqui distinção em termos de indústria-agricultura, ou rural-urbano), que previne os salários reais de subirem, todos os ganhos dos investimentos seriam absorvidos pelos próprios capitalistas, que reinvestiriam-nos, gerando um processo reiterativo que culminaria na superação do dualismo. Apesar do otimismo lewisiano acerca das possibilidades de superação do subdesenvolvimento, uma leitura integrada, que levasse em conta também seu livro de 1955, *The Theory of Economic Growth*, geraria uma conclusão mais matizada, bem como a certeza de que sua teoria leva em consideração aspectos extraeconômicos e institucionais, indo muito além do economicismo que lhe é atribuído.

Em *The Theory of Economic Growth*, Lewis buscou explicar os pré-requisitos político-institucionais que permitiriam o crescimento a longo prazo e a superação do dualismo, definidor mesmo do subdesenvolvimento - pré-requisitos tomados como dados em seu modelo de 1954. Para o autor, as instituições econômicas que garantiriam o desenvolvimento seriam, primeiramente, aquelas que garantiriam aos indivíduos os frutos

de seu trabalho ou investimentos - direitos de propriedade bem estabelecidos, ausência de laços de servidão... -, bem como uma configuração social que permitisse a ascensão à elite de indivíduos que não tivessem nela nascido - i.e., uma sociedade de classes, e não estamental -, e a difusão de aparatos que permitissem a maior divisão do trabalho - mercados e dinheiro. Assim, embora Lewis seja portador de otimismo quanto à possibilidade de superação do dualismo - e, sem dúvidas, do poder das instituições clássicas do capitalismo liberal de fazê-lo -, há uma série de fatores extraeconômicos requeridos, e não apenas a acumulação de capital, como apontam alguns críticos (EASTERLY, 1999).

Nascida no mesmo contexto da Economia do Desenvolvimento, a CEPAL foi, sem dúvidas, a instituição que levou a cabo mais extensivamente dentro da América Latina os ideais da Economia do Desenvolvimento - i.e., de pensar de modo original o subdesenvolvimento. Desde seu princípio, a instituição levou a cabo a tarefa de teorizar o desenvolvimento latino-americano como um processo próprio; ao contrário de Lewis, que buscou, a partir da experiência britânica, derivar os mecanismos fundamentais do desenvolvimento, a CEPAL tinha como norte pensar o desenvolvimento latino-americano como *sui generis*, derivado de seu estatuto de ex-colônia, bem como de sua inserção subordinada no mercado internacional.

A necessidade de pensar as economias latino-americanas como derivadas de um desenrolar histórico próprio levou à busca pela compreensão dentro das estruturas coloniais as raízes do subdesenvolvimento, feito mais celeberramente por Furtado (1950, 1954, 2007[1959]) para a economia brasileira. Na argumentação de Furtado, o caráter colonial e baseado na demanda externa faria com que não fosse gerado o mesmo processo de desenvolvimento proposto por Lewis de absorção do setor de subsistência.

É apenas com a intensificação da industrialização após a crise de 1929 que os componentes internos da demanda passaram a ser predominantes na dinâmica das economias latino-americanas, e a industrialização por substituição de importações passou a ser o modo privilegiado do crescimento e da absorção da oferta ilimitada mão de obra da região. Ao contrário, entretanto, do mecanismo reiterativo lewisiano de excedente-poupança-investimento, uma série de entraves impediriam o crescimento industrial a um ritmo suficiente para a absorção do “setor de subsistência”: a especialização agrária, a presença de efeito-demonstração, a dependência tecnológica em relação aos centros e a estrutura fundiária inadequada levariam a uma configuração que geraria pouco excedente internamente e, mesmo o pouco excedente gerado, teria como destino o consumo conspícuo de elites que buscavam emular o padrão de vida dos países centrais ou o investimento em tecnologias de baixa capacidade de absorver mão de obra: diante desses obstáculos, emergia como ente fundamental no desenvolvimento um Estado planejador e reformador.

Uma segunda fase do pensamento cepalino - ao menos no que compete à capacidade do crescimento industrial de gerar absorção do “setor de subsistência” - é marcada por

uma revisão teórica em face de um período de crise na industrialização por substituição de importações: por um lado, o forte crescimento industrial dos anos 50 não parecia ter gerado a dinâmica correspondente na absorção de mão de obra; por outro, o modelo de industrialização levado a cabo até então entrara em um momento de aparente estagnação. Dentro dessa revisão teórica, ganham proeminência três interpretações: (i) a “insuficiência dinâmica” de Prebisch (2000[1963]) que por um lado volta a enfatizar os problemas de efeito-demonstração e de densidade de capital, mas por outro insere à sua análise os efeitos distorcivos da substituição de importações e a análise de estruturas sociais ausentes de suas primeiras publicações dentro da CEPAL; (ii) o “estagnacionismo” de Furtado (1968[1966]), no qual os efeitos do processo de substituição de importações, unido à existência de um largo setor de subsistência, teria gerado um processo de concentração de renda e tendência à estagnação; se a saída continuava sendo para Furtado o planejamento, esse é colocado dentro de um contexto político mais geral, com a necessidade de democratização e da resolução popular de combater o subdesenvolvimento, e de um contexto geopolítico e econômico crescentemente complicado, com a hegemonia dos Estados Unidos e a proliferação das multinacionais emergindo como fatores que estrangulariam ainda mais a possibilidade de se tomar decisões autônomas dentro do território nacional; (iii) a “heterogeneidade estrutural” de Pinto (1965, 1976a), para quem a industrialização e a modernização industrial teria gerado não a absorção do “setor de subsistência”, mas sim um setor moderno relativamente autônomo e autocontido que, devido às frágeis ligações com o restante da economia, teria sido incapaz de gerar irradiação dos ganhos de produtividade e do desenvolvimento.

O início dos anos 70 marcaria ainda outra virada na compreensão cepalina das possibilidades de rompimento com o dualismo: a retomada do crescimento das principais economias da região gerara não uma homogeneização, mas o aprofundamento do abismo social; a noção de “estilos de desenvolvimento” viria colocar a política no centro do debate cepalino, ao colocar o problema do *quê*, como e para quem produzir como uma decisão eminentemente política. Ademais, a derrota política na região das forças que buscavam uma opção econômica mais inclusiva parecia ter fechado a porta - ao menos momentaneamente - de um crescimento que levasse à inclusão da maioria da população nos ganhos de produtividade. Assim, embora a defesa de reformas sociais e do planejamento estatal como saída para o subdesenvolvimento ainda fosse a tônica da instituição, a questão do poder político entra como pré-requisito básico para a possibilidade de levar a cabo um projeto de desenvolvimento.

Apesar da eminência do dualismo para compreender o subdesenvolvimento nas décadas do pós-Guerra - ou por conta mesmo dessa eminência -, o conceito foi alvo de uma série de críticas, e as suas versões lewisiana e cepalina tiveram, dentro da América Latina, uma série de revisões críticas, que buscaram reexaminar tanto o papel do “setor de subsistência” no processo de acumulação de capital, quanto a validade mesmo do dualismo como marcador privilegiado da condição do subdesenvolvimento.

A Escola de Campinas, apesar da gênese e da influência teórica cepalina, constituiu importante centro de crítica ao dualismo presente na CEPAL - e em Lewis. A partir de uma matriz teórica diversa, articulando Marx, Kalecki, Schumpeter e Keynes, entre outros, os teóricos de Campinas buscaram compreender a dinâmica de absorção do “setor de subsistência” em uma economia subdesenvolvida, em um contexto de proliferação de grandes oligopólios. Primeiramente, para essa visão não seria possível falar em um dualismo baseado na convivência de modos de produção distintos, mas sim na convivência de modos distintos de organização da produção sob a égide do capital, tornando as economias subdesenvolvidas economias capitalistas *de um certo tipo*. Para a Escola de Campinas - indo no sentido oposto a Lewis (2010[1954]), a alguns textos cepalinos, em especial Furtado (1968[1966], 1972), e a boa parte dos críticos marxistas -, os salários no setor capitalista seriam determinados endogenamente, não sofrendo influências diretas da parcela não-capitalista; pelo contrário, seria o processo de expansão e retração do setor capitalista que, ao incorporar e desincorporar atividades e trabalhadores do e para o setor não-capitalista, determinaria os rendimentos nesse. Se os teóricos de Campinas concordam com a noção de que a peculiaridade do subdesenvolvimento estaria na presença do dualismo - ou uma forma ligeiramente matizada desse -, o “setor de subsistência” perde a sua importância na determinação salarial, servindo apenas como um regulador de longo prazo. Ademais, a utilização do princípio da demanda efetiva e a rejeição das origens clássicas dos pensamentos lewisiano, cepalino e marxista - que, dentro da relação poupança-investimento, dá ao primeiro termo a primordialidade causal - marcam uma posição bastante *sui generis* da Escola de Campinas dentro do pensamento sobre o desenvolvimento.

Uma crítica mais propriamente radical - do ponto de vista político - adviria de algumas correntes marxistas, para quem os setores capitalistas utilizar-se-iam dos não-capitalistas em sua expansão, de modo que a perpetuação do subdesenvolvimento não seria uma disfunção no processo de acumulação de capital, mas antes o modo mesmo em que dar-se-ia essa acumulação. Se, em uma primeira abordagem, as noções de “colonialismo interno” e de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” buscavam tratar as relações internas entre setores de modo análogo à dominação colonial externa, seria na noção de simbiose que esse modelo de crítica ganharia mais força. Na visão de Oliveira (2003[1972]), a permanência do “arcaico” na agricultura permitiria o rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho; ademais, a existência de serviços precários nas cidades atenderia a um requisito da industrialização e da modernização, executando a custos baixíssimos tarefas necessárias ao capital, além de funcionar como Exército Industrial de Reserva, diminuindo o poder de barganha dos trabalhadores urbanos. Assim, em contraste com a visão liberal de Lewis e a visão reformista da CEPAL, esse tipo de abordagem teria como corolário político uma ação muito mais radical. Há, por fim, dentro dos críticos, uma parcela que nega o dualismo como conceito válido para a compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento - ou até mesmo a distinção desenvolvimento-subdesenvolvimento como dotada de rigor analítico. Se os



demais críticos enxergavam falhas na maneira em que Lewis ou os cepalinos compreendiam a relação entre os polos do sistema, esses negam a existência - ou a singularidade - dos dois polos como marcador privilegiado do subdesenvolvimento, negando a gramática mesma do dualismo.



## 6 Bibliografia

- ADELMAN, J. **Worldly philosopher**: the odyssey of Albert O. Hirschman. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- ALACEVICH, M. **The political economy of the World Bank**: the early years. Washington: The World Bank, 2009.
- ALACEVICH, M. Early development economics debates revisited. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 33, n. 2, p. 145-171, jun. 2011.
- ALACEVICH, M. Theory and practice in development economics. **History of Political Economy**, v. 49, p. 264-291, dez. 2017.
- ALACEVICH, M. Paul Rosenstein-Rodan and the birth of development economics. **Center for the History of Political Economy at Duke University**, n. 2020-04, mar. 2020. No prelo. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3552940>. Último acesso em: 06 jun. 2023.
- ALACEVICH, M.; BOIANOVSKY, M. Writing the history of development economics. **History of Political Economy**, v. 50, p. 1-14, 2018.
- ALDCROFT, D. **The European economy**: 1914-2000. 4ª edição. Londres: Routledge, 2001.
- ALTHUSSER, L. **Por Marx**. Campinas: Editora Unicamp, 2015.
- ARANTES, P. A fratura brasileira do mundo. *In*: ARANTES, P. **Zero à esquerda**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004, p. 25-77.
- ARRIGHI, G. Labour supplies in historical perspective: a study of the proletarianization of the African peasantry in Rhodesia. **Journal of Development Studies**, v. 6, n. 3, p. 197-234, 1970.
- BALTAR, P. E. **Salários e preços**: esboço de uma abordagem teórica. Campinas: Unicamp, 2003[1985].
- BARBOSA, A. O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração. **Estudos Avançados**, n. 30, v. 87, p. 7-28, 2016.
- BAUER, L. Remembrance of studies past: retracing first steps. *In*: MEIER, G. (org). **Pioneers in development**. Washington: The World Bank, 1984.
- BELLUZZO, L. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BELLUZZO, L. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e Sociedade**, v. 4, n. 1, p. 11-20, 2016.
- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento da Cepal: uma resenha. *In*: BIELS-

- CHOWSKY, R. (org). **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. v. 1.
- BOEKE, J. H. **Economics and economic policy of dual societies, as exemplified by Indonesia**. International Secretariat, Institute of Pacific Relations, 1953.
- BOIANOVSKY, M. Beyond capital fundamentalism: Harrod, Domar and the history of development economics. **Center for the History of Political Economy at Duke University**, n. 2015-02, out. 2015. No prelo. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3552940>. Último acesso em: 06 jun. 2023.
- BOIANOVSKY, M. When the history of ideas meets theory: Arthur Lewis and the classical economists on development. **Center for the History of Political Economy at Duke University**, n. 2017-08, abril, 2017. No prelo. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2947856>. Último acesso em: 06 jun. 2023
- BOIANOVSKY, M. Arthur Lewis and the classical foundations of development economics. **Research in the History of Economic Thought and Methodology**, vol. 37, p. 103-143, 2019.
- BRACARENSE, N. Development theory and the Cold War: the influence of politics on Latin American Structuralism. **Review of Political Economy**, v. 24, 2012.
- BRASIL. Presidência da República. **Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico: 1963-1965**, dez/1962.
- CALCAGNO, E. Evolución y actualidad de los estilos de desarrollo. **Revista de la Cepal**, n. 42, p. 55-67, dez. 1990.
- CANO, W. Instituto de Economia da Unicamp: notas sobre sua origem e linhas gerais de sua evolução. In: SZMERECSÁNYI, T.; COELHO, F. S. (Orgs.). **Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, p. 199-209, 2007.
- CARDOSO, F. H., FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- CEPAL. El problema de la productividad y la escasez relativa de factores. **El Trimestre Económico**, v. 18, n. 3, p. 428-450, jul.-set. 1951.
- CEPAL. Resumen del estudio preliminar sobre la técnica de programación del desarrollo económico. **Período de sesiones Cepal**, n. 5, abril, 1953.
- CEPAL. Una política agrícola para acelerar el desarrollo económico de América Latina. **Boletín económico de América Latina**, v. 6, n. 2, 1961.
- CEPAL. Problemas y perspectivas de la agricultura latinoamericana. **Período de sesiones Cepal**, n. 10, maio, 1963a.
- CEPAL. La urbanización en América Latina: resultados de un trabajo sobre el terreno acerca de las condiciones de vida de un sector urbano. **Período de sesiones Cepal**, n.

10, maio, 1963b.

CEPÊDA, V. O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. Especial para **Gramsci e o Brasil**, mar. 2003. Disponível em: [http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311541490.CEPEDA\\_O\\_pensamento\\_pol%C3%ADtico\\_de\\_CF.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311541490.CEPEDA_O_pensamento_pol%C3%ADtico_de_CF.pdf). Último acesso em : 06 jun. 2023.

CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado**: formas de regressividade no capitalismo hipertardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

CORTÉS, A. Modernización, dependencia y marginalidad: itinerario conceptual de la sociología latinoamericana. **Sociologias**, n. 29, p. 214-238, jan.-abr. 2012.

COUTINHO, M. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina, de Celso Furtado. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 19, n. 3, p. 448-474, set-dez 2015.

COUTINHO, M. A economia brasileira (1954), de Celso Furtado. **História e economia**, v. 18, n. 1, p. 39-61, 2017.

COUTINHO, M. Furtado e seus críticos: da estagnação à retomada do crescimento econômico. **Economia e Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 741-759, set.-dez. 2019.

COUTO, J. M. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 45-64, abr. 2007.

CUEVA, A. Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia. *In*: CUEVA, A. **Entre la ira y la esperanza y otros ensayos de crítica latinoamericana**. Buenos Aires: Siglo del Hombre Editores, 2008[1974], p. 83-115.

CUEVA, A. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983[1977].

DUESENBERY, J. **Income, saving and the theory of consumer behavior**. Cambridge: Harvard University Press, 1949.

EASTERLY, W. The ghost of financing gap: testing the growth model used in the international financial institutions. **Journal of Development Economics**, v. 60, p. 423-438, 1999.

EASTERLY, W. **The elusive quest for growth**: economists' adventures and misadventures in the tropics. Cambridge: The MIT Press, 2001.

EICHENGREEN, B. **Exorbitant privilege**: the rise and fall of the dollar. Oxford: Oxford University Press, 2011.

EICHENGREEN, B. **Globalizing capital**: a history of the international monetary system. 3ª. edição. Princeton: Princeton University Press, 2019.

ESTADOS UNIDOS. Presidente (1945-1953: Harry S. Truman). **Discurso ao Congresso**. Washington, 12 mar. 1947. Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/truman-doctrine>. Último acesso em: 15 mai. 2022.

FEI, J.; RANIS, G. A Theory of Economic Development. **The American Economic**

**Review**, v. 51, p. 533-565, 1961.

FIGUEROA, M. W. Arthur Lewis versus the Lewis model: agricultural or industrial development? **The Manchester School**, v. 72, n. 6, p. 736-750, dez. 2004.

FIORI, J. L. Introdução: de volta à questão da riqueza de algumas nações. *In*: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 11-46.

FONSECA, P. Furtado e o estruturalismo como método. *In*: SAES, A.; BARBOSA, A. (org). **Celso Furtado e os 60 anos de Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Edições Sesc, 2022, p. 328-355.

FURTADO, C. Características gerais da economia brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, v.4, n.1, p. 7-37, 1950.

FURTADO, C. **A economia brasileira**: contribuição à análise do seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954.

FURTADO, C. **Perspectivas da economia brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

FURTADO, C. El análisis marginal y la teoría del subdesarrollo. **El Trimestre Económico**, v. 23, n. 4, p. 438-447, out-dez. 1956.

FURTADO, C. **A pré-revolução brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, C. Development and stagnation in Latin America: a structuralist approach. **Studies in Comparative International Development**, v. 1, p. 159-175, 1965.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968[1966].

FURTADO, C. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FURTADO, C. **A fantasia organizada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FURTADO, C. **Os ares do mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1959].

- FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009 [1961].
- FURTADO, C. O desenvolvimento recente da economia venezuelana, 1957. *In*: FURTADO, C. **Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008 [1957].
- FURTADO, C. Formação de capital e desenvolvimento econômico. *In*: Agarwala, A.N., Singh, S.P. (org). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010 [1952].
- FURTADO, C. **Celso Furtado: Correspondência intelectual: 1949-2004**. São Paulo: Companhia das Letras: 2021.
- GALBRAITH, J. K. **Economic Development as a Proposed Field**, 1955/1956, Box 525, 8/53/E/3/8, Series 5. Harvard University File, 1949–90, John Kenneth Galbraith Personal Papers, John F. Kennedy Memorial Library, Boston University.
- GANEM, A. O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 143-164, abr. 2012.
- GARCÍA, N.; TOKMAN, V. Transformación ocupacional y crisis. **Revista de la Cepal**, n. 24, p. 103-115, dez. 1984.
- GAREGNANI, P. Notes on consumption, investment, and effective demand: I. **Cambridge Journal of Economics**, v.2, n. 4, p. 335-353, dez. 1978.
- GERSCHENKRON, A. O atraso econômico em perspectiva histórica. *In*: GERSCHENKRON, A. **O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015 [1952].
- GOLLIN, D. The Lewis Model: A 60-Year Retrospective. **Journal of Economic Perspectives**, v. 28, n. 3, p. 71-88, 2014.
- GRACIARENA, J. Poder y estilos de desarrollo: una perspectiva heterodoxa. **Revista de la Cepal**, n. 1, p. 173-193, 1976.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- GUNDER FRANK, A. The development of underdevelopment. *In*: GUNDER FRANK, A. **Latin America: underdevelopment or revolution: essays on the development of underdevelopment and the immediate enemy**. New York: Monthly Review Press, 1969[1966], p. 3-17.
- GUNDER FRANK, A. **Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil**. New York: Monthly Review Press, 1967.
- GURRIERI, A.; SAÍNZ, P. Empleo y movilidad estructural: trayectoria de un tema pre-bischiano. **Revista de la Cepal**, n. 80, p. 141-164, ago. 2003.
- HARRIS, J., TODARO, M. Migration, unemployment and development: a two-sector

- analysis. **The American Economic Review**, v. 60, n. 1, p. 126-142, 1970.
- HIRSCHMAN, A. **The strategy of economic development**. London: Yale University Press, 1958.
- HIRSCHMAN, A. The rise and decline of development economics. *In*: HIRSCHMAN, A.; ADELMAN, J. **The essential Hirschman**. Princeton: Princeton University Press, 2013[1981].
- HIRSCHMAN, A.; BIRD, R. External aid: a critique and a proposal. **Essays in International Finance**, n. 69, jul. 1968.
- KALECKI, M. Teoria da dinâmica econômica. *In*: KALECKI, M. **Teoria da dinâmica econômica/Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista**. São Paulo: Nova Cultural, 1977.
- KALECKI, M. A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas. *In*: MIGLIOLI, J. (org). **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. 2. edição. São Paulo: Hucitec, 1987[1968].
- KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- KRUGMAN, P. Toward a conter-counterrevolution in development theory. **Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics**, p. 15-38 1992.
- KURZ, H., SALVADORI, N. **Theory of production: a long-period analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- KUZNETS, S. Economic growth and income inequality. **The American Economic Review**, v. 45, n.1, p. 1-28, mar. 1955.
- LAVOIE, M. The Kaleckian model of growth and distribution and its neo-Ricardian and neo-Marxian critiques. **Cambridge Journal of Economics**, v. 19, n. 6, p. 789-818, dez. 1995.
- LEWIS, W. A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. *In*: AGARWALA, A.N.; SINGH, S.P. (org). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010 [1954].
- LEWIS, W. A. **Theory of economic growth**. Abingdon: Routledge, 1955.
- LEWIS, W. A. Unlimited labour: further notes. **The Manchester School**, v. 26, n. 1, p. 1-31, 1958.
- LEWIS, W. A. Reflections on unlimited labour. **Development Research Program Discussion Paper**, n.5, Princeton University, out. 1968.
- LEWIS, W. A. The dual economy revisited. **The Manchester School**, v. 47, n. 3, p. 211-229, set. 1979.
- LOVE, J. The Rise and Decline of Economic Structuralism in Latin America: New Dimen-



- sions. **Latin American Research Review**, v. 40, n. 3, p. 100-125, 2005.
- MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. 10. ed. Cidade do México: Editora Era, 1990[1973].
- MARTINS, R. **Crescendo em silêncio**: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: ICAM/ABPHE, 2018.
- MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011[1852].
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867], v. 1.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014[1885], v. 2.
- MASON, R. The social significance of consumption: James Duesenberry's contribution to consumer theory. **Journal of Economic Issues**, v. 34, n. 3, p. 553-572, 2000.
- MAZZUCHELLI, F. **As ideias e os fatos**: ensaios em teoria e história. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- MEDEIROS, C.; SERRANO, F. Padrões monetários internacionais e crescimento. *In*: FIORI, J. L. **Estados e moedas**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.
- MEDEIROS, F. A gênese do enfoque de estilos de desenvolvimento na América Latina. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 16, n. 29, p. 77-103, maio-ago. 2021.
- MEDINA ECHAVARRÍA, J. Relationships between social and economic institutions: a theoretical model applicable to Latin America. **Economic Bulletin for Latin America**, v. 6, n. 1, p. 27-39, mar. 1961.
- MEDINA ECHAVARRÍA, J. Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico de America Latina. *In*: CEPAL. **Décimo período de sesiones**, Mar del Plata, maio 1963.
- MEIER, G. **Biography of a subject**: an evolution of development economics. New York: Oxford University Press, 2005.
- MEIER, G. The formative period. *In*: MEIER, G. (org). **Pioneers in development**. Washington: The World Bank, 1984.
- Mello, J. M. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- MYRDAL, G. **Asian drama**: an inquiry into the poverty of nations. Middlesex: Penguin Books, 1971.
- NAYYAR, D. **Catch up**: developing countries in the world economy. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1989[1979].

- NOYOLA, J. La evolución del pensamiento económico en el último cuarto de siglo y su influencia en la América Latina. **Investigación Económica**, v. 16, n. 3, p. 407-426, 1956.
- NOYOLA, J. Inflação e desenvolvimento econômico no Chile e no México. *In*: BIELSCHOWSKY, R. (org). **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000, v. 1. p. 293-306.
- NUN, J. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. **Revista Latinoamericana de Sociología**, v. 5, n. 2, 1969.
- NUN, J. **Marginalidad y exclusión social**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- NURSKE, R. Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico. *In*: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (org). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010 [1953].
- OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista. *In*: OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003[1972], p. 25-119.
- OLIVEIRA, F. O ornitorrinco. *In*: OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 121-150.
- PATNAIK, P. The Lewis model. *In*: CLARK, D. (org). **The Elgar companion to development studies**. Cheltenham: Elgar Elgar Publishing Limited, 2006, p. 337-341.
- PAULA, J. A. Celso Furtado, a história e a historiografia. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 10, n. 17, p. 144-165, 2015.
- PINTO, A. Concentración del progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano. **El Trimestre Económico**, v. 32, P. 371-443, jan.-mar. 1965.
- PINTO, A. Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente. *In*: SERRA, J. (org). **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976a, P. 44-82.
- PINTO, A. Notas sobre estilos de desarrollo en América Latina. **Revista de la Cepal**, n. 1, p. 97-128, 1976b.
- PINTO, A. Estilos de desenvolvimento e realidade latino-americana. **Revista de Economia Política**, v. 2, n. 5, p. 29-88, jan.-mar. 1982.
- PINTO, A. La “latinoamericanización” y la CEPAL. *In*: SEMINÁRIO “AMÉRICA LATINA: PASADO, PRESENTE Y FUTURO”, 1993, Campinas. **Proceedings**. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/34945>. Último acesso em: 06 jun. 2023.
- PINTO, A. El pensamiento de la CEPAL y su evolución. **El Trimestre Económico**, v. 86, n. 343, p. 743-779, 2019 [1969].
- PRADO JÚNIOS, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011[1942].

- PREBISCH, R. Change and development: Latin America's great task. **Report submitted to the Inter-American Development Bank**, jul. 1970.
- PREBISCH, R. Cinco Etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo. **El Trimestre Económico**, v. 50, n. 198, 1983, pp. 1077-1096.
- PREBISCH, R. Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano. *In*: BIELSCHOWSKY, R. (org). **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000[1963], v. 1., p. 451-488.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. *In*: GURRIERI, A. (org). **O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011 [1949].
- PREBISCH, R. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. *In*: GURRIERI, A. (org). **O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011 [1951].
- PREBISCH, R. Os principais problemas da técnica preliminar de programação. *In*: GURRIERI, A. (org). **O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011 [1955].
- PREBISCH, R. Raúl Prebisch on ECLAC's Achievements and Deficiencies: an unpublished interview. [Entrevista concedida a] POLLOCK, D. K.; LOVE, J. **Cepal Review**, n. 75, p. 9-22, 2001.
- QUIJANO, A. "Polo marginal" y "mano de obra marginal". *In*: QUIJANO, A. **Imperialismo y marginalidad en América Latina**. Lima: Mosca Azul Ediciones, 1977[1970], p. 239-287.
- RANIS, G. The evolution of development thinking: theory and policy. **Paper prepared for the World Bank Annual Conference on Development Economics**, 2004.
- RANIS, G.; FEI, J. A theory of economic development. **The American Economic Review**, v. 51, n. 4, p. 533-565, set. 1961.
- RAO, V. K. R. V. Investimento, renda e o multiplicador numa economia subdesenvolvida. *In*: AGARWALA, A. N., SINGH, S. P. (org). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010 [1952].
- RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1817].
- ROBBINS, L. **An essay on the nature and significance of economic science**. Londres: MacMillan & Company, 1932.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. Notes on the theory of the "big push". **Center for International Studies**, n. 57-25. Massachusetts Institute of Technology, mar. 1957. No Prelo. Disponível em: <https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/82984>. Último acesso em: 06 jun.

2023.

ROSENSTEIN-RODAN, P. Oral history interview. [Entrevista cedida a] WORLD BANK GROUP ARCHIVE. **World Bank Group Archive oral history program**. Washinton D.C.: WBGA, 1961.

ROSENSTEIN-RODAN, P. Problemas de industrialização da Europa do Leste e do Sudeste. *In*: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (org). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010 [1943].

RUGITSKY, F. Luta de classes inibida? Furtado e a especificidade da estrutura social brasileira. *In*: SAES, A.; BARBOSA, A. (org). **Celso Furtado e os 60 anos de Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Edições Sesc, 2022, pp. 328-355.

SAES, A. Celso Furtado, 100 Anos: Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII (1948). **Boletim Informações Fipe**, v. 476, p. 55-63, 2020a.

SAES, A. Celso Furtado, 100 anos: Análise do ‘modelo’ brasileiro (1972). **Boletim Informações Fipe**, n. 478, p. 70-77, jul. 2020b.

SANTOS, F. A economia política da Escola de Campinas: contexto e modo de pensamento. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 8, n. 12, p. 17-42, jan.-jun. 2013.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004[1979].

SCITOVSKY, T. Dois conceitos de economias externas. *In*: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (org). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010 [1954].

SCREPANTI, E.; ZAMAGNI, S. **An outline of the history of economic thought**. Oxford: Clarendon Press, 1995.

SEN, A. Peasants and dualism with or without surplus labor. **The Journal of Political Economy**, v. 74, n. 5, p. 425-250, out. 1966.

SERRANO, F. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. *In*: FIORI, J. L. (org). **O poder americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, pp. 179-222.

SIMON, H. Organization and markets. **Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 2, p. 25-44, 1991.

SINGER, H. W. The distribution of gains between investing and borrowing countries. **The American Economic Review**, v. 40. n. 2, Papers and Proceedings of the Sixty-second Annual Meeting of the American Economic Association, mar. 1950, pp. 473-485.

SLENES, R. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, v. 18, n. 3, p. 449-495, set-dez/1988.

SOUZA, P. R. **Salário e emprego em economias atrasadas**. Campinas: Unicamp,

1999[1980].

SOUZA, P.R. Salário e mão-de-obra excedente (1978). *In*: SOUZA, P. R. **Empregos, salário e pobreza**. São Paulo: Hucitec, 1980.

SOUZA, P. R. **Empregos, salário e pobreza**. São Paulo: Hucitec, 1980.

SOUZA, P. R.; TOKMAN, V. O problema ocupacional: o setor informal urbano. *In*: SERRA, J. (org). **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

STAVENHAGEN, R. Sete teses equivocadas sobre América Latina. **Sociedade e Cultura**, v. 17, n. 1, p. 159-169, jan./jun. 2014[1965].

STREETEN, P. Development dichotomies. *In*: MEIER, G. (org). **Pioneers in development**. Washington: The World Bank, 1984.

SUNKEL, O.; PAZ, P. **El desarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 1970.

TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. *In*: TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

TAVARES, M. C.; SERRA, J. Além da estagnação. *In*: TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

TAVARES, M. C. **Problemas de industrialización avanzada en capitalismo tardíos y periféricos**. Instituto da Economia Industrial, Texto para Discussão, n. 94, 1986.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998[1974].

TAVARES, M. C. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998[1978].

TEEPLE HOPKINS, C. Mostly work, little play: social reproduction, migration, and paid domestic work in Montreal. *In*: BHATTACHARYA, T. (Org.). **Social reproduction theory: remapping class, recentring oppression**. London: Pluto Press, 2017.

TEIXEIRA, A. **O movimento da industrialização das economias capitalistas centrais no pós-guerra**. Instituto de Economia Industrial, Texto para Discussão, n. 25, 6. ed., 1989, v. 3.

TIGNOR, R. W. **Arthur Lewis and the birth of development economics**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

TODARO, M.; SMITH, S. **Economic development**. 13. ed. Hoboken: Pearson, 2020.

TOKMAN, V. Dinâmica del mercado de trabajo urbano: el sector informal urbano en América Latina. *In*: KATZMAN, R.; REYNA, J. L. (Org.). **Colégio de México**, 1979, p.

68-102.

TOKMAN, V. Unequal development and the absorption of labour: Latin America 1950-1980. **Cepal Review**, n. 17, p. 121-133, aug. 1982.

VAN DER WEE, H. **Prosperity and upheaval: the World economy, 1945-1980**. University of California Press: Berkeley, 1986.

VIEIRA, R. M. **Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964)**. Santo André: EdUFABC, 2019.

VIEIRA PINTO, A. **Consciência e realidade nacional: volume I: a consciência ingênua**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020[1960].

VOGEL, L. **Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory**. New Jersey: Rutgers University Press, 1983.

VUSKOVIC, P. A distribuição de renda e as opções de desenvolvimento. *In*: SERRA, J. (org). **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976[1970].

WEBER, M. **Economy and society: an outline of interpretive sociology**. Berkeley: University of California Press, 1978.

WILLIAMSON, O. The New Institutional Economics: taking stock, looking ahead. **Journal of Economic Literature**, v. 38, n. 3, p. 595-613, set. 2000.